

BALANÇO DE GESTÃO 2023

2º semestre
Parcial Julho a Dezembro



ANADEP

Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Expediente

Gestão ANADEP (2023-2025)

CONSELHO DIRETOR

Diretora Presidenta: Rivana Barreto Ricarte de Oliveira/AC
Diretora Vice-Presidenta Institucional: Juliana Bastos Lintz/RJ
Diretor Vice-Presidente Jurídico-Legislativo: Igor Raphael Santos/BA
Diretor Vice-Presidente Administrativo: Guilherme Vilelvalho Dias/TO
Diretor de Relações Internacionais: Rodrigo Duzinski/DF
Diretora Adjunta de Relações Internacionais: Ana Karoline Santos Pinto Rocha/AM
Diretor da Escola Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ENADEP): Cristiano Matos de Santana/MA
Diretora Adjunta da Escola Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ENADEP): Andrea Sena da Silveira/RJ
Diretor para Assuntos Legislativos: Rafael Galatti Sabio/SP
Diretor Adjunto para Assuntos Legislativos: Ricardo Carvalho de Oliveira/AP
Diretora Jurídica: Jeniffer Beltramin Scheffer/PR
Diretora de Comunicação: Vago
Diretora de Comunicação Adjunta: Vivian Almeida/ES
Diretora de Eventos: Andrea Maria Alves Coelho/CE
Diretor 1º Secretário: Tiago Queiroz da Costa/SC
Diretor 2º Secretário: Carlos Gobati/MT
Diretora 1ª Tesoureira: Mariana Py Muniz Cappellari/RS
Diretor 2º Tesoureiro: Rodrigo Cavalcante Lima/SE
Diretor de Articulação Social: Rochester Oliveira Araújo/RN
Diretora de Articulação Social: Melissa Credie Borborema/AM
Diretor de Aposentadas e Aposentados: Fábio Liberalino da Nóbrega/PB
Diretora Adjunta de Aposentadas e Aposentados: Olga Lemos de Marco/MS
Diretora Coordenadora da Região Norte: Aryne Cunha do Nascimento/AC
Diretora Coordenadora da Região Nordeste: Tereza Cristina Almeida/BA

Diretor Coordenador da Região Sul: Mario Silveira Rosa Rheingantz/RS
Diretora Coordenadora da Região Sudeste: Marolinta Dutra/MG
Diretor Coordenador da Região Centro-Oeste: Salomão Rodrigues/GO

CONSELHO CONSULTIVO

Wilton José de Carvalho/PE
Marcus Vinícius Campos da Silveira Franco/PA
Luís Gustavo de Góis Vasconcelos/ES

Carla Caroline de Oliveira Silva/SE
Ana Caroline Teixeira/PR
Arthur César Cavalcante Loureiro/AL

CONSELHO FISCAL

Titulares

Giovanna Burgos de Oliveira/RN
Debora Machado Aragão/RO
Geana Aline de Souza Oliveira/RR

Suplentes

Edmundo Antonio de Siqueira Campos Barros/PE
Luiz Felipe Vanzella Rufino/SP
Marcelo Arantes/AL

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Administrativo / Virgínia Maria Motta da Silva
Auxiliar Administrativa / Marina Nunes
Responsável pelo Financeiro / Ana Amélia Maia
Auxiliar Financeiro / Rodrigo Lopes Matias
Auxiliar Financeiro / Guilherme Ribeiro (in memorian)
Assessora de Comunicação Social (Coordenadora) / Karyne Graziane
Assessora de Comunicação Social / Stephanny Guilande

EXPEDIENTE DESTA PUBLICAÇÃO

Redação / Karyne Graziane
Edição / Karyne Graziane - Stephanny Guilande
Concepção Gráfica / Bah! Comunicação
Fotos e arquivos: / ASCOM ANADEP - Arquivo ANADEP

Linha do Tempo

A seguir, você poderá conferir o resumo dos principais acontecimentos e atividades desempenhadas pela ANADEP nos últimos seis meses (julho a dezembro de 2023). Todos os assuntos estão contextualizados de forma sintética e apresentam informações, números e narrativas que revelam as transformações ocorridas no cenário institucional.

Entre os eixos destacados, estão: fortalecimento associativo, defesa institucional, diálogo interinstitucional, comunicação associativa, aperfeiçoamento e capacitação, apoio à atuação afirmativa de gênero e raça dentro das Defensorias e Associações Estaduais, internacional, além de um resumo sobre o trabalho desenvolvido pelos setores da ANADEP.



JULHO

O início do segundo semestre já começou com uma grande novidade. Após intensa negociação, a diretoria da ANADEP anunciou a contratação de plano de saúde de abrangência nacional, com condições diferenciadas e exclusivas, para atender as necessidades de defensoras e defensores públicos.

AGOSTO

Em agosto, a ANADEP tomou posse no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI).

SETEMBRO

A ANADEP promoveu o seminário “35 anos da Constituição Federal de 88 e Defensoria Pública: garantia de acesso à justiça”, que ocorreu no Auditório Tancredo Neves, do Ministério da Justiça.

OUTUBRO

O destaque foi o Encontro Regional das Defensoras e Defensores Públicos das Regiões Sul e Sudeste, que foi promovido em Foz do Iguaçu (Paraná).

NOVEMBRO

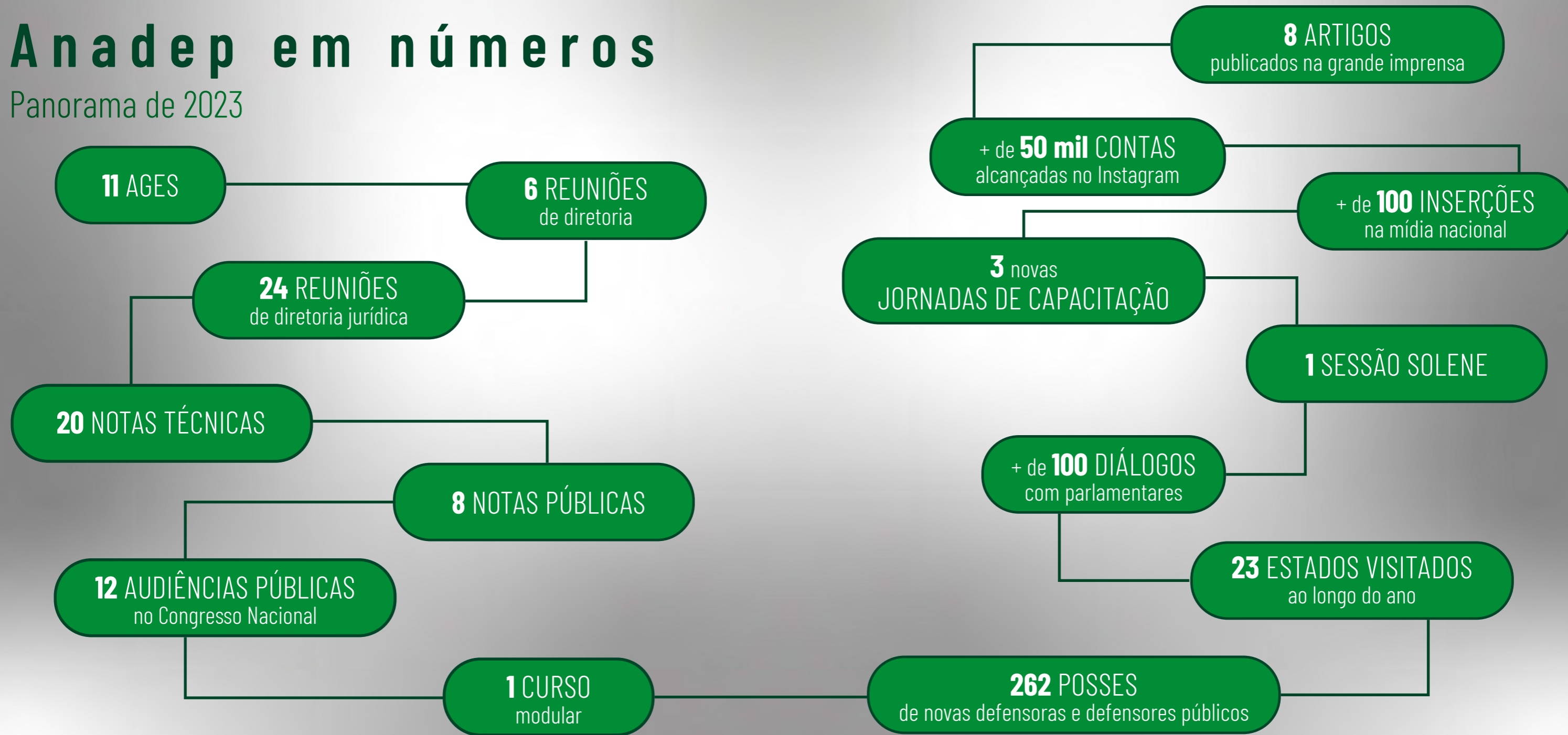
A ANADEP foi a anfitriã do XII Congresso do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM). O encontro aconteceu no auditório do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, em Brasília.

DEZEMBRO

Após intenso trabalho legislativo da ANADEP, o senador Eduardo Gomes apresenta relatório da PEC 10 com inclusão dos(as) defensores(as) públicos(as).

Anadep em números

Panorama de 2023



1 FORTALECIMENTO ASSOCIATIVO

VÍDEO “DEFENSORIA PÚBLICA: GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA”

Com o tema “Defensoria Pública: garantia de acesso à justiça”, a ANADEP lançou, no dia 5 de outubro, vídeo alusivo ao aniversário da Carta Magna. O vídeo-documentário traz histórias de pessoas que cruzam os atendimentos da Defensoria Pública diariamente, seja em busca de acesso à saúde, moradia, dignidade e, acima de tudo, cidadania. O vídeo alcançou cerca de 20 mil pessoas no Instagram.



ANADEP REÚNE JURISTAS E PARLAMENTARES EM SEMINÁRIO ALUSIVO AOS 35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

No final de setembro, às vésperas do aniversário da Carta Magna, a ANADEP promoveu o seminário “35 anos da Constituição Federal de 88 e Defensoria Pública: garantia de acesso à justiça”, que ocorreu no Auditório Tancredo Neves, do Ministério da Justiça. O seminário contou com a participação do ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; da coordenadora-geral de acesso à justiça e redução de litigiosidade do Ministério da Justiça, Kelen Cristina de Oliveira; do advogado e ex-secretário especial da Reforma do Judiciário, Sérgio Renault; do defensor público do Rio de Janeiro e ex-presidente da ANADEP, André de Felice; do defensor público do DF e ex vice-presidente da ANADEP, Stéfano Pedroso; do deputado federal constituinte, Sílvio Abreu; e do deputado Amauri Teixeira, relator da PEC 247, que originou a Emenda Constitucional 80/2014, que amplia e fortalece a Defensoria Pública dos estados e da União, além de de representantes das Associações Estaduais e do DF e das Defensorias Públicas Estaduais.



ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS E REUNIÕES DE DIRETORIA

Para democratizar o debate sobre a pauta institucional, a diretoria da ANADEP promoveu, no 2º semestre, seis assembleias gerais extraordinárias e três reuniões de diretoria. Durante o semestre houve também reuniões com os(as) demais diretores(as) para alinhamento de trabalho.



Julho



Julho



Agosto



Agosto



Setembro



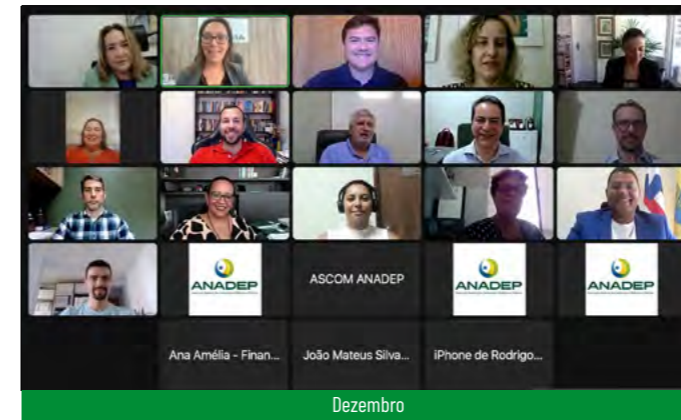
Setembro



Outubro



Novembro



Dezembro

ANADEP NOS ESTADOS

A diretoria da ANADEP deu continuidade ao projeto “ANADEP nos Estados”, dialogando e trabalhando ao lado das Associações Estaduais e Distrital pelo fortalecimento institucional através de um calendário de eventos e atividades estratégicos.



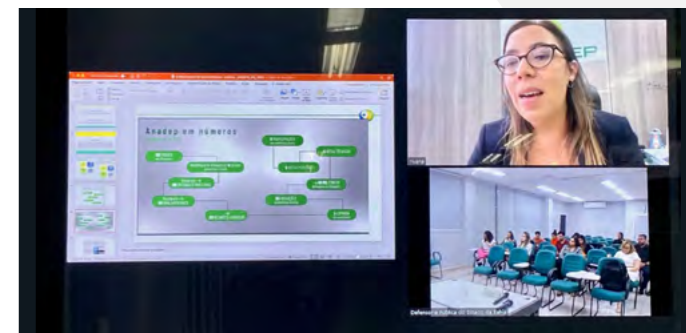
Amapá

Em agosto, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou de solenidade de posse de oito defensores(as) públicos(as) do Amapá. Os(as) novos(as) integrantes reforçarão a atuação da DPE-AP, que agora contará com 55 defensores(as) públicos(as) para atuar na capital e no interior. O presidente da ADEPAP, José Augusto Norat Bastos Filho, também esteve presente.



Bahia

No segundo semestre, a ANADEP ao lado da ADEP-BA participou de uma série de atividades na Bahia. Em agosto, o vice-presidente jurídico-legislativo da ANADEP, Igor Santos, e a presidenta da ADEP-BA, Tereza Cristina Almeida Ferreira, participaram da solenidade de posse dos(as) 13 novos(as) defensores(as) públicos(as) da Bahia. No mesmo mês, as entidades participaram da 30ª edição do curso de formação à carreira de defensor(a) público(a) promovida pela DPE-BA. Já em novembro, a ANADEP e ADEP-BA participaram de posse popular de defensoras e defensores públicos, na Estação Lapa.



No dia 18 de setembro, a ANADEP participou do debate público “DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA: VALORIZAÇÃO, AUTONOMIA E ACESSO À JUSTIÇA”, na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). O encontro foi presidido pela deputada estadual e presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da ALBA, Maria del Carmem.



Ceará

Em novembro, a vice-presidenta institucional da ANADEP, Juliana Lintz, ao lado da presidente da ADPEC, Kelviane Barros, participou da solenidade de posse da nova defensora pública geral do Estado do Ceará, a sétima mulher a ocupar a honrosa posição, Sâmia Maia. Já em dezembro, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, também participou do curso de formação de novos(as) 26 defensoras e defensores públicos.



Mato Grosso

Em dezembro, a Defensoria Pública de Mato Grosso (DPMT) deu posse de nove novas defensoras e defensores públicos, em Cuiabá. O diretor segundo secretário da ANADEP, Carlos Gobati, e a presidenta da AMDEP, Janaína Osaki, participaram da solenidade.



Minas Gerais

Em setembro, a ANADEP participou do lançamento oficial da websérie "Voz de Inclusão", na sede da ADEP-MG. A websérie "Voz de Inclusão" foi composta por oito vídeos que foram disponibilizados semanalmente nos canais da ADEP-MG.



Paraíba

Em agosto, a Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) realizou sessão especial para instalar a Comissão Especial da Defensoria Pública. A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou da sessão juntamente com o presidente da APDP, Fábio Liberalino.



Paraná

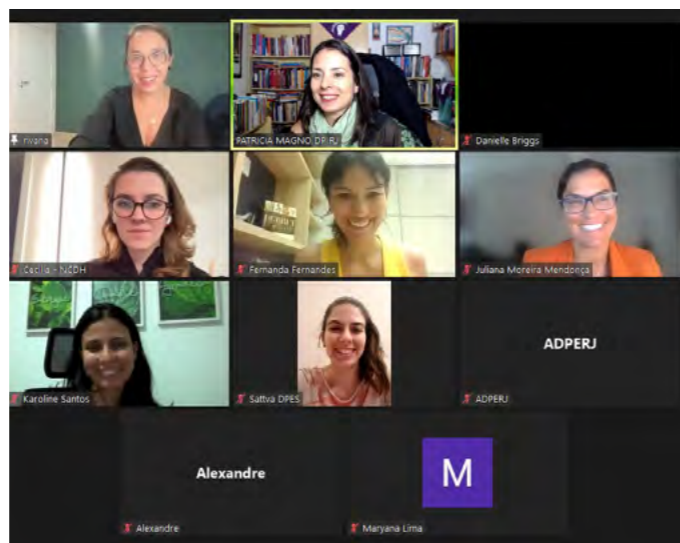
Em outubro, a ANADEP e a ADEPAR participaram de solenidade de celebração de uma década da posse dos(as) primeiros(as) defensores(as) públicos(as) da Instituição.



📍 Rio de Janeiro

Em agosto, a ADPERJ promoveu o terceiro encontro do “Projeto DPI Brasil em Movimento”, que ocorre virtualmente, pela plataforma Zoom. A atividade tratou dos casos “Poblete Vilches y otros vs. Chile” e “Rodriguez Revolorio vs. Guatemala”, com a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, que atuou em ambos os casos.

No mesmo mês, houve o lançamento regional da Campanha Nacional “DEFENSORIA PÚBLICA: em ação pela inclusão” no Rio de Janeiro, ocorreu na última sexta-feira (25/08), na Sala Cecília Meireles, no centro da capital fluminense.



📍 Rio Grande do Norte

Em julho, a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte celebrou seus 20 anos de existência durante solenidade histórica. Durante a cerimônia, foram entregues cinco honrarias entre medalhas de honra e o Grande Colar Defensorial atribuído à governadora Fátima Bezerra pelo reconhecimento e apoio ao trabalho da instituição.



Rondônia

Em julho, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou de solenidade de posse do novo defensor público-geral do Estado de Rondônia, Victor Hugo de Souza Lima, para o biênio 2023/2025. A presidenta da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado de Rondônia (ADEPRO), Débora Machado Aragão, e o vice-presidente, Jaime Alves, também estiveram presentes.



Santa Catarina

Em novembro, a Defensoria Pública de Santa Catarina deu posse a 10 novos(as) defensoras públicas e defensores públicos. A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte; e o presidente da ADEPESC, João Joffily Coutinho, participaram da cerimônia. Na mesma oportunidade, a DPE-SC e a ADEPESC promoveram o "II Encontro da Defensoria Pública de Santa Catarina".



São Paulo

Em setembro, a ANADEP reuniu as Associações Estaduais para a Assembleia Geral em São Paulo. O encontro teve como anfitriã, a APADEP, por meio do seu presidente, Rafael Galati. Ocasionalmente, ocorreu também o lançamento da Campanha Nacional no estado. Já em agosto, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou da Oficina “Pena de multa, sentenças de exclusão: desafios e estratégias para a garantia de direitos de sobreviventes do cárcere”. O evento foi promovido pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD).



Sergipe

Em agosto, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, e o presidente da ADEPSE, Rodrigo Cavalcante, participaram da solenidade que deu posse aos(as) novos(as) 10 defensores(as) públicos(as) de Sergipe. Na mesma oportunidade, houve visita à sede da DPE-SE e à ADPESE.



ENCONTRO REGIONAL DAS REGIÕES SUL E SUDESTE

Em outubro, foi promovido o Encontro Regional das Defensoras e Defensores Públicos das Regiões Sul e Sudeste, em Foz do Iguaçu (Paraná). O tema desta edição foi “Defensoria Pública: debates contemporâneos”. O Encontro foi uma iniciativa da ANADEP, ADEPAR, ADEPESC, ADPERGS, ADEPES, ADEP-MG, ADPERJ e APADEP, com apoio da Escola Nacional dos Defensores Públicos do Brasil (ENADEP).



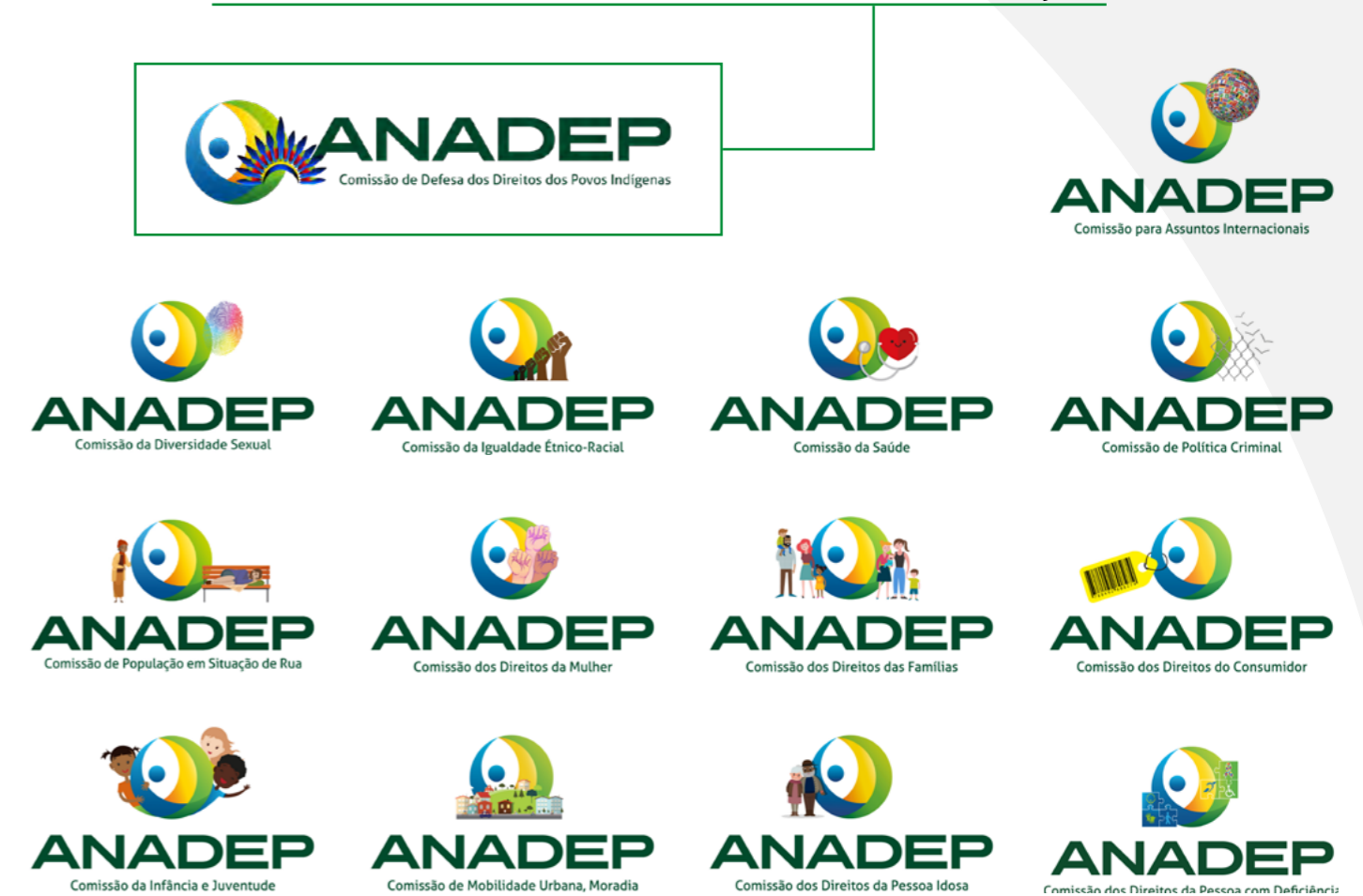
REGISTRO DE ANIVERSÁRIOS DAS ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS

Este ano, a ANADEP deu continuidade aos registros da passagem do aniversário das Associações Estaduais e Distrital nas redes sociais. Houve atualização no formato do cartão dirigido às entidades.



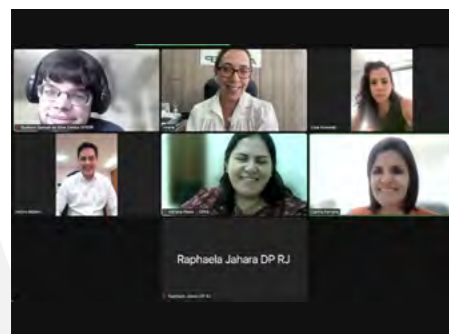
COMISSÕES

As Comissões Temáticas auxiliam a Diretoria da ANADEP na construção de políticas públicas, nas pautas jurídica e legislativa, confeccionando notas técnicas, públicas e participando de audiências públicas. Até o momento, a ANADEP dispõe de 14 comissões. Neste semestre, foi criada a Comissão de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas.



Reuniões das Comissões Temáticas

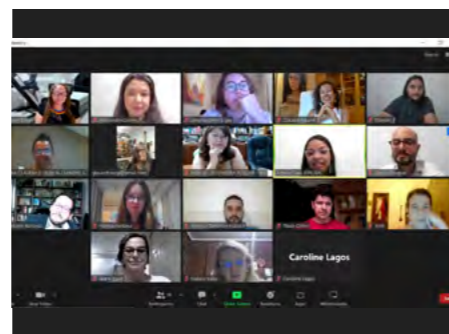
Ao longo do segundo semestre houve uma série de reuniões virtuais.



Comissão da Infância e Juventude



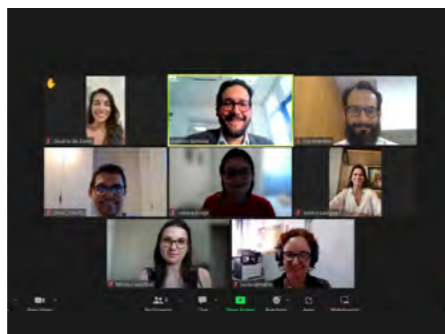
Comissão de Assuntos Internacionais



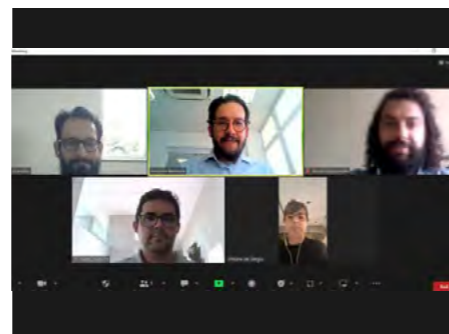
Comissão de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas



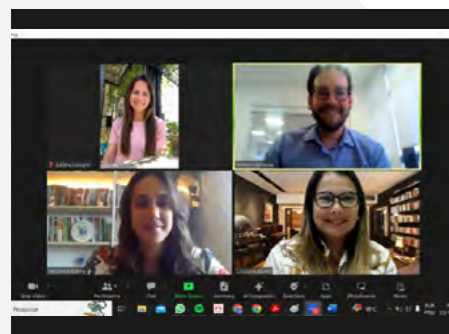
Comissão de Igualdade Étnico-Racial



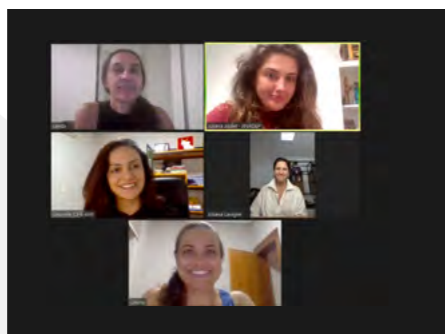
Comissão de População em Situação de Rua



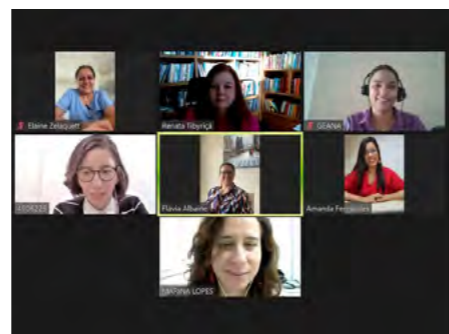
Comissão de População em Situação de Rua



Comissão de População em Situação de Rua



Comissão dos Direitos da Mulher



Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência

BENEFÍCIO PARA ASSOCIADAS E ASSOCIADOS



O Clube de Vantagens ANADEP – o MarktClub – tem mais de 700 parcerias, que proporcionam descontos especiais às associadas e associados da entidade. Confira algumas das promoções que foram destaque neste 2º semestre:

The image displays a grid of 12 promotional posters for ANADEP's MarktClub. Each poster highlights specific offers and discounts available to members. The posters include:

- Posters 1-3 (Top Row):**
 - Posters 1 & 2:** Focus on savings at pharmacies and drugstores (DROGARIAS e FARMÁCIAS) with offers like 27% off at Raia and 27% off at DROGASIL.
 - Poster 3:** Promotes saving at home (ECONOMIZAR!) with offers like 35% off at Dorelli's Pizzas and 35% off at Dell.
- Posters 4-6 (Middle Row):**
 - Poster 4:** Celebrates Family Month (Férias em Família) with offers like 30% off at World and 30% off at Cinépolis.
 - Poster 5:** Promotes IZZI tasting with a 30% discount on pizzas.
 - Poster 6:** Promotes AS LOJAS MAIS PROCURADAS (Most Sought-After Stores) with offers like 40% off at Magalu and 15% off at PneuStore.
- Posters 7-9 (Bottom Row):**
 - Poster 7:** Focuses on pet care (seu pet precisa) with offers like 20% off at Dr. Pet and 15% off at TeleVet.
 - Poster 8:** Promotes school discounts (As melhores escolas de idiomas estão aqui!) with offers like 15% off at Cultura Inglesa and 40% off at KNN.
 - Poster 9:** Promotes home renovation (RENOVE SUA CASA GASTANDO POUCO!) with offers like 10% off at Magalu and 10% off at Modly.
- Posters 10-12 (Bottom Row):**
 - Poster 10:** Celebrates September Aniversário (Setembro Aniversário) with offers like 15% off at Propara Saúde and 55% off at Valor Especial.
 - Poster 11:** Promotes 'Todos Juntos pela Vida' (All Together for Life) with offers like 50% off at Brinox and 20% off at e-Brigida.
 - Poster 12:** Promotes 'Dia do Cliente' (Customer Day) with offers like 50% off at Petz and 80% off at Electrolux.

Novas LOJAS
pra você aproveitar e economizar ainda mais!

Novas Crianças
É AGORA NO SEU CLUBE DE VANTAGENS!

SAMSUNG
Tem ofertas exclusivas com descontos de até 50% esperando por você aqui no seu Clube de Vantagens!

CINEMA
APROVEITE O MELHOR DO CINEMA

Semana do servidor público

Novos Convênios
no seu Clube de Vantagens!

Vai viajar neste fim de ano?
As melhores marcas de bolsas e malas você encontra aqui no seu Clube de Vantagens!

Monte seu look com muito estilo!
Aproveite os descontos exclusivos em grandes marcas de moda aqui no seu Clube de Vantagens!

Faça seu Natal brilhar!
Presenteie quem você ama e celebre nesta data especial!

PRÉ BLACK FRIDAY
com cupons e descontos exclusivos que você só encontrará aqui no seu Clube de Vantagens!

Novidade

Após intensa negociação, a diretoria da ANADEP anunciou, em julho, a contratação de plano de saúde de abrangência nacional, com condições diferenciadas e exclusivas, para atender as necessidades de defensoras e defensores públicos. A comercialização do produto de assistência médico-hospitalar das operadoras Seguros Unimed e SulAmérica Saúde será feita pela empresa Qualicorp em parceria com a Nature Corretora, mediante adesão. Não há exigência de coparticipação. No momento, contarão com o serviço os estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Sobre os demais, a ANADEP segue em negociação.

A ANADEP em parceria com a NATURE e QUALICORP oferece às suas associadas e aos seus associados o plano de saúde da:

SEGUROS Unimed **SulAmérica Saúde**

AMPLA COBERTURA NACIONAL | PLANOS DIFERENCIADOS | PREÇOS ESPECIALIZADOS E DIFERENCIADOS | CONTRATADO UNIPAL

ENTRE EM CONTATO E SAIBA COMO ADERIR

(98) 99210-4541 **(98) 3081-2145**
WHATSAPP FIXO

NESTE MOMENTO, ESTES ESTADOS TÊM COBERTURA DESSE CONTRATO:
AP, AM, BA, CE, DF, GO, MA, MT, MS, MG, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, SC, SP

ANADEP **SulAmérica** **SEGUROS Unimed** **quali corp** **NATURE**



No segundo semestre, houve a continuidade da parceria com a Editora D'Plácido. Com isso, defensoras e defensores públicos associados(as) podem acessar gratuitamente a biblioteca digital da Editora D'Plácido. A ferramenta oferece em seu catálogo mais de 800 títulos para estudantes, profissionais e pesquisadores do Direito.

PARCERIA

ANADEP e Editora D'Plácido firmam termo de parceria

Associados(as) da ANADEP têm descontos em obras e condições especiais para publicação e edição de livros.



ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Participação da ANADEP no legislativo em números no 2º semestre

12 PARTICIPAÇÕES
em audiências públicas

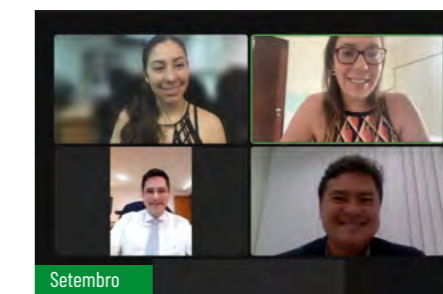
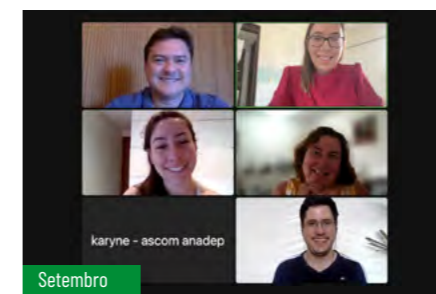
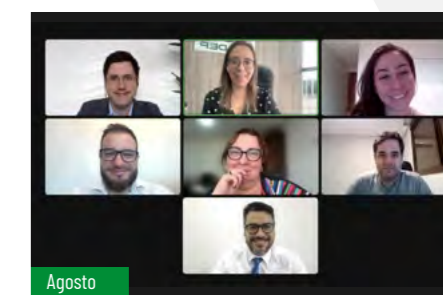
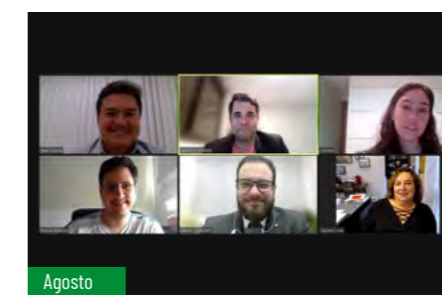
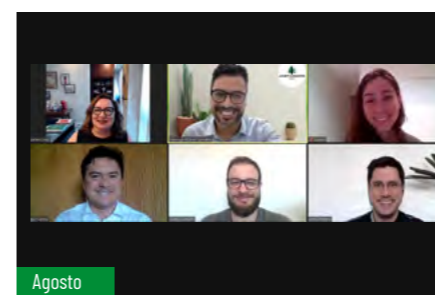
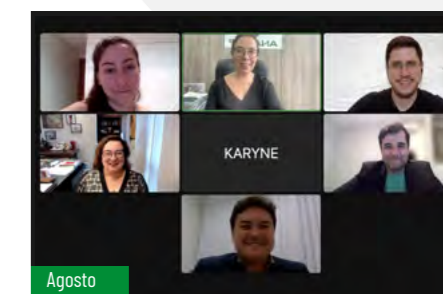
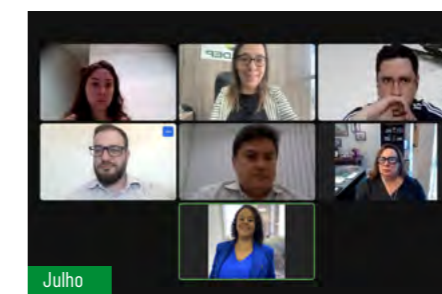
+ de 50 REUNIÕES
com parlamentares no Congresso Nacional

11 NOTAS TÉCNICAS

3 NOTAS PÚBLICAS

ASSESSORIA PARLAMENTAR ESPECIALIZADA

A diretoria da ANADEP conta com a empresa Consillium - soluções institucionais e governamentais, que presta serviços à Associação, promovendo análises, pesquisas, estratégias e cenários relacionados às conjunturas política, econômica, social, regulatória e institucional do Brasil.



MATÉRIAS ACOMPANHADAS NO CONGRESSO NACIONAL

PEC 10 (Valorização por Tempo de Serviço)

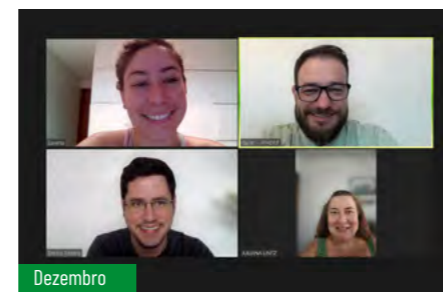
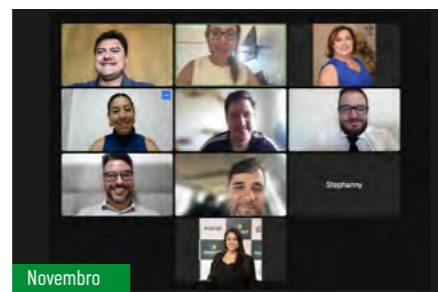
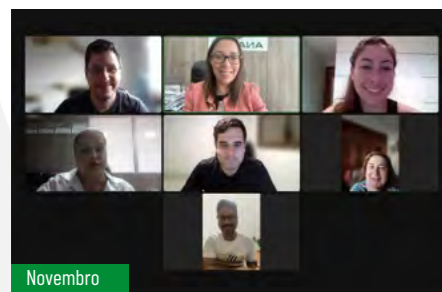
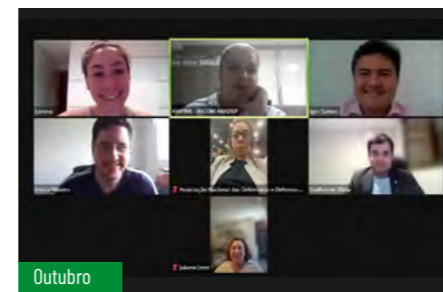
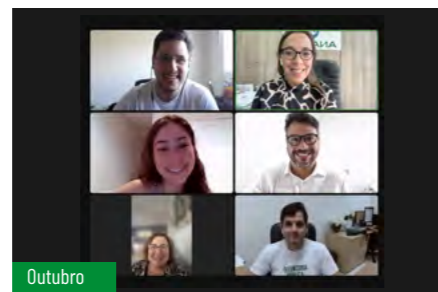
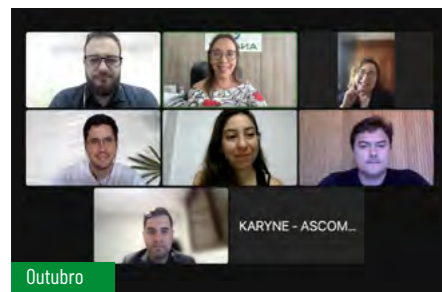
O acompanhamento da tramitação da PEC 10 (Valorização por Tempo de Serviço) foi a principal pauta da categoria nos últimos seis meses.

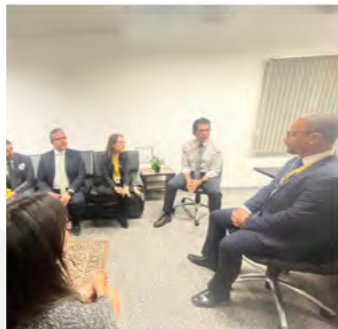
Em outubro, o relator da matéria, o senador Eduardo Gomes (PL-TO), solicitou ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador David Alcolumbre (União-AP), a inclusão da matéria na pauta do Colegiado.

Desde então, a carreira ficou mobilizada na Casa para dialogar com o relator e os(as) demais parlamentares para garantir a inclusão da Defensoria Pública no novo texto, conforme entendimento anterior.

Em novembro, o senador Eduardo Gomes (PL-TO) fez a leitura de seu relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). De forma idêntica ao que havia sido apresentado, em 2022, quando da análise da PEC 63/2013, o novo relatório manteve a inclusão dos(as) membros(as) da Defensoria Pública no texto a ser apreciado no Plenário do Senado.

O texto da PEC está pronto para ser votado na CCJ do Senado.





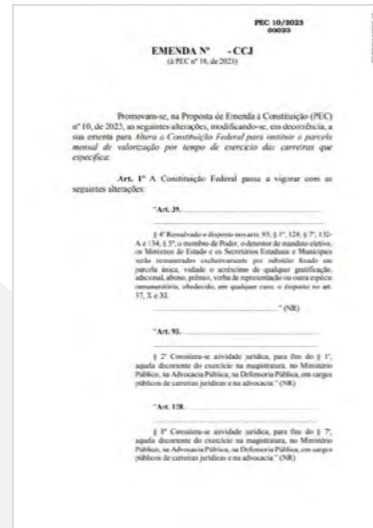
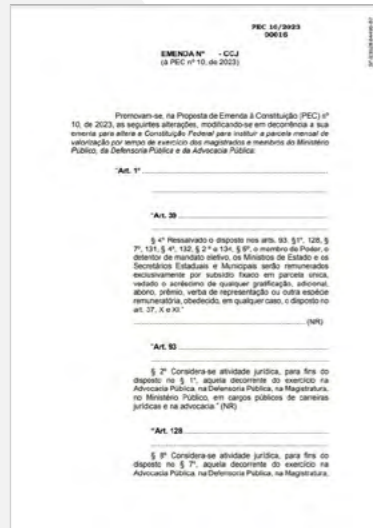
Emendas

A inclusão da Defensoria Pública no texto da PEC 10 decorre de uma série de emendas articuladas pela ANADEP e Associações Estaduais em diálogo com os(as) parlamentares.

PL 3555/23 é apresentado no Senado

Após intenso trabalho legislativo e articulação da ANADEP, o senador Ângelo Coronel (PSD-BA) apresentou neste semestre o Projeto de Lei nº 3555/23, que tem o objetivo de fortalecer o papel da Defensoria Pública na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. A ANADEP foi recebida pelo senador e lembrou que o texto foi apresentado e iniciado pela Associação Nacional.

De acordo com o projeto, a Defensoria Pública defenderá os interesses do público do Estatuto no que disser respeito à guarda, adoção, pensão alimentícia, violência doméstica e outros aspectos. O Projeto garante também a atuação da Defensoria Pública quando o adolescente for infrator.



As atividades legislativas consistiram na apresentação de nota técnica sobre a PEC e entrega de material produzido em parceria com a ANADEP sobre a simetria constitucional da Defensoria Pública.

Valorizar e fortalecer a Defensoria Pública interessa ao Brasil

A Defensoria Pública é responsável pela promoção dos direitos humanos e pela assistência e orientação jurídica gratuita a toda(a) cidadã(o) que está em alguma situação de vulnerabilidade. Existem dois campos de atuação: a Defensoria Pública Estadual e do Distrito Federal e a Defensoria Pública da União.

Defensoria SIM!

A Defensoria Pública é a porta de acesso à justiça dos mais vulneráveis

85% da população é potencial usuário dos serviços da Defensoria.

São mais de 21 milhões de atendimentos por ano realizados pela Defensoria Pública Estadual, Distrito e da União.

A Defensoria Pública tem simetria constitucional com o Ministério Público e com a Magistratura

	DEFENSORIA PÚBLICA	MINISTÉRIO PÚBLICO	MAJISTRATURA
ORGANIZAÇÃO POR LEI	✓ (12.012/2006)	✓ (12.012/2006)	✓ (12.012/2006)
REGIME FOLHA DE PONTA	✓	✓	✓
PROTEÇÃO AUTOMÁTICA DA VENCIMENTAÇÃO E FUNÇÃO	✓	✓	✓
PROTEÇÃO INICIAL DE LEI	✓	✓	✓
PROTEÇÃO DESTITUIÇÃO FUNCIONAL	✓	✓	✓
PROTEÇÃO ONIUSO E INDECOMISSIBILIDADE	✓	✓	✓
PROTEÇÃO BIENIO PROBATÓRIO	✓	✓	✓
PROTEÇÃO CONTRA A DESTITUIÇÃO PRECOZ	✓	✓	✓
PROTEÇÃO CONTRA A ANULAÇÃO	✗	✗	✗
REGIME DE REMUNERAÇÃO UNIFICADO	✗	✗	✗

EC 80: aplicação do art. 93, I, da CF, à Defensoria Pública

- Trata a constitucionalização dos princípios institucionais da Defensoria Pública: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;
- Trata a aplicação de parte do regime jurídico do Poder Judiciário, no que tange à Defensoria Pública, principalmente a inatividade de lei;
- Prevê a criação do Poder Público de universalizar o acesso à justiça e garantir a existência de defensorias públicas em todas as unidades jurisdicionais.

A Defensoria Pública também tem que ser estruturada

- Magistrados(a): 10.300
- Promotores(as) e procuradores(as): 10.875
- Defensor(es) públicos(as): 7.500

A Defensoria Pública não se confunde com a advocacia pública nem privada

As defensorias e os defensores públicos têm dedicação exclusiva, e são remunerados pelo Estado. Eles não podem cobrar pelos serviços prestados ao(a) cidadã(o), também não recebem honorários. Eles não podem advogar, nem em causas próprias. Ao contrário dos(as) advogados(as), defensor(es) públicos(as) têm legitimidade para promover ação civil pública e podem, sozinhos, realizar conciliação e mediação, solucionando diversas demandas extrajudiciais de maneira eficiente e de baixo custo para o erário.

#DefensoriaSim

ANADEP Anadef

NOTA TÉCNICA - 202301 - DIR/ANADEP

ASSUNTO: PEC 10/2023 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - APLICABILIDADE À DEFENSORIA PÚBLICA - SIMETRIA CONSTITUCIONAL.

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP, representada de mais de seis mil e setecentas defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidade, tendo em vista a tramitação da PEC 10/2023, que "altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público", também conhecido como adicional por tempo de serviço (ATS), vem, em virtude da necessária extensão da medida também à Defensoria Pública, em razão do disposto na EC nº 80/2014, apresentar Nota Técnica sobre a matéria.

1- INTRODUÇÃO

A PEC 10/2023 pretende assegurar aos integrantes do ministério público e da magistratura da União, dos Estados e do Distrito Federal parcela mensal indenizatória de valorização por tempo de exercício no valor de cinco por cento do subsídio a cada quinquênio até o máximo de sete. Vale ressaltar que a restrição da proposta a apenas duas carreiras se justifica na afirmação de que se restringia a carreiras que estavam em semelhante patamar constitucional com garantia da autonomia.

Tal iniciativa tem o explícito intuito de rerepresentar a Proposta de Emenda Constitucional nº 63/2013, que foi arquivada definitivamente no final da legislatura passada.

Concluído, a nova proposta agora apresentada no início desta legislatura não visou, a necessidade de conformação às inovações constitucionais apontadas pela EC nº 80 de 2014, como a promulgação da EC nº 80/2014, e, dessa forma, acabou por não trazer a Defensoria Pública como beneficiária do adicional por tempo de serviço (ATS).

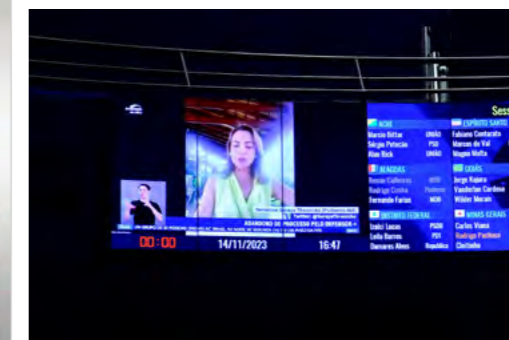
SENADO APROVA PROJETO QUE DETERMINA FIM DE MULTA PARA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) QUE ABANDONAR PROCESSO

Em novembro, o Plenário do Senado aprovou, em definitivo, o substitutivo do PL 4.727/2020. De iniciativa do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o projeto determina o fim da multa aplicada pela justiça ao(a) defensor(a) público(a) ou advogado(a) que abandona processo penal. O relatório final foi de autoria da senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) que acolheu o pedido da ANADEP para ajuste de redação do texto.

DEFENSORIA SIM!

Senado aprova projeto que determina fim de multa para defensor(a) público(a) que abandonar processo

ANADEP



APÓS INTENSA ARTICULAÇÃO DA ANADEP E DEMAIS CARREIRAS, PLP 143/2020 É APROVADO PELA CCJ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em dezembro, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do deputado Alencar Santana (PT-SP) ao PLP 143/2020. A matéria, que altera a Lei Complementar 173/2020, trata do reconhecimento da contagem do tempo de serviço durante a pandemia da Covid-19. A matéria está apta para análise em Plenário da Casa, o que deve ocorrer apenas em 2024. Ao longo da tramitação da matéria na Casa, a ANADEP e as Associações Estaduais e do DF dialogaram com os deputados e deputadas para que a categoria fosse contemplada na proposta. Houve ainda articulação com o presidente da CCJ, deputado Rui Falcão (PT-SP), para inserir a matéria na pauta do Colegiado.



ANADEP PARTICIPA DA SESSÃO SOLENE PARA PROMULGAR A PEC 130, ORIUNDA DA PEC DA PERMUTA

Em outubro, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, ao lado de representantes de outras entidades do sistema de justiça, participou da sessão solene do Congresso Nacional destinada a promulgar a Emenda Constitucional 130/2023. A nova Emenda Constitucional é um grande marco para a luta associativa porque altera a redação do inciso VIII-A do caput do art. 93 da Constituição Federal criando a possibilidade de permuta nas carreiras da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Magistratura.



TRABALHO AMPLIADO

Entre outras matérias legislativas acompanhadas pela ANADEP no segundo semestre destacam-se:

- PL 4015/2023 (que estabelece atividade de risco);
- PL 5619/2020 (que altera o ECA para estabelecer a Defensoria Pública como curadora especial da Criança e do Adolescente);
- PL 2253/22 (que trata da saída temporária e da monitoração eletrônica de presos);
- PL 3555/2023 (amplia e consolida a atuação da Defensoria Pública no ECA);
- PL 755/2019 - (que altera o ECA para incluir a Defensoria Pública como legitimada para apurar irregularidades em entidade de atendimento);
- PL 9994/2018 (que altera o ECA para incluir a Defensoria Pública como ente autorizado a fiscalizar as entidades de atendimento governamentais e não-governamentais responsáveis por programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes.);
- PL 5619/2020 (altera o ECA para estabelecer medidas para assegurar o integral respeito ao direito à representação processual da criança, do adolescente e do jovem em situação de acolhimento institucional);
- PL 4438/21 (que altera o estatuto do idoso e da PCD e estabelece medidas protetivas de urgência para idosos que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-las);
- PL 3035/2020 (que trata da Política de Educação Especial e Inclusiva);
- PLP 112/2021 (Lei da Reforma Eleitoral);
- PEC 45/2023 (que prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar);
- PLP 130/2004 (que trata da previsão de porte de arma para defensores públicos).

NOTAS PÚBLICAS

Neste segundo semestre, a diretoria, com apoio das comissões temáticas, emitiu 3 notas públicas. Entre os temas trabalhados nos documentos, estão: nota de pesar pela morte de Maria Bernadete Pacífico, a Mãe Bernadete, Coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ); defesa às prerrogativas de defensoras e defensores do Estado da Bahia; e sobre a reclamação da DPE-RJ e criticam apreensões de adolescentes para averiguação na Operação Verão.



NOTA PÚBLICA




ANADEP
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) – entidade que representa mais de 6.500 defensoras e defensores públicos estaduais e distritais nas 27 unidades da Federação – vem a público reiterar sua insistera defesa às prerrogativas de defensoras e defensores do Estado da Bahia.

A Defensoria Pública é instituição pública essencial à função jurisdicional do Estado, verdadeira expressão e instrumento do regime democrático e que cumpre a missão constitucional de garantir a orientação jurídica, a promoção de direitos humanos e a defesa em todos os graus, judicial e extrajudicialmente, dos direitos individuais e coletivos, de maneira integral e gratuita às pessoas em situações de vulnerabilidade no Brasil.

NOTA PÚBLICA: Comissões Temáticas da Infância e Juventude e da Igualdade Étnico-Racial da ANADEP apoiam reclamação da DPE-RJ e criticam apreensões de adolescentes para averiguação na Operação Verão

Fonte: ASCOM ANADEP
Estado: DF



NOTA PÚBLICA

NOTAS TÉCNICAS


Neste segundo semestre, a diretoria, com apoio das comissões temáticas, emitiu 11 notas técnicas. Entre os temas trabalhados nos documentos, estão: PL 4015/2023 (código penal, Lei de Crimes Hediondos, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais); PL 5619/2020 (Estatuto da Criança e do Adolescente); PL 2253/22 (Lei de Execução Penal); PL 3555/2023 (Estatuto da Criança e do Adolescente); PL 4438/21 (Estatuto da Pessoa Idosa e o Estatuto da Pessoa com Deficiência); PL 3035/2020 (Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva); Resolução CNPCP nº 23/2021 (estabelece medidas de eliminação de tomadas e pontos de energia do interior e das proximidades das celas nos estabelecimentos penais); PL 755/19 (Estatuto da Criança e do Adolescente); PL 9994/18 (Estatuto da Criança e do Adolescente); PDL 81/23 (Resolução nº 487 do CNJ); PLP 112/2021 (Reforma do Código Eleitoral); PL 3387/2019 (Estatuto da Criança e do Adolescente); PEC 10/2023 (Adicional por tempo de serviço); e PL 2878/2019 (Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos).



NOTA TÉCNICA – 202302 – DIRIANADEP

ASSUNTO: PL 2878/2019 – Inamao do §4º ao art. 1º da Lei nº 8.008, de 21 de março de 1995.

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, representante de mais de seis mil e setecentas defensoras e defensores públicos estaduais e distritais, das 27 unidades da Federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidade, com fulcro no Artigo 2º, Inciso IV, de seu Estatuto, tendo por uma de suas finalidades institucionais a de “colaborar com os Poderes constituídos no aperfeiçoamento da ordem jurídica, fazendo representações, indicações, requerimentos ou sugestões à legislação existente ou a projetos em tramitação”, vem apresentar **NOTA TÉCNICA AO PROJETO DE LEI Nº 2.878/2019**, em caráter reces Senado Federal, de autoria do Senador Weverton (PDT/MA).



NOTA TÉCNICA – 202301 – DIRIANADEP

ASSUNTO: PEC 10/2023 – ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - APLICABILIDADE À DEFENSORIA PÚBLICA – SIMETRIA CONSTITUCIONAL


A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, representante de mais de seis mil e setecentas defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da Federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidade, tendo em vista a tramitação da PEC 10/2023, que “altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público”, também conhecido como adicional por tempo de serviço (ATS), vem, em virtude da **necessária extensão de medida também à Defensoria Pública, em razão do disposto no EC nº 80/2014**, apresentar Nota Técnica sobre a matéria.



NOTA TÉCNICA - 202304 - CONJUNTA ANADEP/CONDEGE

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 3387/2019

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, representante de mais de seis mil defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das vinte e sete unidades da Federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidade, através da Comissão da Infância e Juventude, no uso de suas atribuições estatutárias, com fulcro no Artigo 2º, Inciso IV, de seu Estatuto, tendo por uma de suas finalidades institucionais a de “colaborar com os Poderes constituídos no aperfeiçoamento da ordem jurídica, fazendo representações, indicações, requerimentos ou sugestões à legislação existente ou a projetos em tramitação”.



NOTA TÉCNICA – 202306 – DIRIANADEP

ASSUNTO: PLP 112/2021 – REFORMA CÓDIGO ELEITORAL – EMENDA Nº 8 - A DEFENSORIA PÚBLICA NO CÓDIGO, MEDIDA IMPRESCINDÍVEL PARA ALCANCE EFETIVO DO ACESSO À JUSTIÇA.

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, representante de mais de seis mil e setecentas defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da Federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidade, tendo em vista a tramitação do PLP 112/2021, que “**altera sobre as normas eleitorais e as normas processuais elaboradas brasileiras**”, também conhecido como novo Código Eleitoral, vem, em virtude da **necessária inclusão da Defensoria Pública (emenda nº 8)**, apresentar Nota Técnica sobre a matéria.



NOTA TÉCNICA – 202307 – CPCIANADEP

ASSUNTO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 2023

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, representante de mais de seis mil e setecentas defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da Federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidade, no uso de suas atribuições estatutárias, com fundamento no Artigo 2º de seu Estatuto, inciso IV, do seu Estatuto, tendo por uma de suas finalidades institucionais “colaborar com os Poderes constituídos no aperfeiçoamento da ordem jurídica, fazendo representações, indicações, requerimentos ou sugestões à legislação existente ou a projetos em tramitação”, apresenta referido resumo argumentativo técnico e em seguida Nota Técnica estendida.



NOTA TÉCNICA – 202311 – CLJIANADEP

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 9994/2018 que visa à modificação da Lei nº 8.669/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, por meio da Comissão da Infância e Juventude, representante de cerca de 6.700 (seis mil e setecentas) Defensoras e Defensores Públicos estaduais e distritais das 27 (vinte e sete) unidades da Federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidade, no uso de suas atribuições estatutárias, com fundamento no Artigo 2º de seu Estatuto, inciso IV, do seu Estatuto, tendo por uma de suas finalidades institucionais “colaborar com os Poderes constituídos no aperfeiçoamento da ordem jurídica, fazendo representações, indicações, requerimentos ou sugestões à legislação existente ou a projetos em tramitação”, apresenta referido resumo argumentativo técnico e em seguida Nota Técnica estendida.

ANADEP, FONACATE E FRENTE SERVIR BRASIL

No segundo semestre, o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado e a Frente Servir Brasil promoveram o seminário que marcou o início de uma série de debates que o Colegiado visa organizar em torno da reforma administrativa. O primeiro encontro ocorreu no B Hotel, no centro de Brasília. O vice-presidente administrativo da ANADEP, Guilherme Vilela, participou da atividade.



Em setembro, o Fórum promoveu reunião extraordinária para debater a PEC 32. A presidenta da ANADEP e secretária-geral do Fonacate, Rivana Ricarte, participou do encontro, em Brasília.

ANADEP

NOTA TÉCNICA – 202209 – CUI/ANADEP

ASSUNTO: Projeto de Lei n.º 755/2019 que visa à modificação da Lei n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, por meio da Comissão da Infância e Juventude, representante de cerca de 6.700 (seis mil e setecentas) Defensoras e Defensores Públicos estaduais e distritais das 27 (vinte e sete) unidades da Federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, no uso de suas atribuições estatutárias, com fundamento no Artigo 2º de seu Estatuto, inciso IV, do seu Estatuto, tendo por uma de suas finalidades institucionais “colaborar com os Poderes constituídos no aperfeiçoamento da ordem jurídica, fazendo representações, indicações, requerimentos ou sugestões à legislação existente ou a projetos em tramitação”;

ANADEP

NOTA TÉCNICA – 202314 – CPC/ANADEP

ASSUNTO: RESOLUÇÃO CNCPQ Nº 23/2021

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, representante de mais de 6.700 defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da Federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, através da Comissão de Política Criminal, vem apresentar a presente nota técnica à Resolução CNCPQ nº 16/2021, que estabelece medidas de eliminação de tomadas e pontos de energia da interior e das promotores das salas nos estabelecimentos penais – Avalia os considerandos e dos dispositivos fírmato, conforme os argumentos a seguir:

ANADEP

NOTA TÉCNICA – 202313 – CPC/ANADEP

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 3.035, DE 2020 Apenados; PL nº 5.093/2020, PL nº 2.917/2021, PL nº 3.569/2021, PL nº 1.434/2022, PL nº 2.418/2022, PL nº 730/2022, PL nº 1.178/2023, PL nº 1.620/2023, PL nº 1.847/2023, PL nº 2.425/2023, PL nº 2.472/2023, PL nº 695/2023, PL nº 659/2023 e PL nº 863/2023

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, representante de mais de seis mil e setecentas defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da Federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, por intermédio da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no uso de suas atribuições estatutárias, com fundamento no Artigo 2º, inciso IV, de seu Estatuto, tendo por uma de suas finalidades institucionais a de “colaborar com os Poderes constituídos no aperfeiçoamento da ordem jurídica, fazendo representações, indicações, requerimentos ou sugestões à legislação existente ou a projetos em tramitação”, vem apresentar **NOTA TÉCNICA AO PROJETO DE LEI 3035/2020** de relatoria do Deputado Federal Duarte Jr., que visa instituir a Prática de Educação Especial nas penitenciárias de Educação Inicial, para atendimento às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades/superdotação; altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 12.264, de 27 de dezembro de 2012.

ANADEP

NOTA TÉCNICA – 202312 – CD/PC/ANADEP

Assunto: Projeto de Lei n.º 4338/2021, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, representante de cerca de 6.700 (seis mil e setecentas) Defensoras e Defensores Públicos estaduais e distritais das 27 (vinte e sete) unidades da Federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, no uso de suas atribuições estatutárias, com fundamento no Artigo 2º de seu Estatuto, inciso IV, do seu Estatuto, tendo por uma de suas finalidades institucionais “colaborar com os Poderes constituídos no aperfeiçoamento da ordem jurídica, fazendo representações, indicações, requerimentos ou sugestões à legislação existente ou a projetos em tramitação”, por intermédio das Comissões dos Direitos das Pessoas com Deficiência e dos Direitos da Pessoa Idosa, vem se manifestar sobre o Projeto de Lei 4.338/2021, que altera o Estatuto da Pessoa Idosa e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

CONDEGE **ANADEP**

NOTA TÉCNICA CONJUNTA ANADEP/CONDEGE

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 3555 de 2023 do Senado Federal, que altera a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para dispor sobre atribuições da Defensoria Pública.

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, representante de mais de seis mil e setecentas defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da Federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, com fulcro no Artigo 2º, inciso IV, de seu Estatuto, tendo por uma de suas finalidades institucionais a de “colaborar com os Poderes constituídos no aperfeiçoamento da ordem jurídica, fazendo representações, indicações, requerimentos ou sugestões à legislação existente ou a projetos em tramitação”, e o **CONSELHO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS GERAIS-CONDEGE**, entidade que reúne os 27 defensores públicos gerais em âmbito estadual e distrital, apresentam **NOTA TÉCNICA** ao Projeto de Lei (PL) 3555/2023, que pretende alterar a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre atribuições da Defensoria Pública, e contribui com o debate, nos termos que se seguem:

ANADEP

NOTA TÉCNICA – 202315 – DIR/ANADEP

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 2253/2022 – Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1994 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prevenir a realização de exame criminológico para progressão de regime e assegurar o benefício da saída temporária.

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, representante de mais de seis mil e setecentas defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da Federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, com fulcro no Artigo 2º, inciso IV, de seu Estatuto, tendo por uma de suas finalidades institucionais a de “colaborar com os Poderes constituídos no aperfeiçoamento da ordem jurídica, fazendo representações, indicações, requerimentos ou sugestões à legislação existente ou a projetos em tramitação”, apresenta **NOTA TÉCNICA** ao Projeto de Lei (PL) 2253/2022, sob relatoria do Senador Flávio Bolsonaro (PL/RS) que pretende alterar a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1994 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prevenir a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária, nos termos que se seguem:

CONDEGE **ANADEP**

NOTA TÉCNICA CONJUNTA 202316 - ANADEP/CONDEGE

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 5619 de 2020, que altera a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para estabelecer medidas para assegurar o integral respeito ao direito à representação processual da criança, do adolescente e do jovem em situação de acolhimento institucional.

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, representante de mais de seis mil e setecentas defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da Federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, com fulcro no Artigo 2º, inciso IV, de seu Estatuto, tendo por uma de suas finalidades institucionais a de “colaborar com os Poderes constituídos no aperfeiçoamento da ordem jurídica, fazendo representações, indicações, requerimentos ou sugestões à legislação existente ou a projetos em tramitação”, e o **CONSELHO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS GERAIS-CONDEGE**, entidade que reúne os 27 defensores públicos gerais em âmbito estadual e distrital, apresentam **NOTA TÉCNICA** ao Projeto de Lei (PL) 5619/2020, que pretende alterar a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer medidas para assegurar o integral respeito ao direito à representação processual da criança, do adolescente e do

ANADEP

NOTA TÉCNICA – 202316 – DIR/ANADEP

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 4015/2023 – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 12.694, de 24 de julho de 2012, e 13.709, de 14 agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP, representante de mais de seis mil e setecentas defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da Federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, com fulcro no Artigo 2º, inciso IV, de seu Estatuto, tendo por uma de suas finalidades institucionais a de “colaborar com os Poderes constituídos no aperfeiçoamento da ordem jurídica, fazendo representações, indicações, requerimentos ou sugestões à legislação existente ou a projetos em tramitação”, apresenta **NOTA TÉCNICA** ao Projeto de Lei (PL) 4015/2023, sob relatoria do Senador Wenerton Rocha (PT/MA) que pretende alterar o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 12.694, de 24 de julho de 2012, e 13.709, de 14 agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Em audiência pública, deputada Sâmia Bonfim defende arquivamento da reforma administrativa; Fonacate foi uma das entidades convidada para o debate

Já em novembro, a Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados promoveu a audiência pública “A luta dos servidores contra a reforma administrativa”. O debate atendeu a requerimento das deputadas Sâmia Bonfim (PSOL-SP) e da Fernanda Melchionna (PSOL-RS). A ANADEP, que atualmente ocupa a secretaria geral do FONACATE, representou a entidade na audiência pública.



ANADEP e ADPEMA cumprimentam o ministro Flávio Dino e o procurador da República Paulo Gonet, após aprovação em sabatina, na CCJ do Senado

A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, e o presidente da ADPEMA, Cristiano Matos, acompanharam as sabatinas na Comissão de Constituição e Justiça de Flávio Dino, para o Supremo Tribunal Federal; e de Paulo Gonet, para a Procuradoria-Geral da República.



ANADEP participa do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Criança, do Adolescente e dos Conselhos Tutelares

Em setembro, a ANADEP participou do lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Criança, do Adolescente e dos Conselhos Tutelares. A iniciativa é da deputada Antônia Lúcia (Republicanos-AC). Acompanharam também o lançamento da Frente os(as) presidentes da AMDEP e da ADPESC, Janaina Yumi Osaki e João Joffily Coutinho, respectivamente, além da vice-presidenta institucional, Juliana Lintz.



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Avaliação do sistema de justiça na seara criminal é tema de audiência pública no Senado

Em agosto, a Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado Federal realizou audiência pública para avaliar a atuação da Justiça Criminal entre os anos de 2017 e 2022. A audiência teve o objetivo de debater se a Justiça tem cumprido seu papel de defesa e preservação de direitos fundamentais, com celeridade e observando o princípio da eficiência.



Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ANADEP participa de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre educação inclusiva e BPC

Em setembro, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para tratar da retomada e do fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial sob a perspectiva da educação inclusiva.



ANADEP participa de audiência pública sobre o PL 5619 de 2020 na Câmara dos Deputados

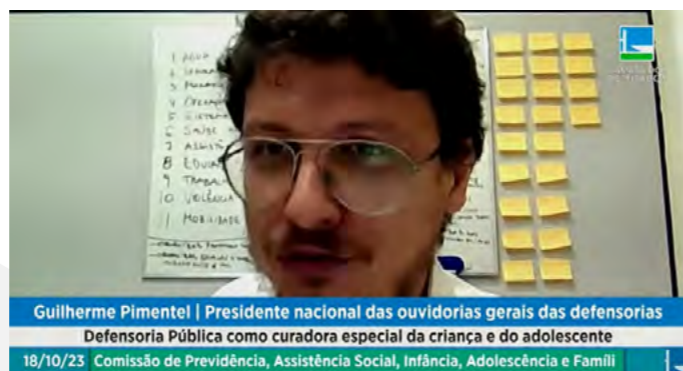
Em outubro, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados debateu o papel da Defensoria Pública na garantia do direito à representação processual de menores em acolhimento institucional.



Defensora pública e membra da Comissão de Infância e Juventude da ANADEP Raphaela Clemente, a defensora mineira Daniele Nesrala, e a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte.



Presidente do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias, Guilherme Pimentel, também participou dos debates.



Guilherme Pimentel | Presidente nacional das ouvidorias gerais das defensorias
Defensoria Pública como curadora especial da criança e do adolescente
18/10/23 Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família

Falta de vagas em creches públicas é tema de audiência pública

Em outubro, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados discutiu a situação da falta de vagas em creches no sistema público ou conveniado de educação infantil no Brasil e modelos que possam atender às diversas necessidades da família brasileira.

O defensor público do Rio de Janeiro Rodrigo Azambuja representou a ANADEP



Comissão dos Direitos do Consumidor da ANADEP participa de audiência pública na Câmara dos Deputados

Em outubro, a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir medidas que inibam a prática de golpes e fraudes no sistema financeiro, especialmente contra os consumidores.



ANTÔNIO CINTRA | Assoc. Nac. dos Defensores Públicos - ANADEP
Golpes e fraudes no sistema financeiro

Participação em Audiência Pública #ANADEPnaLegislatura

Golpes e fraudes no Sistema Financeiro

Quinta-feira (26)

10H

Anexo II, Plenário 08:
Transmissão pelo canal da
Câmara dos Deputados no
YouTube.

Antônio Cintra
Comissão dos Direitos do
Consumidor da ANADEP

ANADEP

Defensora pública ressalta impactos da PEC 45/2023 para a população negra e periférica do país

Em outubro, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado promoveu audiência pública para debater a PEC 45/2023, que visa criminalizar a posse e o porte de entorpecentes.



O debate contou com a participação da coordenadora da comissão de política criminal da ANADEP, Lúcia Helena de Barros.



A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, e a presidenta da AGDP, Fernanda Fernandes, acompanharam a audiência.

Comissões da ANADEP debatem atuação da Defensoria Pública para efetivação das medidas protetivas de urgência para pessoas idosas e pessoas com deficiência vítimas de violência, durante audiência pública no Senado

Em novembro, a Comissão de Direitos Humanos do Senado promoveu audiência pública sobre o PL 4.438/2021, que determina medidas protetivas de urgência para pessoas idosas e pessoas com deficiência vítimas de violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

A audiência pública contou com a participação das Defensoras Públicas Amanda Fernandes (DF), Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes (CE) e Renata Tibyriçá (SP), que compõem as Comissões Temáticas da ANADEP dos Direitos das Pessoas Idosas e dos Direitos das Pessoas com Deficiência. A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte e a vice presidenta institucional, Juliana Lintz, acompanharam a audiência pública e dialogaram com o Senador relator.



Em audiência pública, ANADEP apresenta atuação da Defensoria Pública no enfrentamento à violência doméstica e familiar

A defensora pública e presidenta da Associação Goiana das Defensoras e Defensores Públicos (AGDP), Fernanda Fernandes, representou a ANADEP durante audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília. O debate teve como foco debater sobre violência doméstica e familiar e seus impactos no Poder Judiciário, além da ampliação e melhoria das varas especializadas em atendimento às mulheres. O encontro foi realizado a pedido da deputada Delegada Ione (Avante-MG), na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.



ANADEP E A PAUTA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO LEGISLATIVO

ANADEP participa de sessão solene em homenagem ao Dia de Luta das Pessoas com Deficiência, na Câmara dos Deputados

Em agosto, o plenário da Câmara dos Deputados realizou sessão solene em alusão ao Dia de Luta das Pessoas com Deficiência. A presidenta da ANADEP e a vice-presidenta institucional, Rivana Ricarte e Juliana Lintz, participaram do evento. Na ocasião, o kit da campanha também foi entregue à deputada Laura Carneiro (PSD-RJ) e ao representante da APAE Nacional.



No Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, ANADEP divulga campanha nacional “Em Ação pela Inclusão” durante audiência pública

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados promoveu, no dia 21 de setembro, audiência pública para ressaltar a Campanha Nacional “Defensoria Pública: em ação pela inclusão”. O requerimento do debate foi de autoria do deputado Igor Timo (Podemos-MG), a pedido da ANADEP.

Inicialmente, a audiência pública foi presidida pelo deputado Raimundo Costa (PODEMOS-BA) e contou com a participação dos(as) defensores(as) públicos(as) e membros(as) da Comissão Temática da ANADEP Luís Renato Braga Arêas Pinheiro, Flávia Albaine e Amanda Fernandes, além do representante do Conselho Nacional da Justiça, Mário Henrique Aguiar; da Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Anna Paula Feminella; e do assistido da Defensoria Pública do DF, Kleidson Bezerra.

A audiência pública foi acompanhada pelos(as) deputados(as) Defensor Stélio Dener (Republicanos-RR), Érika Kokay (PT-DF), Duarte Jr (PSB-MA), Sonize Barbosa (PL-AP), Márcio Honaiser (PDT-MA) e Florentino Neto (PT-PI), além da presidenta da ANADEP, Luciana Dytz.



DEP. FLORENTINO NETO | PT-PI
Acesso à justiça - Defensoria pública em ação pe



Defensora pública fala sobre educação inclusiva e acessível durante audiência pública na Câmara

Em setembro, a Política de Educação Especial e Inclusiva voltou a ser debatida pela Câmara dos Deputados durante audiência pública promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Casa.



ANADEP presente em seminário sobre a ampliação e efetividade das políticas públicas em defesa das pessoas com deficiência no Brasil

Em dezembro, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, ao lado do presidente da ADPEP-PA, Marcus Franco, e do presidente da ADPESE, Rodrigo Cavalcante, participou do seminário Nacional "Federalismo das políticas públicas para as pessoas com deficiência". O encontro aconteceu na Câmara dos Deputados, em Brasília.



2.1 ATUAÇÃO JUNTO AO PODER EXECUTIVO

ANADEP e ADEP-MG acompanham posse do novo ministro do Turismo e cumprimentam presidente Lula durante a cerimônia

Em agosto, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, dialogou com o presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, durante a solenidade de posse do novo ministro do turismo, Celso Sabino, que ocorreu no Palácio do Planalto, em Brasília. O vice-presidente da ADEP-MG, Rômulo Carvalho, também estava presente na agenda. Em seguida, os(as) defensores(as) públicos(as) cumprimentaram o ministro Celso Sabino pela posse e o deputado Marcelo Queiroz (PP-RJ), que também acompanhou a cerimônia.



ANADEP reúne-se com ministro Silvio Almeida para debater atuação de defensoras e defensores públicos na proteção dos direitos humanos

A atuação de defensoras públicas e de defensores públicos na proteção e promoção dos direitos humanos foi o ponto central de reunião entre a ANADEP e o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Silvio Almeida, em outubro.



Presidenta Rivana Ricarte; o diretor de relações internacionais e presidente da ADEP-DF, Rodrigo Duzinski; e a presidenta da AGDP, Fernanda Fernandes

Caravana de Direitos Humanos é foco de reunião entre ANADEP e Isadora Brandão

Em agosto, a ANADEP participou de reunião com Isadora Brandão, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). Na pauta, a apresentação do projeto “Caravana de Direitos Humanos” em que complexos penitenciários e unidades socioeducativas de todo o país. A Associação Nacional será uma das apoiadoras da iniciativa.



Em agenda no RJ, ministro Silvio de Almeida reúne-se com ADPERJ e DPE-RJ para falar sobre “caravana de direitos”, projeto com foco no sistema prisional

Em agosto, a ADPERJ recebeu o Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), Silvio de Almeida, e a Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Isadora Brandão. Na pauta, a parceria do MDHC com defensoras e defensores públicos de todo o Brasil, por meio do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CON-DEGE), no âmbito do programa “Caravana de Direitos Humanos”.



Diálogo com o MDHC

Em agosto, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, reuniu-se com a secretária-executiva do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Rita Cristina, para dialogar sobre o papel da Defensoria Pública para o acesso à justiça e pautas congêneres



ANADEP e Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos dialogam sobre parcerias

Em outubro, a ANADEP esteve com o ouvidor nacional de Direitos Humanos, Bruno Renato, e sua equipe para dialogar sobre parcerias e implementação de políticas públicas, a partir do apoio da ANADEP, através da atuação das comissões temáticas compostas por defensoras e defensores públicos.



CIAMP

Em outubro, a ANADEP participou da solenidade de posse do novo mandato das Conselheiras e dos Conselheiros do CIAMP-RUA referente ao biênio 2023-2025. A cerimônia ocorreu na sede do MDHC



ANADEP acompanha instalação da Comissão de Direitos e Democracia

Em agosto, a ANADEP participou da instalação da Comissão de Direitos e Democracia do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), realizada no Ministério da Justiça. O objetivo da Comissão é analisar e debater as políticas públicas prioritárias do governo, de modo a propor aprimoramentos em temas como Sistema de Justiça e Segurança Pública, combate ao racismo, defesa e fortalecimento das instituições, combate à desinformação e combate ao discurso de ódio.



ANFIP, ANADEP E FONA-CATE



Presidenta e a vice-presidenta institucional da ANADEP, Rivana Ricarte e Juliana Lintz, acompanharam os trabalhos.

ANADEP acompanha cerimônia de lançamento do observatório para fortalecer a democracia, da AGU

Em setembro, a Advocacia-Geral da União (AGU) lançou o Observatório da Democracia. O grupo de estudo será presidido pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski.



A presidenta e a vice-presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte e Juliana Lintz, acompanharam a cerimônia.



ANADEP, ANADEF e ANAMATRA

ANADEP apoia consulta pública sobre o uso de telas e dispositivos digitais por crianças e adolescentes

Em outubro, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, recebeu na sede da Associação, o defensor público e coordenador geral de Proteção de Direitos na Rede da Secretaria de Políticas Digitais da Secom da Presidência da República, Clériston Cavalcante, e o diretor do Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática, Victor Martins Pimenta. Na ocasião, os representantes trataram sobre consulta pública para coletar informações para a construção de um Guia Oficial com orientações para o uso de telas e dispositivos digitais por crianças e adolescentes. A presidenta da AGDP, Fernanda Fernandes, também acompanhou a reunião. Além disso, a ANADEP apoia consulta pública sobre o uso de inteligência artificial na Defensoria Pública.



Entidades pedem ao Governo Federal fim da política de incentivos para a privatização dos presídios

Em setembro, cerca de 90 entidades, entre as quais, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), encaminharam ao Governo Federal uma nota técnica conjunta contra a privatização do sistema prisional, solicitando o fim dos incentivos para a transferência da gestão de presídios à iniciativa privada por meio do BNDES e de isenções fiscais previstas no Decreto 11.498/2023.



Reunião no Ministério da Justiça

Em setembro, a ANADep, ao lado do coletivo Justiça Além do Cárcere, reuniu-se com o presidente do Conselho Nacional de Política Criminal Penitenciária, Douglas Martins, para tratar do decreto de privatização dos presídios. A reunião ocorreu no Ministério da Justiça.



DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DIÁLOGO COM O EXECUTIVO

Comissão Temática dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ANADep presente no lançamento de plano voltado para o fortalecimento da educação inclusiva

Em novembro, as defensoras públicas Amanda Fernandes (DF) e Renata Tibiryçá, da Comissão Temática dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ANADep, participaram do lançamento do Plano de Afirmção e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI).



Já em setembro, Renata Tibiryçá participou de reunião da Comissão Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. É a primeira vez que a entidade compõe o CNEEPEI.



Comissão Temática dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ANADEP presente no lançamento de programa “Novo Viver Sem Limite”

Em novembro, a membra da Comissão Temática dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ANADEP Amanda Fernandes (DF) participou do lançamento do programa Novo Viver Sem Limite - iniciativa que integra o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Com 95 ações, o objetivo é garantir dignidade, promover direitos e ampliar acessos das pessoas com deficiência no país.



Diálogo com a secretária nacional dos direitos das pessoas com deficiência

Em outubro, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, reuniu-se com Anna Paula Feminella, secretária nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para falar sobre o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e pautas legislativas.



PNAD

Em julho, a ANADEP e a ADPETO participaram de seminário promovido pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para apresentar os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) voltada para pessoas com deficiência.



Diálogo sobre as pautas raciais

Em outubro, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, e o diretor da região Centro-Oeste da ANADEP, Salomão Rodrigues, participaram de reunião com a chefe de gabinete do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Roseane Ramos.



ANADEP debate atuação da Defensoria Pública nas questões fundiárias durante encontro em Brasília

Em novembro, a ANADEP participou do evento “Caminhos Institucionais para Reforma Agrária no Triênio 2024/2026”, organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, em Brasília.



Vice-presidenta institucional da ANADEP, Juliana Lintz, acompanha agenda.

CNJ

Em dezembro, Rivana Ricarte e a presidenta da ADEP-MG, Marolinta Dutra, entregaram ao conselheiro Pablo Coutinho Barreto memorial visando contribuir com a discussão no âmbito do CNJ do ato normativo que estabele diretrizes gerais para aprimoramento da transparência e efetivo controle da nomeação e no pagamento de advogados dativos nos tribunais brasileiros.



2.2

ATUAÇÃO JURÍDICA

ASSESSORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA

A ANADEP conta com um dos principais escritórios de advocacia do país: Marrafon, Robl & Grandinetti Advocacia que auxilia a vice-presidência jurídica legislativa e a diretoria jurídica na elaboração de estudos e pareceres jurídicos e no ingresso de ações. No segundo semestre de 2023, o escritório auxiliou os(as) representantes de Associações estaduais e distrital que solicitaram interposição de novas ações, sendo todos os pleitos votados e aprovados em assembleia geral extraordinária.

Reuniões realizadas no período

JULHO

04 • Reunião da diretoria jurídica

AGOSTO

03 • Reunião da diretoria jurídica e ADEPEPE

24 • Reunião da diretoria jurídica e AGDP

SETEMBRO

04 • Reunião da diretoria jurídica

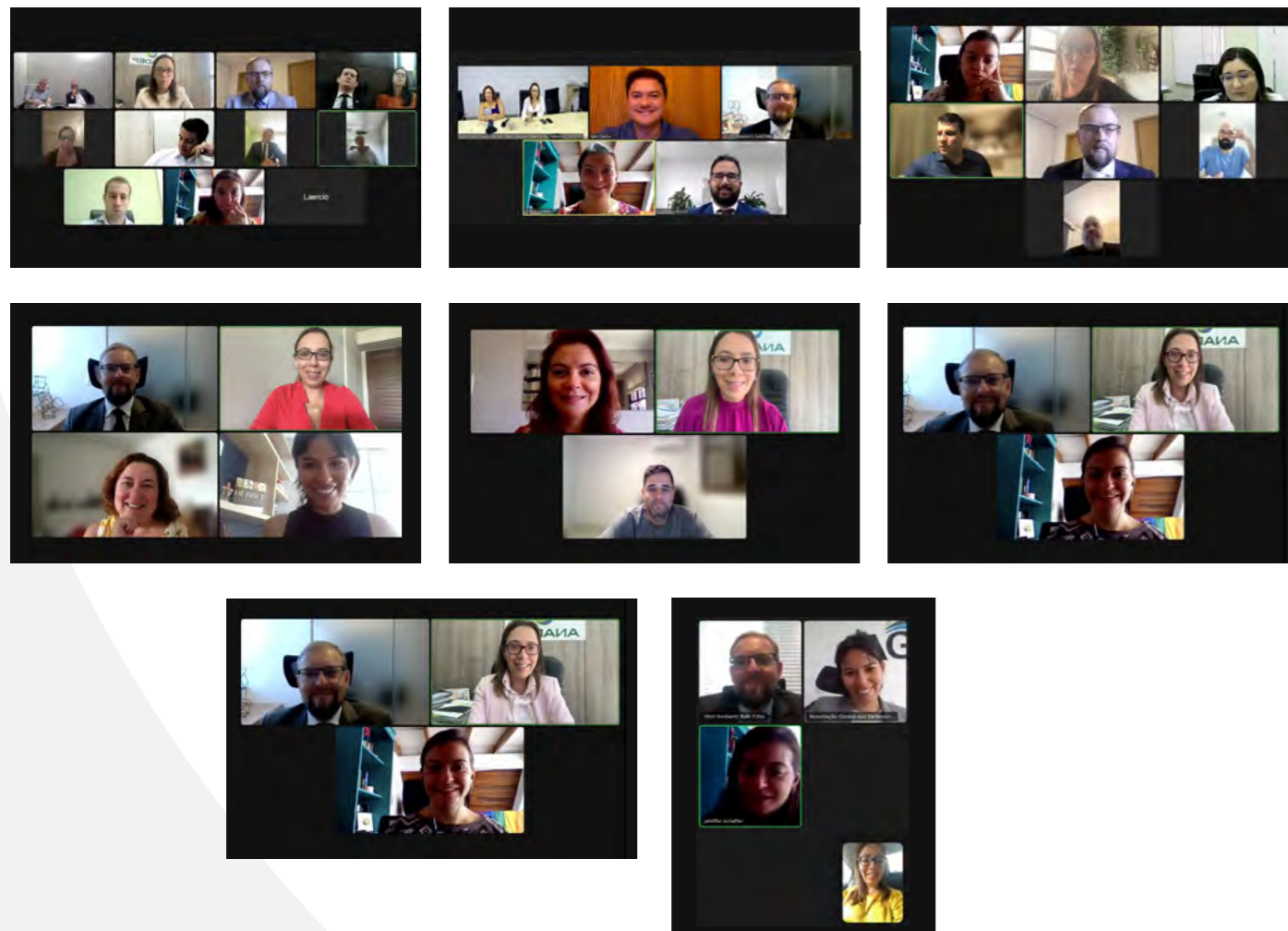
14 • Reunião da diretoria jurídica

25 • Reunião da diretoria jurídica e AGDP

27 • Reunião da diretoria jurídica e ADEPESC | APADEP

OUTUBRO

25 • Reunião da diretoria jurídica e ADPERN



POSSES

Cristiano Zanin

Em agosto, a diretoria da ANADEP e as Associações Estaduais participaram da solenidade de posse de Cristiano Zanin, como ministro do Supremo Tribunal Federal. Após a solenidade de posse, Zanin recebeu os convidados em um jantar simbólico. Na ocasião, os ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski também dialogaram com a ANADEP.



Ingresso de uma ação em 2023
 9 ações em andamento
 Amicus Curiae em 42 ações em andamento no STF e no STJ

Reunião

Em outubro, a ANADEP esteve com o ministro do STF Cristiano Zanin. Na ocasião, a presidenta da ANADEP apresentou a atuação da Associação Nacional e as pautas que trabalha no STF, entre as quais as ADIS nº 7000, 7300, 7307 e 5793 que estão sob a relatoria do Ministro. Outros trabalhos jurídicos também foram tema de debate.



Luís Roberto Barroso

Em setembro, a diretoria da ANADEP e das Associações Estaduais participaram da cerimônia de posse do ministro Luís Roberto Barroso na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Após a solenidade de posse, Barroso recebeu os convidados em um jantar simbólico oferecido pela AMB, ANADEP e outras entidades do sistema de justiça.



ANADEP divulga moção de apoio à nomeação de uma defensora pública para o STF

Em agosto, a ANADEP divulgou moção de apoio à nomeação de uma DEFENSORA PÚBLICA para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal. Em documento, a entidade trouxe um retrospecto sobre a composição da mais alta Corte do país que, durante os seus anos de existência, foi integrada apenas por três mulheres e três homens negros. Sobre a temática ainda houve publicação de artigos na grande imprensa.



Por unanimidade, STF reafirma autonomia da Defensoria Pública e invalida trechos de lei estadual que alterava regras da DPE-PR

Em decisão unânime, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais dispositivos de lei do Estado do Paraná que introduziu 21 inovações na Lei Orgânica da Defensoria Pública do estado, entre elas, a limitação de sua autonomia financeira e regras sobre organização e funcionamento institucional.



ANADEP ingressa com nova ADPF contra valor do mínimo existencial de R\$600

A ANADEP ingressou, em novembro, com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), com pedido de medida liminar, contra o decreto 11.567/2023, publicado pelo Governo Federal em 20 de junho, que concedeu o reajuste para ampliar “o amparo aos(às) cidadãos(ãs) que enfrentam casos de superendividamento”. No decreto, houve a fixação de R\$600 no chamado mínimo existencial, que é a quantia mínima da renda de uma pessoa para pagar despesas básicas e que não poderá ser usada para quitar as dívidas. A ADPF 1097 foi distribuída ao ministro André Mendonça, relator de outras duas ações semelhantes.

No documento protocolado no Supremo Tribunal Federal, a ANADEP ressalta que o valor sugerido para o mínimo existencial viola a garantia ao princípio da dignidade da pessoa humana. “O mínimo existencial deve garantir a existência digna, com respeito e garantia de fruição dos direitos sociais consagrados na Constituição Federal. Dessa maneira, o mínimo existencial deve ser interpretado à luz da realidade brasileira, sob pena de frustrar os princípios basilares estipulados na Carta Magna, bem como violar os direitos básicos de cidadãos e cidadãs brasileiros”.

ADIS discutem critérios de promoção

Durante o ano de 2022, o Procurador Geral da República, Augusto Aras, ingressou com 20 ações que discutem os critérios de promoção para defensores(as) públicos(as). Ao longo de ano de 2023 houve movimento nas ações. A ANADEP atuou com a apresentação de memoriais, declaração de embargo e sustentações orais no STF. Atualmente, 11 transitaram em julgado e há 9 em trâmite. As ADIs são: 7000, 7293, 7294, 7299, 7300, 7301, 7302, 7303, 7304, 7305, 7306, 7307, 7310, 7312, 7313, 7314, 7315, 7316, 7317 e 7318.

CONFIRA O QUADRO DE MATÉRIAS ACOMPANHADAS PELA ANADEP NO ÂMBITO JURÍDICO

Ações Movidas pela ANADEP

Processo	Partes	Relator	Andamento	Assunto	Etiqueta	Em trâmite?	Informações Sobre Julgamento	Comentários sobre o processo
PSV 114	ANADEP	Min. Presidente	04.09.2017 - Juntada de AR	Requer Súmula Vinculante para reconhecer a autonomia da Defensoria Pública. “O artigo 134, § 2º, da Constituição da República é norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata, sendo inconstitucionais quaisquer medidas do Poder Executivo, ou demais Poderes, que violem a autonomia funcional, administrativa e financeira da instituição.”		Sim		
ADI 6061	ANADEP vs. Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Nunes Marques	05.11.2020 - Conclusos ao Relator 05.11.2020 - Substituição do Relator	Discute a Emenda à Constituição do Estado do Ceará nº. 88, de 2016, que acrescentou aos artigos 43 a 49 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo o novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social do estado, que vigorará por dez exercícios financeiros.	Regime Fiscal	Sim		
ADI 6254	ANADEP vs. Mesa da Câmara dos Deputados	Roberto Barroso	15.12.2023 - Suspenso o Julgamento - Pedido de vista do Min. Alexandre de Moraes	Reforma da Previdência.		Sim	Pedido de Destaque do Fux.	Despachamos com o Ministro em novembro de 2019.
ADI 6335	ANADEP vs. Governador do Estado de Santa Catarina	André Mendonça	29.09.2023 - Conclusos ao Relator 29.09.2023 - Petição Procuração/Subs	Art. 1º da Lei Complementar Estadual nº. 730/2018 do Estado de Santa Catarina, que prevê que até um terço da receita originária dos atos e dos serviços notariais e registrais do Fundo de Reaparelhamento da Justiça será utilizado na remuneração de dativos e no pagamento de honorários periciais ou assistenciais.	FRJ	Sim		
ADI 6345	ANADEP vs. Congresso Nacional	Luiz Fux	18.10.2021 - Petição de Manifestação 01.02.2021 - Conclusos ao Relator 29.01.2021 - Manifestação da PGR	ADI em face da Lei nº. 13.964, Projeto Anticrime	Pacote Anticrime	Sim		
ADI 5644	ANADEP	Edson Fachin	26.06.2023 - Conclusos ao Relator 26.06.2023 - Petição - Procuração/Substabelecimento 15.06.2023 - Vista - Devolução dos autos para julgamento	Lei Complementar nº. 1.297/2017, do Estado de São Paulo, vinculou parte do orçamento da Defensoria Pública Estadual, correspondente à 40% do FAJ à prestação de assistência jurídica suplementar por advogados dativos.	FAJ.	Sim	Julgamento Presencial agendado.	
ADI 5998	ANADEP vs. Governador do Estado de Santa Catarina	André Mendonça	29.09.2023 - Conclusos ao Relator 29.09.2023 - Petição Procuração/Subs	Lei Complementar Estadual nº. 684/2016 e Lei Complementar Estadual nº. 188/1999, na redação dada pela Lei Complementar Estadual nº. 723/2018, instituição do Fundo de Acesso à Justiça em substituição ao FUNDEFEN e determinação de repasse de um terço da receita do Fundo de Reaparelhamento da Justiça para FAJ com encargos para a Defensoria Pública.	FAJ.	Sim		Ajuizamos nova ADI no dia 17 de março - ADI 6335
ADPF 1006	ANADEP vs. Presidente da República	André Mendonça	16.11.2023 - Conclusos ao Relator	Mínimo Existencial	Mínimo Existencial	Sim		Apensada a ADPF 1005. Requeremos o aditamento da inicial em 16.11.2023
ADPF 1097	ANADEP vs. Presidente da República	André Mendonça	07.12.2023 - Juntada	Novo Mínimo Existencial, Decreto 11.150/2022 com redação conferida pelo Decreto 11.567, de 2023	Mínimo Existencial	Sim		

ADPF 1097	ANAEP vs. Presidente da República	André Mendonça	07.12.2023 - Juntada	Novo Mínimo Existencial, Decreto 11.150/2022 com redação conferida pelo Decreto 11.567, de 2023	Mínimo Existencial	Sim				
ADI 5217	ANAEP vs. Governador do Estado do Paraná e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná	Nunes Marques	Baixa ao arquivo do STF	Lei Complementar Estadual nº. 184/2014, aprovada pela Assembleia Legislativa do Paraná. A lei, suspensa por força de liminar, foi de iniciativa do Governador do Estado e aprovada pela Assembleia Legislativa, retirou do texto a palavra "financeira", restringindo assim a autonomia financeira da Instituição.	Autonomia.	Não.				
ADI 5944	ANAEP vs. Governador do Estado do Ceará	André Mendonça	Baixa ao arquivo do STF	Lei Complementar nº. 167, de 28 de dezembro de 2016, do Estado do Ceará, que alterou dispositivos da Lei Complementar nº. 12/99, majorando a alíquota previdenciária do funcionalismo público (ativos e inativos como aposentados, militares da reserva e pensionistas) do Estado do Ceará.	Alíquota previdenciária	Não.				

ADI 6324	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	Rosa Weber	28.09.2023 - Conclusos ao Relator	Resolução nº. 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a facultatividade da presença de advogados e defensores públicos nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.						Petição de Amicus juntada em 29.07.2022 (edoc. nº. 41)	Sim.
MI 7440	Defensoria Pública da União vs. Presidente do Congresso Nacional	Luiz Fux	27.07.2023 - Conclusos ao Relator	Mandado de Injunção proposto pela Defensoria Pública da União, com fulcro no art. 5º, LXXI, da Constituição Federal, e no artigo 2º da Lei Federal 13.300/2016, tendo como objeto a regulamentação do artigo 263, da Constituição Federal, sobre a "expropriação de imóveis onde são encontradas pessoas em condições análogas às de escravidão"						Petição de Amicus juntada em 27.07.2023 (edoc. nº. 23)	Pendente de Apreciação.
PSV 143	Defensoria Pública da União	Ministro Presidente	04.10.2023 - Conclusos à Presidência	Proposta de Súmula Vinculante: "A manutenção da prisão preventiva é incompatível com a fixação de regime de início de cumprimento de pena menos severo que o fechado"						Petição de Amicus juntada em 08.08.2023 (edoc. nº. 22)	Pendente de Apreciação.
ADI 7425 - Pendente de apreciação	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil	Edson Fachin	27.10.2023 - Conclusos ao Relator	ADI proposta em face da Resolução nº. 510, do CNJ, que regulamenta a criação da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias e das Comissões Regionais de Soluções Fundiárias						Petição de Amicus juntada em 26.10.2023 (edoc. nº. 28)	Pendente de Apreciação.

Processo	Partes	Relator	Andamento	Assunto	Etiqueta	Em trâmite?	Informações Sobre Julgamento	Comentários sobre o processo	Admitida como Amicus?
ADI 5334	Procurador da República vs. Presidente da República	Nunes Marques	25.06.2021 - Conclusos ao Relator 25.06.2021 - Certidão de retificação de atuação 26.06.2021 - Petição de Procuração/Subestabelecimento	Lei 8.906 que impõe a advogados públicos a inscrição na OAB	Advogados Públicos e vinculação à OAB	Sim.			Sim.
ADI 5988	Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais vs. AGU	Andre Mendonça	12.09.2022 - Conclusos ao Relator 12.09.2022 - Substituição do Relator 29.07.2020 - Conclusos ao Relator 03.07.2020 - Publicação no DJe - Decisão monocrática que indeferiu o ingresso da Associação Movimento Mais Defensores Federais	Emenda Constitucional nº. 95 e Lei nº. 13.328/2016 (Teto de Gastos)	Teto de Gastos	Sim.			Sim.
RE 973837	Wilson Carminho da Silva vs. Ministério Público do Estado de Minas Gerais	Gilmar Mendes	17.10.2023 - Conclusos ao Relator	Constitucionalidade do artigo 9-A da Lei 12.654/2012 - coleta de material genético	Coleta de Material Genético	Sim.		Apresentamos manifestação em 27.03.2019	Sim.
ADPF 466	Procurador Geral da República vs. Câmara Municipal de Tubarão	Rosa Weber	11.11.2022 - Pauta publicada 04.11.2021 - Pauta publicada 28.11.2021 - Inclui-se em pauta. Pleno 16.08.2021 - Conclusos ao Relator	Questiona o artigo 9º, da Lei nº. 4.268 do Município de Tubarão, que exclui materiais de ensino que mencionam "ideologia de gênero", os termos "gênero" e "orientação sexual".	Escola Sem Partido	Sim.	Destaque.	Pedido de Destaque do Min. Nunes Marques.	Sim.
ADPF 522	Partido Socialismo e Liberdade vs. Município de Petrolina e Garanhuns	André Mendonça	11.11.2022 - Pauta publicada 09.11.2022 - Inclui-se em pauta. 16.12.2021 - Conclusos ao Relator 16.12.2021 - Substituição do Relator	em face da Lei nº 2985 do Município de Petrolina e da Lei nº. 443 do Município de Garanhuns, que aprovam o plano de educação municipal e vedam política de ensino com informações sobre gênero	Escola Sem Partido	Sim.	Destaque.	Pedido de Destaque do Min. Nunes Marques.	Sim.
ADPF 462	Procuradoria Geral da República vs. Município de Blumenau e Câmara Municipal	Edson Fachin	08.05.2023 - Conclusos ao Relator 08.05.2023 - Petição de Manifestação 28.11.2022 - Retirado de mesa 21.11.2022 - Publicação, Dje 18.11.2022 - Publicação, Dje	Em face do § 5º, do artigo 10, da Lei Complementar nº. 994, do Município de Blumenau, que veda a "inclusão ou manutenção das expressões 'identidade de gênero', 'ideologia de gênero' e 'orientação de gênero', em qualquer documento complementar ao Plano Municipal de Educação, bem como nas diretrizes curriculares"	Escola Sem Partido	Sim.			Sim.
ADI 5793	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil vs. Conselho acional do Ministério Público	Cristiano Zanin	18.12.2023 - Conclusos ao Relator	Discute a Resolução nº. 182, editada pela Resolução 183, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público, que versam sobre a instauração e tramitação de procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público		Sim.		Petição de Amicus da ANAEP - edoc. nº. 58.	Sim.
ADI 6298	Associação dos Magistrados Brasileiros vs. Presidente da República	Luiz Fux	24.11.2023 - Petição	Juiz de Garantias	Juiz de Garantias	Sim.		Despachamos com Ministros Toffoli e Fux, entregando memorial.	Sim.
ADI 6299	Partido trabalhista nacional vs. Congresso Nacional	Luiz Fux	27.11.2023 - Remessa da Petição para Gabinete do Min. Luiz Fux	Juiz de Garantias	Juiz de Garantias	Sim.			Sim.
ADI 6300	PSL vs. Presidente da República	Luiz Fux	27.11.2023 - Petição da PGR	Juiz de Garantias	Juiz de Garantias	Sim.			Sim.
ADI 6305	CONAMP vs. Presidente da República	Luiz Fux	27.11.2023 - Petição da PGR	Juiz de Garantias	Juiz de Garantias	Sim.			Sim.
MI 7289	Defensoria Pública do Distrito Federal vs. Congresso Nacional e Presidência da República	Luiz Fux	27.09.2023 - Conclusos ao Relator	Regulamentação do artigo 245 da Constituição Federal, que prevê auxílio para os dependentes e herdeiros carentes de pessoas vitimadas por crime doloso.		Sim.		Petição de Amicus da ANAEP - edoc. nº. 40.	Sim.
ADPF 709 - Pendente de apreciação	APIB e outros vs. Presidente da República	Roberto Barroso	15.12.2023 - Remessa da Petição para Gabinete Min. Barroso	Pandemia do Coronavírus e a Questão Indígena	COVID-19	Sim.		Petição de Amicus da ANAEP - edoc. nº. 429.	Pendente de Apreciação.
ADI 6467	Procuradoria Geral da República vs. Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão	Luiz Fux	12.09.2022 - Conclusos ao Relator 12.09.2022 - Substituição do Relator 29.03.2022 - Conclusos ao Relator 29.03.2022 - Decisão Monocrática	ADI em face do art. 49 da Lei Complementar nº. 19, do Estado do Maranhão, e em face da Resolução DPGE 36, que fixa o subsídio mensal dos membros da DPE/MA, da Resolução 3 e 12, que altera o percentual do auxílio-alimentação destinado aos membros da DPE/MA e em face dos arts. 2º e 15, da Resolução DPGE 1, que dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário da DPE, com alterações promovidas pelas Resoluções DPGE 4	Autonomia	Sim.			Sim.
RE 1235340	Ministério Público de Santa Catarina vs. Joel Fagundes Silva	Roberto Barroso	03.11.2023 - Petição de Amicus Curiae	Prisão automática após condenação em Tribunal do Júri.	Sistema penitenciário.	Sim.	Liberto para julgamento. Aguardando publicação de pauta.	Barreto, Alexandre de Moraes, Carmen Lucia e Toffoli davam provimento. Gilmar Mendes e Lewandowski negaram provimento.	Indeferido.
ADI 6413	Procuradoria Geral da República vs. Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso	André Mendonça	11.07.2023 - Conclusos ao Relator 11.07.2023 - Petição de Manifestação	Equiparação Salarial Defensores Públicos - Gatilho		Sim.			Sim.
HC 188820	Defensoria Pública da União e GAETs	Edson Fachin	14.02.2022 - Conclusos ao Relator 14.02.2022 - Petição de Manifestação	HC Coletivo em favor de todas as pessoas presas em locais acima de sua capacidade e integrantes de grupo de risco para a COVID-19 e que não tenham praticado crimes com violência ou grave ameaça	COVID-19	Sim.			Sim.
ADI 6534	Partido dos Trabalhadores vs. Governador do Estado de Tocantins	Rosa Weber	30.10.2023 - Manifestação da PGR	Discute a Lei nº. 3756, de 18 de dezembro de 2020, que altera o Regime Próprio de Previdência Social de Tocantins	Previdência	Sim.		Petição de Amicus da ANAEP - edoc. nº. 30	Sim.
ADPF 347	Partido Socialismo e Liberdade - PSOL	Marco Aurélio	20.10.2023 - Expedida carta de ordem	Estado de Coisas Inconstitucional do Sistema Penitenciário	Sistema penitenciário.	Sim.		Pedido de vista do Min. Barroso	Sim.
ADI 6930	Associação dos Magistrados Brasileiros e Associação Nacional dos Membros do Ministério Público	Roberto Barroso	14.12.2023 - Conclusos ao Relator	Lei de Responsabilidade Fiscal, alterada pela LC 178/2021. Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal. Plano de Promoção e Equilíbrio Fiscal.	Responsabilidade Fiscal	Sim.		Devolvido após pedido de vista.	Sim.
ADI 6324	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	Rosa Weber	28.09.2023 - Conclusos ao Relator	Resolução nº. 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a facultatividade da presença de advogados e defensores públicos nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs.		Sim.		Petição de Amicus juntada em 29.07.2022 (edoc. nº. 41)	Sim.

Processo	Partes	Estado	Relator	Andamento	Assunto	Etiqueta	Em trâmite?	Informações Sobre Julgamento	Comentários sobre o processo	Admitida como Amicus?
ADI 7000	Procuradoria-Geral da República vs. Governador do Estado do Pará	Pará	Cristiano Zanin	06.12.2023 - Petição PGR	Promoção por antiguidade	Antiguidade	Sim.	Julgado prejudicado		
ADI 7293	Procuradoria-Geral da República vs. Governador do Estado do Amapá	Amapá	Edson Fachin	19.09.2023 - Baixa ao arquivo do STF	Art. 68, §§ 2º, II e III, e 4º, da LC 121, de 21.12.2019, do Estado do Amapá, que versam sobre promoção por antiguidade.	Antiguidade	não.			Sim.
ADI 7294	Procuradoria-Geral da República vs. Governador do Estado do Amazonas	Amazonas	Nunes Marques	11.12.2023 - Publicado acórdão	Art. 58, III e IV, da LC 1, de 30.3.1990, do Estado do Amazonas, com redação dada pela LC 180, de 13.7.2017	Antiguidade	Sim.			Pendente de Apreciação.
ADI 7299	Procurador Geral da República vs. Governador do Estado de Minas Gerais	Minas Gerais	Luiz Fux	30.11.2023 - Vista ao AGU	Art. 62, II e III, e 71, § 1º, da LC 65, de 16.1.2003, do Estado de Minas Gerais	Antiguidade	Sim.			Sim.
ADI 7300	Procurador Geral da República vs. Governador do Estado do Piauí	Piauí	Cristiano Zanin	19.12.2023 - Finalizado Julgamento Virtual	Art. 56, §§ 2º e 3º, da LC 59, de 30.11.2005, do Estado do Piauí	Antiguidade	Sim.			Sim.
ADI 7301	Procurador Geral da República vs. Governador do Estado de Mato Grosso	Mato Grosso	Dias Toffoli	24.08.2023 - Baixa ao arquivo do STF	Art. 61, da LC 146, de 29.12.2003, do Estado do Mato Grosso	Antiguidade	não.		Parecer da AGU pelo não conhecimento. Revogação expressa do dispositivo impugnado.	Prejudicado
ADI 7302	Procurador Geral da República vs. Governador do Estado de Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul	Dias Toffoli	Baixa ao Arquivo do STF	Art. 90, § 2º, III, III, da LC 111, de 17.10.2005, do Estado de Mato Grosso do Sul	Antiguidade	Não.			Sim.
ADI 7303	Procurador-Geral da República vs. Câmara Legislativa do Distrito Federal	Distrito Federal	Alexandre de Moraes	09.08.2023 - Transitado em julgado	Art. 37, § 1º, e 121, § único, da LC 80, de 12.1.1994 e art. 52, § 3º, III e IV, da LC 828, de 26.7.2010 e art. 4º, inciso III e IV, da Lei 3.246, de 15.12.2003	Antiguidade	Não.			Indeferido.
ADI 7304	Procurador-Geral da República vs. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Ceará	Alexandre de Moraes	09.08.2023 - Transitado em julgado	Art. 11, § único e 49, § 2º, II e III, da LC 6, de 28.4.1997, do Estado do Ceará	Antiguidade	Não.			Indeferido.
ADI 7305	Procurador-Geral da República vs. Assembleia Legislativa do Estado de Goiás	Goiás	Gilmar Mendes	31.10.2023 - Baixa ao arquivo do STF	Art. 99, § único, da LC 130, de 11.7.2017, do Estado de Goiás	Antiguidade	Não.		ANAEP opôs Eros. Edoc. material.	Sim.
ADI 7306	Procurador-Geral da República vs. Governador do Estado da Bahia	Bahia	Roberto Barroso	17.08.2023 - Baixa ao arquivo do STF	Art. 111, § 2º, II e V, e 114, § 1º, da LC 26, de 28.6.2006, do Estado da Bahia	Antiguidade	Não.			Sim.
ADI 7307	Procurador-Geral da República vs. Governador do Estado da Paraíba	Paraíba	Cristiano Zanin	19.12.2023 - Finalizado Julgamento Virtual	Art. 76, § único, e 80, § 1º, da LC 104, de 23.5.2012, do Estado da Paraíba	Antiguidade	Sim.			Sim.
ADI 7310	Procurador-Geral da República vs. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	Santa Catarina	Dias Toffoli	14.12.2023 - Expedido	Art. 39, § 1º, da LC 576, de 2.08.2012, do Estado de Santa Catarina	Antiguidade	Sim.			Sim.
ADI 7312	Procurador-Geral da República vs. Assembleia Legislativa do Estado de Roraima	Roraima	Dias Toffoli	Baixa ao Arquivo do STF	Art. 90, III, da LC 164, de 19.5.2010, do Estado de Roraima	Antiguidade	Não.			Sim.
ADI 7313	Procurador-Geral da República vs. Assembleia Legislativa do Estado de Tocantins	Tocantins	André Mendonça	20.04.2023 - Conclusos ao Relator 20.04.2023 - Manifestação da AGU 28.03.2023 - Processo recebido na AGU 27.03.2023 - Vista ao AGU 27.03.2023 - Certidão de informações não recebidas 06.02.2023 - Juntada de AR 20.01.2023 - Petição de Informações	Art. 51, § 2º, II e 65, II, da LC 55, de 27.5.2009, do Estado do Tocantins	Antiguidade	Sim.			Pendente de Apreciação.
ADI 7314	Procurador-Geral da República vs. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	São Paulo	Nunes Marques	18.12.2023 - Publicação, Dje	Art. 109, § único, e 115, § 1º, da LC 988, de 09.1.2006, do Estado de São Paulo	Antiguidade	Sim.			Pendente de Apreciação.
ADI 7315	Procurador-Geral da República vs. Assembleia Legislativa de Rondônia	Rondônia	Roberto Barroso	Baixa ao Arquivo do STF	Art. 41, II e III, da LC 117, de 04.11.1994, do Estado de Rondônia	Antiguidade	Não.			Prejudicado
ADI 7316	Procurador-Geral da República vs. Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe	Sergipe	Nunes Marques	11.12.2023 - Publicado acórdão	Art. 66, § 2º, e 74, § único, da LC 183, de 31.3.2010, do Estado de Sergipe	Antiguidade	Sim.			Sim.
ADI 7317	Procurador-Geral da República vs. Governador do Estado do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Carmen Lucia	Baixa ao arquivo do STF	Art. 20, § 1º e 2º, e 29, § 3º, da LC 11.795, de 22.5.2002, do Estado do Rio Grande do Sul	Antiguidade	Não.		ANAEP deliberou por não apresentar sustentação oral.	Sim.
ADI 7318	Procurador-Geral da República vs. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná	Paraná	Edson Fachin	Baixa ao Arquivo do STF	Art. 203, §§ 1º, 3º e 5º, e 124, § 1º, da LC 136, de 19.5.2011, com redação da LC 235, de 08.06.2021, do Estado do Paraná	Antiguidade	Não.			Sim.

STF - Acompanhamento

Processo	Partes	Relator	Andamento	Assunto	Etiqueta	Em trâmite?	Informações Sobre Julgamento	Comentários sobre o processo
RE 609517	Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia	Cristiano Zanin	03.08.2023 - Conclusos ao Relator	Vinculação e submissão de advogados públicos ao Estatuto da OAB		Sim.		
RE 859084	Cleison de Matos Gonçalves	Nunes Marques	10.05.2021 - Retirado do Julgamento Virtual - Pedido de Destaque - Min. Nunes Marques	Direito Administrativo. Recolhimento do FGTS. Art. 19-A da Lei nº. 8038/90		Sim.	Pedido de Destaque.	
RE 887671	Ministério Público do Ceará	André Mendonça	15.07.2023 - Processo recebido na orgiem	ACP cumulada com pedido de liminar proposta pelo MP do Ceará contra o Estado do Ceará, objetivando a condenação do Estado na obrigação de prover imediatamente o cargo de Defensor Público da Comarca de Jati		Não.		
ADPF 1005	Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP vs. Presidente da República	André Mendonça	07.12.2022 - Petição - Substabelecimento 08.11.2022 - Conclusos ao Relator 08.11.2022 - Manifestação da PGR 26.10.2022 - Petição de Amicus Curiae 28.09.2022 - Processo recebido na PGR 28.09.2022 - Vista a PGR 27.09.2022 - Manifestação AGU 15.09.2022 - Petição Amicus 08.09.2022 - Petição de Amicus 01.09.2022 - Expedido - Informação 31.08.2022 - Comunicação assinada 31.08.2022 - Certidão - elaboração de ofício 31.08.2022 - Publicação, Dje 30.08.2022 - Certidão - Apensamento da ADPF 1006 30.08.2022 - Adotado rito do art. 12	Mínimo Existencial	Mínimo Existencial	Sim.		
RE 1035554	Ministério Público Federal	Luiz Fux	10.03.2023 - Processo recebido na origem 10.03.2023 - Baixa definitiva dos autos	Trata-se, originariamente, de ACP promovida pelo MPF, objetivando compeli a FUNAI a prestar assistência jurídica integral em causas envolvendo interesses individuais dos indígenas. As instâncias ordinárias julgaram o pedido improcedente, considerando que compete à Defensoria Pública patrocinar causas envolvendo interesses individuais dos indígenas.		Não.	Transitado em julgado	
ADPF 828	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	Roberto Barroso	29.09.2023 - Pauta publicada no Dje - Plenário (sem data)	Desocupação Coletiva e COVID.		Sim.		Acompanhamento.
HC 185.913	Max Willians de Albuquerque Vilar	Gilmar Mendes	07.12.2023 - Ata de julgamento publicada	Acordo de Não Persecução Penal: "É cabível o acordo de não persecução penal em casos de processos em andamento (ainda não transitados em julgado) quando da entrada em vigência da Lei 13.964/2019, mesmo se ausente confissão do réu até aquele momento. Ao órgão acusatório cabe manifestar-se motivadamente sobre a viabilidade de proposta, conforme os requisitos previstos na legislação, passível de controle, nos termos do art. 28-A, § 14, do CPP."		Sim.		Acompanhamento.

Processo	Partes	Relator	Andamento	Assunto	Etiqueta	Em trâmite?	Informações Sobre Julgamento	Comentários sobre o processo
Resp 1988697/RJ	Instituto Nacional do Seguro Social vs. Jose Maria da Silva Henrique	Og Fernandes	Conclusos para Julgamento ao Ministro Ricardo Villas Boas	Requisito para gratuidade de justiça		Sim.	Sem possibilidade de Sustentação Oral.	ANAEP enviou memoriais com suas considerações
Resp 1988687/RJ	Instituto Nacional do Seguro Social vs. Isaura Monteiro Mazzei	Og Fernandes	Conclusos para Julgamento ao Ministro Ricardo Villas Boas	Requisito para gratuidade de justiça		Sim.	Sem possibilidade de Sustentação Oral.	ANAEP enviou memoriais com suas considerações
Resp 1988686/RJ	Instituto Nacional do Seguro Social	Og Fernandes	Conclusos para Julgamento ao Ministro Ricardo Villas Boas	Requisito para gratuidade de justiça		Sim.	Sem possibilidade de Sustentação Oral.	ANAEP enviou memoriais com suas considerações

CNJ - Acompanhamento e Amicus

Processo	Partes	Relator	Andamento	Assunto	Etiqueta	Em trâmite?	Informações Sobre Julgamento	Comentários sobre o processo	Amicus/Acompanhamento
Cumprdec 0002144-39.2021.2.00.0000	Conselho Nacional de Justiça	Luiz Fux	07.12.2022 - Informações 11.11.2022 - Despacho e Intimação 24.09.2022 - Juntada de Petição de Informações	Cumprimento de decisão referente ao procedimento de audiência de custódia por videoconferência		Sim			Acompanhamento

TRF1 - Acompanhamento

Processo	Partes	Juiz	Andamento	Assunto	Etiqueta	Em trâmite?	Informações Sobre Julgamento	Comentários sobre o processo	Amicus/Acompanhamento
Apelação 0012114-77.2012.4.01.3300	Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia	Vice-Presidente	20.10.2023 - Remetido os autos para Gabinete da Vice-Presidência para admissibilidade recursal	Direito de Processar Defensores Públicos pelo Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil		Sim.			Acompanhamento

TJ Alagoas - Acompanhamento

NÚMERO DO PROCESSO	PARTES:	ÚLTIMO ANDAMENTO	RELATOR:	ASSUNTO TRATADO NA AÇÃO
Ação Civil Pública nº 0706984-95.2018.8.02.0001 ANAEP delibrou pelo ingresso quando estiver no 2º Grau	Autor: Ministério Público do Estado de Alagoas	01.11.2023 - Certidão de Envio ao 1º Grau - Baixa Definitiva Movimentação 1º Grau 22.11.2023 - Arquivado Definitivamente	AC	Concurso Público da DPE/AL – Vamos requerer o ingresso como Amicus no segundo grau [IR]

ANADEP participa de palestra no gabinete do ministro Edson Fachin

Em outubro, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, acompanhou a palestra do defensor público-geral do Paraná André Ribeiro Giamberardino. Ele falou para servidores(as) do gabinete do ministro Edson Fachin sobre a importância da Defensoria Pública como instituição indispensável ao sistema de justiça brasileiro. A palestra fez parte do “Hora de Atualização”, programa interno para formação do pessoal do gabinete.



Exposição no STF comemora 35 anos da Constituição Federal

Em setembro, a ANADEP participou do lançamento da exposição “35 anos da Constituição Federal de 1988”. A presidente do STF, ministra Rosa Weber, foi a anfitriã do evento. Durante o evento, foi lançado também o livro “O Olhar dos Ministros do Supremo Tribunal Federal sobre a Constituição Cidadã”.



ANADEP participa de audiência no TSE sobre o incentivo a candidaturas indígenas

Em outubro, a ANADEP, por meio da Comissão dos Direitos dos Povos Indígenas, participou de audiência pública promovida pelo TSE para debater o incentivo das instituições públicas e partidárias para candidaturas indígenas. A membra da Comissão Clarissa Verena representou a Associação Nacional.



Lançamento de obras e atividades

No segundo semestre, a ANADEP participou de uma série de atividades no STJ e no STF, em especial, o lançamento de obras. A maioria das publicações contam com a participação de defensoras e defensores públicos.



3

RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

No segundo semestre de 2023, a diretoria da ANADEP manteve o diálogo com várias entidades parceiras da Associação Nacional para debater pautas convergentes e a importância do fortalecimento das instituições. No período houve encontro com: Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege), Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF), Defensoria Pública da União (DPU), Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (FONACATE), Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC), Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI), Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Jusprev (Previdência Complementar Associativa), Innovare, Congresso de Inovação no Poder Judiciário & Controle (CONIP), Instituto Baiano de Direito Penal e Processual (IBADPP), Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Instituto Brasileiro de Educação em Direitos e Fraternidade (IEDF) e Fórum Justiça.

CONDEGE

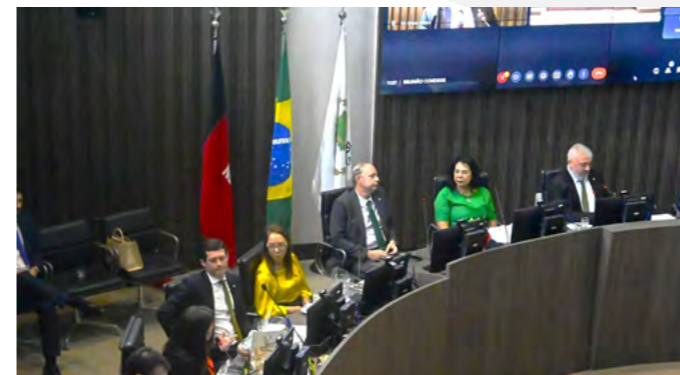
No segundo semestre, a ANADEP esteve presente em todas as reuniões ordinárias do Colegiado contribuindo com os debates. Houve também reuniões via zoom para tratar de pautas de interesse da categoria. Nos últimos meses, houve presença nos encontros que ocorreram no Distrito Federal, Paraíba, Paraná e Belém. Em agosto, houve ainda a participação no lançamento da Pesquisa Nacional da Defensoria Pública 2023.



Julho (RN)



Agosto (DF)



Agosto (PB)



Setembro (DF)



Outubro (PR)



Novembro (PA)



Comissão Criminal do Condege realiza reunião na sede da ANADEP



Comissão dos Direitos da Mulher do Condege (DF)

ANADEF

Em setembro, a presidenta da ANADEF, Rivana Ricarte, participou da cerimônia de posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal da ANADEF, Biênio 2023/2025, em Brasília.



AMB

ANADEF e AMB presentes na solenidade de recondução do subprocurador-geral do trabalho, José de Lima Ramos Pereira (agosto).

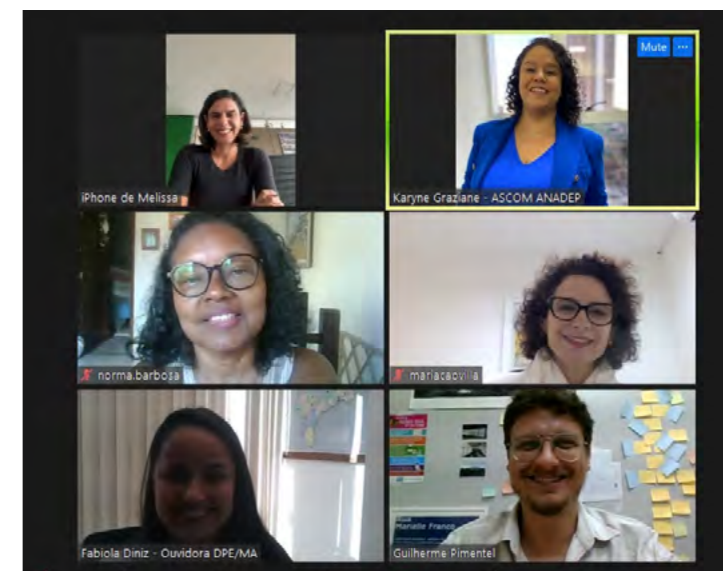


Colégio de Ouvidorias

Em outubro, a ANADEF participou do lançamento da 3ª edição do Selo Esperança Garcia. O selo é uma iniciativa do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas e premia as Defensorias que contam com ouvidorias externas e adotam políticas de equidade racial.



A diretora de articulação social da ANADEF, Melissa Borborema, reuniu-se em junho com representantes do Colégio Nacional das Ouvidorias das Defensorias Públicas (CNOOP) para discutir pautas conjuntas.



DPU

Neste segundo semestre, a ANADEP dialogou com Leonardo Cardoso de Magalhães, indicado para o cargo de defensor público-geral federal da Defensoria Pública da União (DPU). A Associação Nacional acompanhou a sua sabatina na CCJ do Senado e aprovação de seu nome no Plenário da Casa. Ainda, a ANADEP participou da posse do novo ouvidor geral da DPU.



FONACATE

Na condição de secretária-geral, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, esteve presente nas reuniões promovidas pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (FONACATE) neste segundo semestre. No período, o Colegiado iniciou retomou a agenda para debater reforma administrativa.



ANFIP, ANADEP e FONACATE



Reunião com representantes da comunicação da Presidência da República (julho)



Participação em evento de comunicação promovido pelo Fórum (julho)



Assembleia geral (agosto)



Setembro



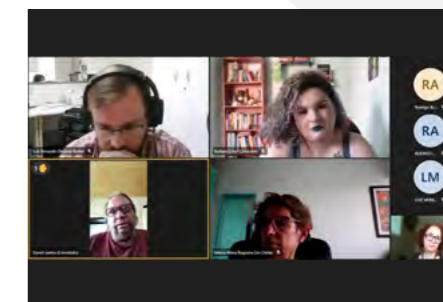
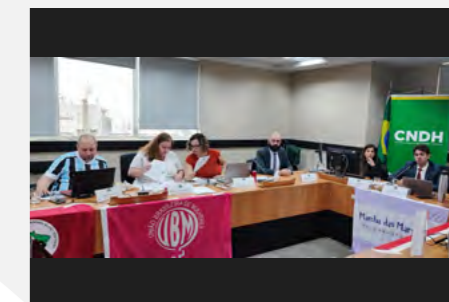
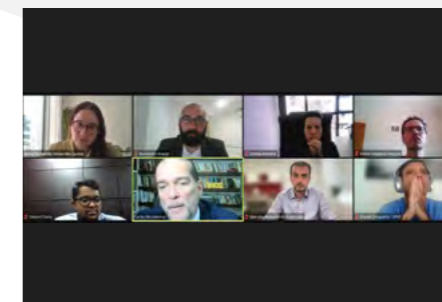
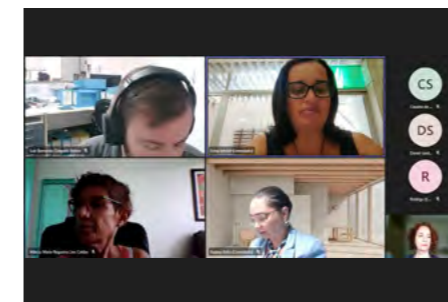
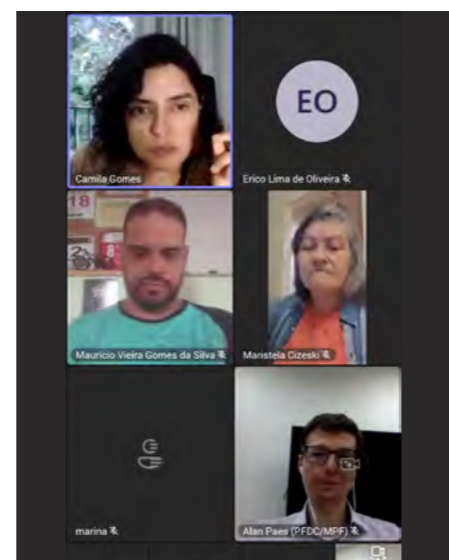
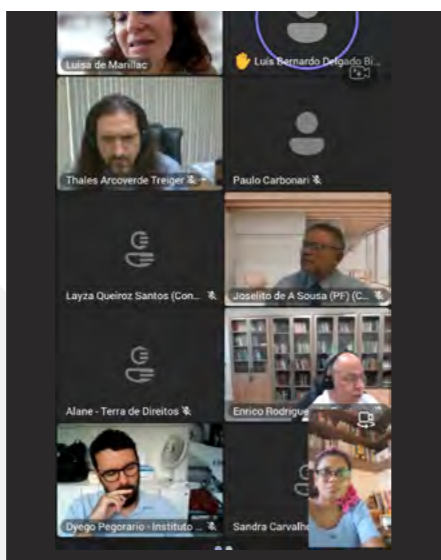
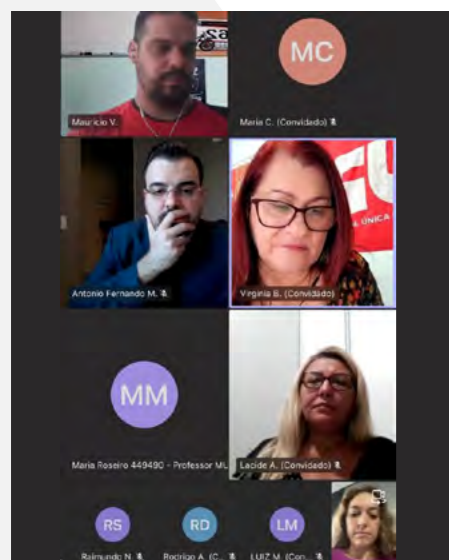
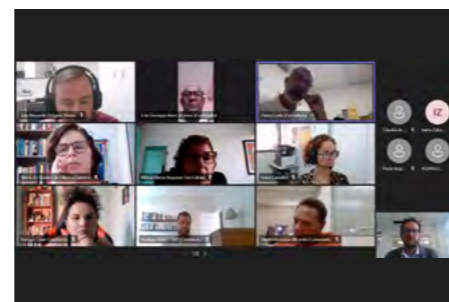
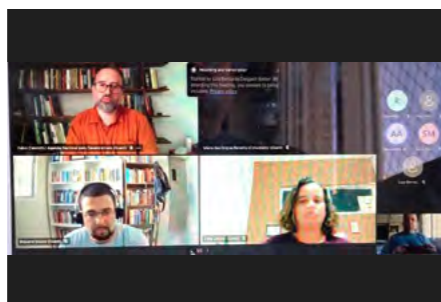
Fonacate e Frente Servir Brasil iniciam agenda para debater reforma administrativa (novembro)



Novembro

No segundo semestre, defensoras e defensores públicos de diversos estados participaram de reuniões das Comissões Temáticas do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Os(as) defensores(as) que representam a ANADEP no Conselho, entre titulares e suplentes, são: Alessandra Quines, Rochester Araújo, Melissa Credie Borborema, Cleide Aparecida Nepomuceno, Vanessa Alves Vieira, Ronan Ferreira Figueiredo, Antonio Vitor Barbosa de Almeida, Júnia Roman Carvalho, Vitor Eduardo Tavares de Oliveira, Andreia Macedo Barreto, Ana Karoline Santos Pinto Rocha, Lúcia Helena Silva Barros de Oliveira, Arthur Corrêa da Silva Neto, Carla Caroline de Oliveira Silva, Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes e Juliana Dewes Abdel.



ANADEP participa da solenidade de posse da presidência do CNDH

Em dezembro, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, deu posse à nova presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Marina Ramos Dermmam. A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, ao lado das defensoras públicas que representam Associação Nacional no Colegiado, Lúcia Helena (RJ), Alessandra Quines (RS) e o defensor Victor Eduardo Tavares (PR) participaram da solenidade, em Brasília.



CNDH: ANADEP, ADPEP-PA e ENADEP debatem acesso à justiça no “Diálogos Amazônicos”, em Belém

Em agosto, o conselheiro consultivo da ANADEP e presidente da ADPEP, Marcus Vinicius Franco, esteve presente na atividade do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), que tratou dos “Impactos e precarização no mundo do trabalho - combate ao assédio moral, sexual e trabalho escravo”. A atividade, que fez parte dos “Diálogos Amazônicos”, teve por objetivo debater soluções, proteção e o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Paralelo ao evento, a ANADEP também participou da 71ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). A ANADEP participou também das ações sendo representada pela defensora pública do estado do Pará e coordenadora da Comissão de Mobilidade Urbana e Fundiária da ANADEP, Andrea Barreto.



MNPCT

Em agosto, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) divulgou relatório anual em que apresenta o diagnóstico das visitas em locais de privação de liberdade em 2022. A divulgação aconteceu durante o seminário “Tortura Sistêmica e Democracia na Encruzilhada”, em Brasília.



CNPCT

Durante o semestre o defensor público de São Paulo Mateus Moro e a defensora de Goiás Fernanda Fernandes representaram à ANADEP durante diversas reuniões do Conselho. Em novembro, Fernanda Fernandes, participou do IV Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura.



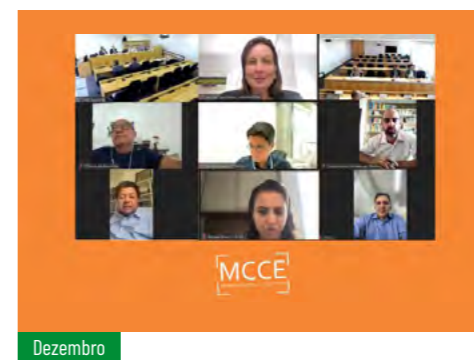
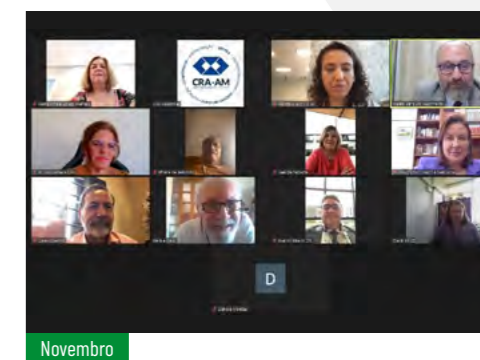
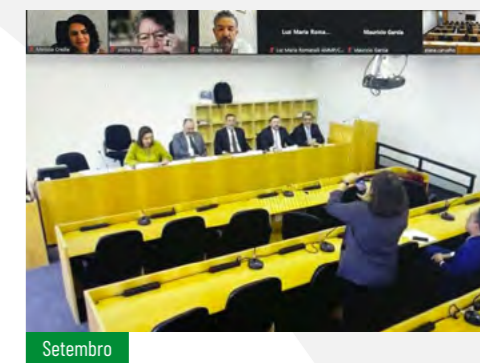
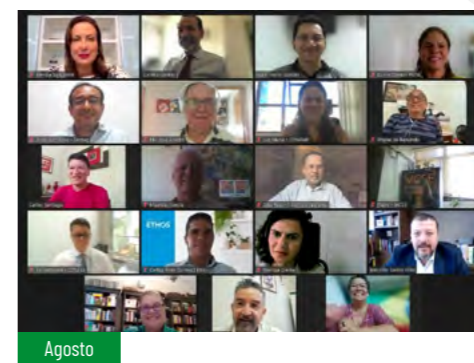
CNPCP

Após articulação da ANADEP, a defensora pública associada do Pará Graziela Paro Caponi foi nomeada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, para compor o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). A última vez que um(a) defensor(a) público(a) integrou o Conselho foi em 2020. No período, houve também diálogo com o presidente do Colegiado, o juiz Douglas de Melo Martins.



MCCE

As atividades do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) também marcaram a agenda da ANADEP no segundo semestre.



ANADEP toma posse no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Em agosto, a ANADEP tomou posse como uma das 36 titulares do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI) para o biênio 2023-2025. A presidenta da ANADEP e a vice-institucional, Rivana Ricarte e Juliana Lintz; e a coordenadora da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa, Carolina Gondim, participaram da solenidade. A eleição ocorreu em julho.



ANADEP reúne-se com novo coordenador da Frentas

Em julho, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, reuniu-se com o presidente da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), José Antônio Vieira. Ele é o novo coordenador da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas). O encontro também contou com a participação da vice-presidenta da ANPT, Lydiane Machado e Silva.



ANADEP participa de oficina realizada pelo IDDD, em São Paulo

Em agosto, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou da Oficina “Pena de multa, sentenças de exclusão: desafios e estratégias para a garantia de direitos de sobreviventes do cárcere”. O evento foi promovido pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), em São Paulo.



XI Seminário Nacional do IBADPP

Em setembro, o Instituto Baiano de Direito Processual Penal (IBADPP) promoveu a 11ª edição do Seminário Nacional do IBADPP, em Salvador. A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, e o vice-presidente administrativo, Igor Santos, acompanharam as atividades.



V Congresso Brasileiro de Atuação Interdisciplinar nas Defensorias Públicas

Em agosto, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou da solenidade de abertura do V Congresso Brasileiro de Atuação Interdisciplinar nas Defensorias Públicas, que ocorreu na Escola Superior do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília. Este ano, o tema do Congresso foi "O fortalecimento da atuação interdisciplinar na democracia e garantia de direitos: possibilidades e desafios".



Com o apoio da ANADEP, III Congresso IEDF e VIII Seminário do Grupo Comunhão e Direito do Centro-Oeste é realizado no STJ

Em novembro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) sediou o III Congresso IEDF – Direito e Fraternidade e VIII Seminário do Grupo Comunhão e Direito do Centro-Oeste. A defensora pública do Distrito Federal Mayara Tachy representou a ANADEP no evento. A Associação Nacional foi uma das apoiadoras do encontro.



ANADEP participa do 18º Congresso de Inovação no Poder Judiciário & Controle

Em agosto, a vice-presidenta institucional da ANADEP, Juliana Lintz, participou do 18º Congresso de Inovação do Poder Judiciário (CONIP). Pelo quarto ano consecutivo, a ANADEP é uma das apoiadoras da iniciativa.



Nova diretoria da JUSPREV toma posse para o quadriênio 2023/2027; defensores públicos integram o grupo

Em agosto, a diretora jurídica da ANADEP, Jeniffer Scheffer, participou da cerimônia de posse dos novos integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva da JUSPREV, para o quadriênio 2023/2027.

O Conselho Fiscal passou a ser presidido por Sérgio Augusto Riani do Carmo, defensor público de Minas Gerais, enquanto Luiz Antonio Ferreira de Araujo deu continuidade à presidência do Conselho Deliberativo.



Fórum Justiça

Em outubro, a ANADEP e Fórum Justiça se reuniram para tratar do I Encontro da Frente Afro-Indígena de Defensoras e Defensores Públicos. Iniciativa será lançada no primeiro semestre de 2024.



INNOVARE

Pela primeira vez, a Defensoria foi uma das vencedoras do Prêmio Destaque Marcio Thomaz Bastos, com a prática “Poranga Pesika – Por uma Defensoria Intercultural”, da Defensoria do Amazonas. Além dela, a prática “Economia do Cuidado: A consideração do trabalho não remunerado para fins de remição de pena”, da Defensoria do Paraná, ganhou na categoria Defensoria Pública. Já o projeto “Resgatando Direitos em Saúde Mental” recebeu menção honrosa. O resultado foi divulgado, em dezembro, durante solenidade no Supremo Tribunal Federal, em Brasília. A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, e a defensora pública Patrícia Kettermann, participaram do encontro. Ao longo do segundo semestre, a ANADEP participou das reuniões relativas às fases preparatórias do certame.



4

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A assessoria de imprensa propõe e executa as políticas de comunicação, sendo responsável pelas estratégias, as campanhas, os projetos e as atividades voltadas para os diversos públicos da entidade. A ASCOM ANADEP realiza trabalho estratégico para divulgar a atuação das defensoras e dos defensores públicos em âmbito nacional.

TV SENADO

Em dezembro, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou do programa “Cidadania”, da TV Senado. Na ocasião, foi abordado o panorama das Defensorias Públicas e o acesso à justiça no país.



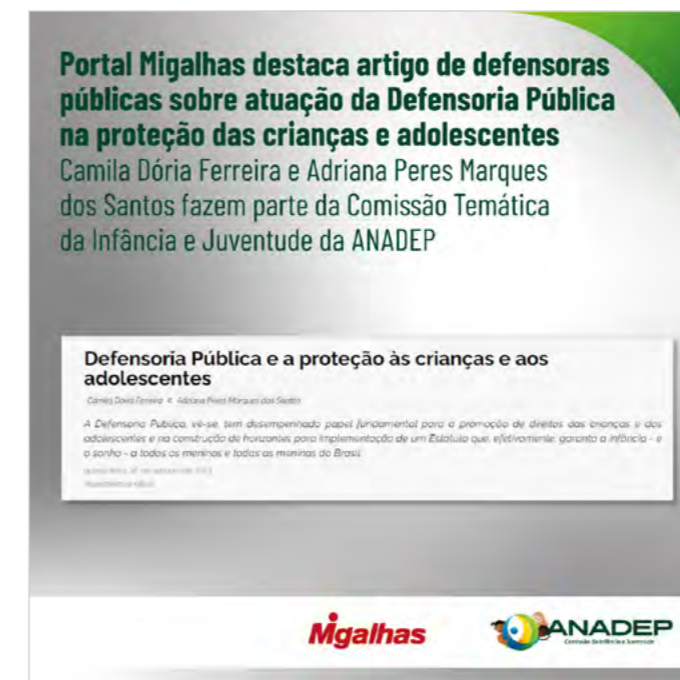
DIÁLOGO COM O CONJUR

Em agosto, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, reuniu-se com o jornalista Brenno Grillo, editor especial do site Consultor Jurídico, em Brasília. Na ocasião, houve diálogo sobre a atuação da Defensoria Pública para o acesso à justiça, bem como a produção de pautas voltadas para a Instituição.



PARCERIA MIGALHAS

Neste segundo semestre, houve a continuidade da parceria entre a ANADEP e o Portal Migalhas para a divulgação de artigos relacionados à atuação das defensoras e defensores públicos. No período, houve a divulgação dos seguintes textos: Defensoria Pública e a proteção às crianças e aos adolescentes; e O Direito achado nas ruas pela Defensoria Pública precisa fazer parte do STF.



REDES SOCIAIS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS

A assessoria de comunicação, com apoio das comissões temáticas, desenvolveu, no segundo semestre de 2023, peças para promover ações de educação em direitos divulgando o trabalho da categoria nas redes sociais. Há posts gráficos e em formato de reels.

The grid contains 32 social media posts from ANADEP, organized into four rows and eight columns. Each post features a date, a title, and a brief description of an event or initiative. The posts cover various themes including human rights, indigenous culture, disability rights, and social inclusion.

- Row 1:**
 - 28 DE OUTUBRO: Dia da servidora e do servidor público. ANADEP em defesa do serviço público.
 - 5 DE AGOSTO: DIA NACIONAL DA SAÚDE. A pessoa com deficiência e o acesso à saúde.
 - 13 DE JULHO: DIA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Defensoria Pública: em ação pela inclusão das crianças e adolescentes com deficiência.
 - 20 de novembro: Dia Nacional de Bandeira e Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra. O #NovembroNegro deve dar luz às interseccionalidades da população negra brasileira.
- Row 2:**
 - 9 de agosto: Dia Internacional dos Povos Indígenas. Respeito e valorização das raízes brasileiras. Lideranças indígenas para você conhecer.
 - 9 de agosto: Dia Internacional dos Povos Indígenas. Respeito e valorização das raízes brasileiras. Lideranças indígenas para você conhecer.
 - 9 de agosto: Dia Internacional dos Povos Indígenas. Respeito e valorização das raízes brasileiras. Lideranças indígenas para você conhecer.
 - 9 de agosto: Dia Internacional dos Povos Indígenas. Respeito e valorização das raízes brasileiras. Lideranças indígenas para você conhecer.
- Row 3:**
 - #NovembroNegro: CONFIRA ALGUMAS PRÁTICAS ANTIRRACISTAS E ANTICAPACITISTAS NO TURISMO.
 - VOCÊ JÁ OUVIU FALAR EM AFROTURISMO?: O turismo como ferramenta do resgate da identidade afro-brasileira na cultura nacional.
 - TURISMO ANTICAPACITISTA E INCLUSIVO: Direito à cidade: O turismo como ferramenta de inclusão e de participação social para todas e todos.
 - 25 DE JULHO: DIA INTERNACIONAL DA MULHER NEGRA LATINO AMERICANA E CARIBENHA E DIA NACIONAL DE FÉREZA DE BENGUELA.
 - 10 DE OUTUBRO: Dia Mundial da Saúde Mental. Você conhece a Síndrome de Burnout?
 - 25 DE OUTUBRO: Dia da Democracia no Brasil em memória de Vladimir Herzog. LEMBRAR É RESISTIR!
 - 7 DE AGOSTO: 17 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA.
- Row 4:**
 - VISIBILIDADE: CONHEÇA ALGUMAS PERSONALIDADES NEGRAS COM DEFICIÊNCIA.
 - #NovembroNegro E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS: Acesso à cita do ANADEP (www.anadep.org.br) e confira a cartilha produzida pela Comissão Temática de Igualdade (Comissão Racial da ANADEP) "Racismo se combate em todo lugar".
 - 12 DE OUTUBRO: Dia das Crianças. NA SUA MENINICE ELE UM DIA ME DISSE QUE CHEGAVA LÁ...
 - #EDUCAÇÃOEMDIREITOS: CONHEÇA AS CARTILHAS DA ANADEP QUE TRATAM SOBRE OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES.
 - 11 DE OUTUBRO: DIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA. EXPRESSÕES PARA EVITAR AO DIRIGIR-SE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
 - 28 DE OUTUBRO: Dia da servidora e do servidor público. ANADEP em defesa do serviço público.

Four small graphic posts from ANADEP, each with a title and a brief description of a case or action:

- AP:** Estudante tem seu direito ao estudo garantido após atuação da DPE-AP, em Calçoene.
- PR:** DPE garante vaga na educação infantil para 700 crianças.
- GO:** Após atuação da DPE, Estado deve fornecer ótese craniana a bebê com plagiocefalia.
- RS:** Recém-nascido com problemas cardíacos e risco de óbito é transferido para hospital referência, após ação de urgência da DPE.



REVISTA JUSTIÇA & CIDADANIA

As associadas e os associados contam com um espaço especial na revista Justiça & Cidadania. Com a parceria, a Associação Nacional publica artigos (tanto site quanto edição impressa) dos membros da diretoria, comissões especiais e associados(as) da entidade.



INSTAGRAM

**+ DE 50 MIL CONTAS ALCANÇADAS
DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023**

Confira os posts com maior alcance e engajamento no Instagram nos últimos seis meses:



POST 1

Vídeo "Onde há Defensoria, há justiça e cidadania"

👁️ **16.158** visualizações

💚 **224** curtidas

💬 **36** comentários



POST 2

Mensagem do ministro Silvio de Almeida no dia 19 de maio

👁️ **5.272** visualizações

💚 **943** curtidas

💬 **16** comentários



POST 3

Vídeo sobre o dia 19 de maio

👁️ **10.595** visualizações

💚 **240** curtidas

💬 **3** comentários



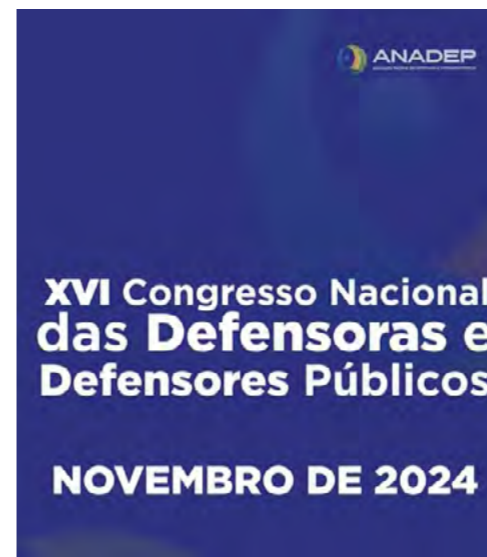
POST 4

Vídeo da Campanha Nacional "DEFENSORIA PÚBLICA: em ação pela inclusão"

👁️ **8.738** visualizações

💚 **154** curtidas

💬 **12** comentários



POST 5

XVI CONADEP

👁️ **9.052** visualizações

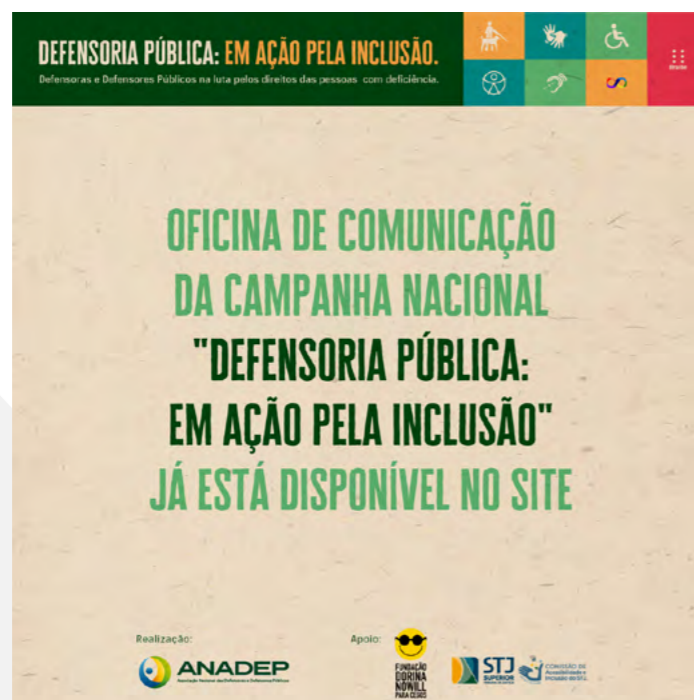
💚 **218** curtidas

💬 **22** comentários

CAMPANHA NACIONAL 23

“Defensoria Pública: em ação pela inclusão” já está disponível no site

Para marcar o pré-lançamento da campanha nacional “Defensoria Pública: em ação pela inclusão”, a ANADEP promoveu, em abril, oficina virtual de comunicação para tratar dos direitos das pessoas com deficiência e as ferramentas de acessibilidade. O evento contou com a participação da Comissão de Acessibilidade e Inclusão da equipe de comunicação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e da Fundação Dorina.



ANADEP apoia o I Congresso Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência; evento marcou lançamento regional da campanha nacional “Em Ação pela Inclusão”

Durantes dois dias intensos de programação, defensores(as) públicos(as), sociedade civil e representantes do Poder Executivo e Legislativo participaram, em setembro, do I Congresso Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, organizado pela APADEP, em parceria com o Núcleo Especializado de Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência da DPE-SP (NEDIPED) e da Escola da Defensoria Pública da DPE-SP (EDEPE) e com o apoio da ANADEP. O Congresso também marcou o lançamento regional da Campanha Nacional.



ADPERJ lança campanha “Defensoria Pública: em ação pela inclusão”, no centro do RJ

O lançamento da Campanha Nacional “DEFENSORIA PÚBLICA: em ação pela inclusão”, no Rio de Janeiro, ocorreu em agosto, na Sala Cecília Meireles, no centro da capital fluminense. O evento, realizado pela ADPERJ, começou com as apresentações musicais da cantora Joanna e a Cia. Artística Eficientes Especiais-Cegos de amor pela Arte e o Grupo “Cancioneiros do IPUB”.



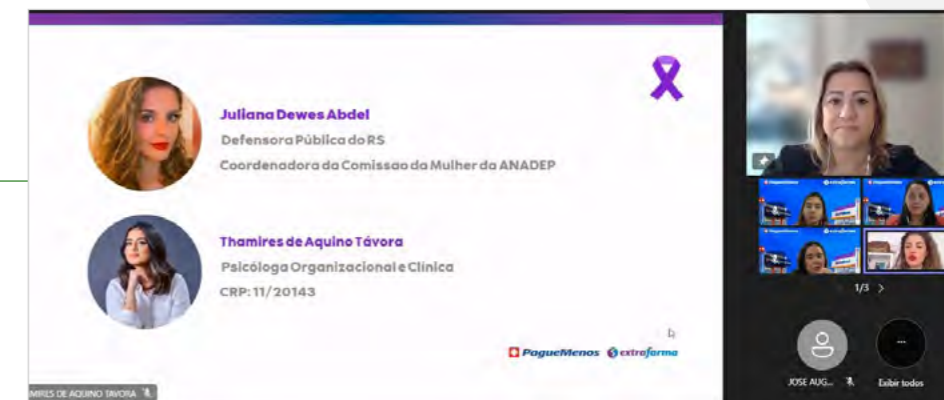
Para disseminar campanha nacional 2023, ADEP-MG lança websérie “Voz da Inclusão”

Em setembro, a ANADEP participou do lançamento oficial da websérie “Voz de Inclusão”, na sede da ADEP-MG. Produzida pela Associação mineira, o evento reuniu personagens, familiares, autoridades, defensoras e defensores públicos para acompanhar a história de oito pessoas com deficiência e familiares que são assistidos(as) ou integram a Defensoria Pública de Minas Gerais. A websérie “Voz de Inclusão” foi composta por oito vídeos que foram disponibilizados semanalmente nos canais da ADEP-MG.



Parceria com a rede Pague Menos

A diretora de eventos da ANADEP, Andrea Coelho, articulou parceria com a rede Pague Menos para ampliar a divulgação da Campanha Nacional “Defensoria Pública: em ação pela inclusão”.



Com a parceria, houve apresentação da campanha via painéis físicos e digitais das farmácias de todo o país. Em contrapartida, defensoras e defensores públicos palestraram para os colaboradores da rede sobre a atuação da Defensoria Pública em diversas frentes.

CAMPANHA NACIONAL 24

Em outubro, durante o período de 30 dias, a ANADEP abriu um canal para recebimento de sugestões para a campanha nacional 2024. Em novembro, durante a assembleia geral extraordinária, definiu-se, com 40 votos a favor, que “OS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA” será trabalhado no próximo ano pelas Associações Estaduais e Defensorias Públicas do Estados.



CARTÃO DE ANIVERSÁRIO

No segundo semestre de 2023, a ASCOM ANADEP deu continuidade à política de envio do cartão de aniversário às associadas e associados da entidade. Há também um cartão especial que é enviado aos parlamentares.



ANADEP NA MÍDIA

A ASCOM ANADEP busca dialogar semanalmente com os principais veículos de imprensa para ocupar os espaços e divulgar a importância da ANADEP e da Defensoria Pública como agentes de transformação social e para o acesso à justiça de pessoas em situações de vulnerabilidades. Confira abaixo as inserções de imprensa durante o 2º semestre:



AGÊNCIA BRASÍLIA

4/5/23 às 18:15

Lançada campanha que incentiva inclusão nas defensorias públicas

Iniciativa, da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), tem como objetivo reforçar a atuação dos profissionais na garantia dos direitos das pessoas com deficiência

Agência Brasília* | Edição: Chico Neto

Defensores públicos serão homenageados pelo Congresso na quarta

Da Agência Senado | 12/05/2023 | 15h25

Sede da Defensoria Pública no Distrito Federal. A instituição presta a população o direito de acesso à Justiça.

QUARTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2023.

Bahia Notícia
JUNIOR ROBOCOP - DRT 2350/BA

INICIAL DESTAQUES ESPORTE POLÍTICA ENTRETENIMENTO

Assistência jurídica gratuita beneficia 1,5 milhão de pessoas com alguma deficiência. Confira!

Audiência vai debater campanha anticapacitista da Defensoria Pública

21/09/2023 - 06:47

Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

Igor Timo é o autor do requerimento para a realização da audiência

Em pauta

STF: Defensoria questiona decreto que fixa R\$ 600 para superendividado

Defensores públicos alegam que o valor é incompatível com a dignidade humana

Da Redação

A Anadep - Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos acionou o STF contra o decreto presidencial que fixou em R\$ 600 a quantia mínima de renda a ser preservada para despesas básicas nas negociações de casos de superendividamento. A ADPF 1.097 foi distribuída ao ministro André Mendonça, relator de outras duas ações semelhantes.

Participação da mulher no espaço político e institucional

Alvina Barreto/Associação de Defensores

A luta pela equidade de gênero precisa do envolvimento de todas e de todos, porque a responsabilidade por construir uma sociedade justa e equilibrada é coletiva.

quarta-feira, 20 de maio de 2023

Participação em 0,00%

O mês de março de 2023, mas ainda é necessário questionar o motivo pelo qual as mulheres são 52% da população brasileira e, apesar disso, de acordo com o último levantamento do IBGE, apenas 37,8% dos cargos de chefia no Brasil são ocupados por mulheres. Ademais, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o país ocupa a 129ª posição no ranking mundial quanto à participação das mulheres na política, ou seja, apenas 17,7% de mulheres ocupam o parlamento no Brasil.

Esses dados refletem o fenômeno da masculinização do comando e feminização da subalternidade. Esse fenômeno demonstra que, mesmo frente aos espaços conquistados pelas mulheres na sociedade, o poder de comando permanece fiel à lógica da cultura patriarcal.

Compartilhar

Mercosul

Debater os Direitos Humanos a partir da ótica dos países integrantes do Mercosul é o foco de evento organizado pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - ANADEP no auditório do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, em Brasília, amanhã e sexta-feira. Trata-se do "XII Congresso do BLODEPM - Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul".

Inclusão social das pessoas com deficiência

BLOG Blog do Fausto Macedo

Fabiana Almeida/Foto: Divulgação

Foz sedia Encontro Regional das Defensoras e Defensores Públicos das Regiões Sul e Sudeste

06/10/2023

ENCONTRO REGIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE

Defensoria Pública: debates contemporâneos

PALESTRANTES

RADAR

Defensoria lança campanha nacional em defesa das pessoas com deficiência

Evento em Brasília conta com presença do ministro Sílvio Almeida, a secretária do governo Luke, Anna Paula Feminista e, do deputado Márcio Jerry

Por: Renato Silva

Por que defendemos a indicação de uma defensora pública para o Supremo Tribunal Federal?

BLOG Blog do Fausto Macedo

Por Eliana Barros Bionne de Oliveira e Maria Márcia Corral Dieli

2 de maio de 2023

Rianna Barros Bionne de Oliveira e Maria Márcia Corral Dieli. Foto: Divulgação Anadep/Anadep

CBN Entrevista

Ricardo Carvalho - Diretor Jurídico da ANADEP

Assoc. Nac. das Defensoras e Defensores Públicos

1:31:20 / 2:01:23

Apresenta

Marcelo Rocha

WhatsApp CBN Vale (11) 9 6163 5734

CBN VALE 1ª edição - Marcus Soliva - Prefeito de Guaratinguetá e Ricardo Carvalho (ANADEP)

CBN Vale

1,7 mil inscritos

Inscrição

INCLUSÃO SEM CAPACITISMO

Anadep lança campanha por direitos das pessoas com deficiência

5 de maio de 2023, 9h22

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) lançou, nesta quinta-feira (4/5), em Brasília, a campanha nacional *Defensoria Pública: em ação pela inclusão*, que tem o objetivo de ressaltar a atuação na garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Emendas em boa hora
Essas estatísticas mostram que o Brasil descumpriu largamente a determinação que ele próprio se impôs em 2014, quando a **Emenda Constitucional 80** deu prazo de oito anos (até 2022, portanto) para que houvesse defensores públicos em todas as comarcas do país. Não chegou se nem perto disso, mas houve avanços. Em 2013, esse índice era de 28% — havia Defensoria Pública instalada em 754 das 2.680 comarcas que existiam à época.



Segundo Sérgio Renault, foi com a EC 45/2004, que a Defensoria Pública passou a, com autonomia, ter mais força institucional.



Lançamento da campanha nacional "Defensoria Pública, em ação pela inclusão", promovida pelo MDHC - (crédito: Isabel Dourado / CB)

A secretária Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, **Anna Paula Feminella**, afirmou que há um sub-registro dos casos de violência contra as pessoas com deficiência e frisou a importância de abordar a promoção dos direitos dos PCDs.

08:07

ESTADÃO



É necessário transformar ação em inclusão
19/05/2023 | 06h00 Rivana Ricarte*

VÍCIO DE INICIATIVA

STF invalida trechos de lei estadual que alterou regras da Defensoria do PR

Redação Conjur 30 de agosto de 2023, 20h12

Por que uma defensora pública no Supremo Tribunal Federal?

RIVANA RICARTE Presidente da Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas (Anadep)
MÁRCIA MARIÁ CORRADI DINIZ Secretária Nacional da Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas (Anadep)

N o cenário político nacional, encontramos em evidência as primeiras nomeações a serem realizadas pelo presidente da República para composição do Supremo Tribunal Federal. Na chamada "eleição" das posições que se apresentam, temos desde quem defende qualquer debate sob variados pontos de vista que se tornam as presenças e a escolha segundo suas convicções, ou de acordo com as escolhas pessoais, não importando quais sejam elas, passando por representantes públicas de comunidades, indicação de nomes por organizações e personalidades, presença de realização de debates com presença cidadã.

De fato, a nomeação e do presidente da República, que pode indicar alguns até mais de 11 anos e menos de 70 anos de idade, de nível superior jurídico e reputação ilibada. Sendo que a nomeação depende de aprovação, por maioria absoluta, do Senado Federal. Há portanto nesse processo a necessidade de convergência de nomes da Poder Executivo e do Poder Legislativo. O primeiro passo é do presidente da República, democraticamente, quem tem acesso de ser nomeado de comum responsabilidade política por variados critérios. Primeiro porque se trata da composição do tribunal mais importante do Brasil, do responsável por dizer a Constituição e de dizer a última palavra sobre uma legislação e aplicá-la. Segundo porque não são tão poucas assim as pessoas que têm pressões ou requisitos constitucionais embora se possa divergir quanto ao que significa "juste e saber julgar" e como dizer isso.

Cada nomeação tem seu momento, cada um tem suas ideias, em todo o país, que estarão aptas a ocupar a posição. Isso torna o exercício muito maior e traz a necessidade de demonstrar de forma crítica e autônoma, da escolha caso se queira agir como maior transparência e na busca de maior legitimidade, o que é desejável numa democracia.

Assim, para isso, é necessário para a melhor escolha possível, apresentar e qualificar os nomes, certo de que trata-se um processo que se realiza em algum debate público, que não é que gosta de cada um dos nomes. Nesse sentido, queremos colocar no respeito de escolha possível alguns que integram a Defensoria Pública. No sistema de justiça, a Defensoria Pública é a instituição mais jovem. Foi criada em 1988 que, pela primeira vez, passou a ser gerida democraticamente, tornando-se a instituição a responsável por garantir o acesso à justiça da população vulnerável. Apesar da história que é certa constitucional fundamental. Desde então tem se desenvolvido, mas já mostra a que veio quando analisa o encarceramento em massa do país, quando defende as mulheres em situação de violência e de discriminação de gênero, quando luta por dignidade para a população de rua, para as pessoas com deficiência, para a população LGBTQIUA+. A instituição tem por missão garantir direitos sociais, combater a pobreza e a exclusão, lutar contra a precarização de trabalho e contra as desigualdades sociais, defender o direito de acesso à educação de milhões de crianças e jovens e de suas famílias com dignidade de direitos, promovendo o sistema de justiça para garantir direitos à cidadania mais pobres, vulneráveis e discriminados de nossa sociedade.

Quem integra a defensoria pública, por isso, deve ter a capacidade de trabalhar em sociedade com a sociedade mais vulnerável, menos privilegiada, menos institucionalizada. Essa defensoria tem potencial de realizar o modo de atuar do sistema de justiça trazendo ao Poder Judiciário as dores e sofrimentos da maior parcela da população brasileira, dos que passam fome, dos que estão vivendo em insegurança alimentar, do que não têm acesso à água, terra e moradia.

Essa missão complexa de atribuições nos faz defender também um sistema de justiça estruturado e responsável por direitos, com mais recursos, pessoas seguras, indígenas, com deficiência, de diversas orientações sexuais, identidades de gênero e de comunidades ciganas. Por questões de justiça e porque representamos a esperança.

A escolha para composição do Tribunal Federal, respeitados os requisitos constitucionais, não estamos, além, por si só, mas levamos, ao longo, a nossa competência marcada por um determinado espectro social heterogêneo, marcado pelo respeito humano e racializado.

O direito não pode tudo. Trazendo a discussão da justiça pública, das ações dos governantes e do crescimento enfrentamento dos grandes riscos que foram aqui colocados. O direito que é posto pelo STF tem que se engajar com o projeto público constitucional de inclusão e de garantia de direitos para a maior parte da população da sociedade do Brasil. A Defensoria Pública presente do STF pode ser um bom exemplo.

Juiz de garantias

O STF retoma, na próxima semana, o julgamento sobre a validade da criação do juiz das garantias. O dispositivo foi aprovado pelo Congresso e estava suspenso desde 2020, por ordem do ministro Luiz Fux. A tendência é que a Corte mantenha a suspensão. Por outro lado, há quem apoie. "Representa um avanço no sentido de fortalecer a independência, a imparcialidade e a eficiência do sistema judicial, pois se evita que magistrados que irão analisar a ação penal tenham contato com as provas produzidas na fase pré-processual", disse a presidente Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), Rivana Ricarte, à coluna.

LEGISLATIVO

Câmara lança frente parlamentar para auxiliar no andamento de pautas dos defensores públicos

Por Renan França Publicado em 16/09/2023 12:56



ENTREVISTAS E PERFS Edição 270

A defesa da democracia é o ponto de partida e de chegada

2 de fevereiro de 2023
Anadep Da Redação
Compartilhe: WhatsApp, LinkedIn, Facebook, Twitter



Entrevista com a Presidente reeleita da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, Rivana Ricarte

DEFESA DOS NECESSITADOS

'A reconstrução social do país depende do fortalecimento da Defensoria Pública'

12 de março de 2023, 8h49 [imprimir](#) [Enviar](#) [Facebook](#) [Twitter](#) [WhatsApp](#)

Por [Danilo Vital](#)

Ouvir: Entrevista: Rivana Ricarte, presidente 0:00 ouso



Por seu papel constitucional de defender direitos individuais e coletivos das pessoas necessitadas, a Defensoria Pública é um fator essencial para a reconstrução social do Brasil, e por isso deve ser fortalecida.

A opinião é da presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), **Rivana Ricarte**, que foi reeleita e empossada em fevereiro para mais um biênio no cargo, que ocupa desde 2021.



Ela classifica os últimos quatro anos como de resistência: o arrocho nas pautas penais, a instabilidade político-econômica, a redução do investimento em pautas sociais e a Covid-19

Liga para a Defensoria

Órgão federal fez 1,5 milhão de atendimentos por ano sobre direitos das pessoas com deficiência. Sete estados têm núcleo especializado.

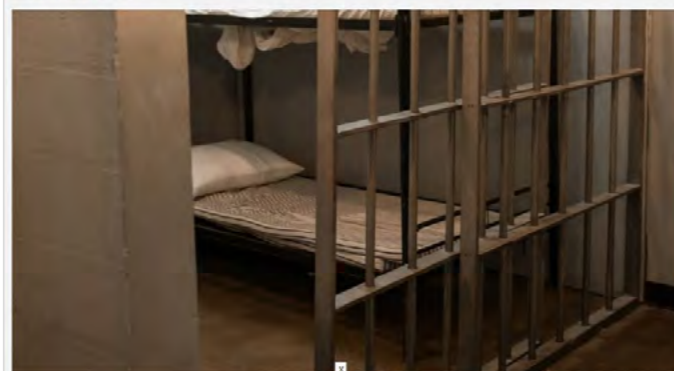
Um levantamento da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep) mostra que aproximadamente 10% dos 15 milhões de atendimentos feitos por ano pela Defensoria Pública do Estado e do Distrito Federal - ou seja, 1,5 milhão - são referentes a direitos das pessoas com deficiência.

De acordo com a instituição, sete estados - Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo - têm núcleos especializados no tema, prestam orientação jurídica e a defesa em juízo em todos os graus, de cidadãos de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade. Onde não há essa especialidade, o atendimento é feito pelo Núcleo de Direitos Humanos ou de outros setores porque tratam de direito do consumidor, saúde, infância e juventude.

Lançamento da Campanha "Defensoria Pública: em ação pela inclusão" contou a participação da representante do Amazonas



GIRO CIDADES No Brasil, o déficit de defensores públicos chega a quase 80%



JORNAL TRIBUNA
Assistência jurídica gratuita beneficia 1,5 milhão de pessoas com alguma deficiência

O DIA
RIO DE JANEIRO
Direitos das pessoas com deficiência é tema da 'Defensoria Pública: em ação pela inclusão'

A programação conta com debates e apresentações culturais com artistas com deficiência, que vão reunir autoridades políticas dedicadas à causa, ativistas com deficiência, defensoras(es) públicas(os) e integrantes de movimentos sociais.

Defensoria Pública da União Pessoa com Deficiência Assistência Social

Assistência jurídica gratuita beneficia 1,5 milhão de pessoas com alguma deficiência

CURTIR COMENTAR

JUSTIÇA EM FOCO

PODER LEGISLATIVO

Audiência vai debater campanha anticapacitista da Defensoria Pública

gov.br
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Campanha nacional da Defensoria Pública sobre direitos das pessoas com deficiência é lançada no MDHC

Com participação da secretária Anna Paula Feminella, evento foi promovido pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep) na sede do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.



Fachada do Supremo Tribunal Federal (STF). Crédito: Reprodução/CIV

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, a **ADPF1.097**, contra um decreto presidencial que aumentou o valor mínimo existencial — renda mínima assegurada para o pagamento de despesas básicas em casos de superendividamento — de R\$ 303 para R\$ 600.

Agenda

Campanha Nacional "Defensoria Pública: em ação pela inclusão"

LANÇAMENTO



- Data: 4/5
- Horário: Às 9h
- Local: Auditório do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), localizado no subsolo do Bloco A, na Esplanada dos Ministérios.

No próximo dia 4/5, às 9h, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania será palco do lançamento oficial da Campanha Nacional "Defensoria Pública: em ação pela inclusão". A campanha é uma iniciativa da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep) e tem por objetivo ressaltar a atuação dos defensores públicos na garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

08:02

Migalhas
MIGALHAS DE PESO
19 de maio - Dia Nacional da Defensoria Pública
Igor Santos

SEGUNDA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2023
Migalhas
EDITORIAS SERVIÇOS MIGALHEIRO APOIADORES
Agenda
Seminário 35 anos da Constituição Federal de 88 e Defensoria Pública: garantia de acesso à justiça

A defensoria pública em ação pela inclusão social das pessoas com deficiência

Fátima Abene

A Defensoria Pública é, indiscutivelmente, uma instituição de instrumentalização do modelo social de deficiência e todas as seus colorários pela implementação de uma sociedade menos capacitista e mais inclusiva.

12/04/2023, 20:45:00 de 2023
Atualizado às 07:54

ANADep
DEFENSORIA PÚBLICA: EM AÇÃO PELA INCLUSÃO

JORNAL DA SUCESSO 1ª EDIÇÃO 04-05
Sucesso News BSB
6,09 mil inscritos

Política & Poder
Assistência jurídica gratuita beneficia 1,5 milhão de pessoas com alguma deficiência

Tal iniciativa fortalece o debate e amplia as vozes das pessoas com deficiência para que saiam da invisibilidade.

Por Redação Jornal de Brasília
09/05/2023 18:07

Foz do Iguaçu sedia Encontro Regional das Defensoras e Defensores Públicos das Regiões Sul e Sudeste

O encontro tem por objetivo central trazer painéis e debates para discutir os principais temas da atualidade relacionados à atuação da Defensoria Pública.

O "Direito achado" nas ruas pela Defensoria Pública precisa fazer parte do STF

Mônica de Melo

Faz-se necessária a possibilidade tomar visíveis os milhares de vulneráveis, contribuindo para uma visão crítica e emancipatória do Direito e da Justiça

quarta-feira, 30 de agosto de 2023
Atualizado em 29 de agosto de 2023 09:00

Por sua vez, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) afirmou que a liberdade de expressão e manifestação não pode ser confundida com fanatismo, vandalismo e violência. "Os atos terroristas contra os Poderes da República significam ataque direto à democracia e ao Estado brasileiro e precisam ser combatidos com todas as medidas necessárias pelas forças de segurança, de acordo com as disposições legais."

BRASIL

Entidades divulgam notas de repúdio contra invasões antidemocráticas



No Brasil, o déficit de defensores públicos chega a quase 80%

O país conta apenas com cerca de 6.235 profissionais, o que revela uma necessidade de se aumentar esse número, especialmente em municípios pequenos



Entidades divulgam notas de repúdio contra invasões antidemocráticas



Piauí é um dos estados do país com núcleo de direitos da pessoa com deficiência

Foi lançada esta semana a campanha nacional de luta pelos direitos das pessoas com deficiência

Da Redação — Sábado, 06/05/2023 às 08:20



Lançada campanha nacional pelos direitos das pessoas com deficiência. Foto: Fábio Rodrigues-Pozzobom/Agência Brasil



NOTÍCIAS

f t in

Campanha Nacional "DEFENSORIA PÚBLICA: em ação pela inclusão" é lançada oficialmente

A Campanha nacional "Defensoria Pública: Em ação pela inclusão", voltada à garantia dos direitos das pessoas com deficiência

Liga para a Defensoria

Órgão federal faz 1,5 milhão de atendimentos por ano sobre direitos das pessoas com deficiência. Sete estados têm núcleo especializado.

Luz Alexandre Souza Ventura

Defensora pública do Acre será reconduzida à presidência da Associação Nacional dos Defensores

Ministra Elizabete Alencar, em declaração, defendeu a recondução à presidência da ANADEP da defensora pública do Acre

16/05/2023

Última atualização em 16/05/2023 às 10:00



Rivana Ricarte toma posse novamente na Anadep



Nova diretoria da ANADEP toma posse hoje durante evento em Brasília

A cerimônia será, a partir das 18h30, no clube Porto Vitória.

Em Brasília, quarta-feira, 13 de fevereiro de 2023. Publicado às 09:40.

Compartilhe em [Facebook](#) [Twitter](#) [LinkedIn](#) [WhatsApp](#) [E-mail](#) [Imprimir](#) [Compartilhar](#) [Siga-nos no Google News](#) [A-](#) [A+](#)

A defensora pública do Acre, **Rivana Ricarte**, será reconduzida ao cargo de presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) durante cerimônia hoje, a partir das 18h30 no clube Porto Vitória, em Brasília. Ao lado dela, na vice-presidência institucional, estará a atual presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (ADPERJ), Juliana Linz. É a segunda vez consecutiva que a ANADEP tem duas mulheres no comando. Durante o ato também serão empossados os novos integrantes dos conselhos diretor, consultivo e fiscal da entidade para o biênio 2023-2025.



Justiça na Tarde - Especial de Sábado

13/05/2023 - 14h05

Edição 13/05/2023 Bloco 1 - Campanha nacional "Defensoria Pública: em ação pela inclusão"

[Ouça Agora!](#)
[Download](#)

13/05/2023 - 14h04

Edição 13/05/2023 Bloco 2 - Campanha nacional "Defensoria Pública: em ação pela inclusão"

[Ouça Agora!](#)
[Download](#)

06/05/2023 - 14h05



Saiba como a Defensoria Pública pode ajudar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência

Campanha Nacional divulga atuação dos defensores públicos na inclusão e luta contra o capacitismo

Tarde Nacional - Amazônia
No AR em 10/15/2023 - 18:21

O Tarde Nacional - Amazônia falou sobre a campanha "Defensoria Pública: em ação pela inclusão". O objetivo é divulgar como os defensores públicos podem atuar na garantia dos direitos das pessoas com deficiência. A entrevistada foi a presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), Rivana Ricarte.



Ela explicou para os ouvintes de que forma eles podem acessar as defensorias públicas do país quando seus direitos são violados nas áreas de saúde, educação, cultura e outras. Rivana Ricarte ressaltou, ainda, o importante papel que os defensores desempenham na promoção da inclusão e na luta contra o capacitismo.

Clique no player acima e ouça a entrevista na íntegra

O programa Tarde Nacional - Amazônia vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 17h às 17h, na Rádio Nacional da Amazônia. A apresentação é de Juliana Maya.

TAGS: DIREITOS HUMANOS; PESSOAS COM NECESSIDADES; INCLUSÃO; DEFENSORIA PÚBLICA



JUSTIÇA CIDADÃ QUEM SOMOS EDIÇÕES ARTIGOS PROJETOS TROFÉU DOM QUIXOTE CONTATO MEDIAÇÃO

DIREITO PÚBLICO Edição 276

A criação da Comissão de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

2 de agosto de 2023
Anadep
Rochester Araújo
Defensor Público do Rio Grande do Norte / Diretor de Articulação Social da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Compartilhe:

Política

Brasília (DF) 04/05/2023 A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) lança a campanha nacional "Defensoria Pública: em ação pela inclusão" para ressaltar a atuação das defensoras e defensores públicos na garantia dos direitos humanos. Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom

Download Web (1024x768)

Download Original (alta definição)



Publicado em 04/05/2023 12:04
Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil
Local: Brasília (DF)

DIREITO PRIVADO Edição 275

O direito fundamental à igualdade material e os critérios de acesso à Justiça

12 de julho de 2023
Anadep
Jennifer Scheffer, Rivana Barreto Ricarte de Oliveira
Diretora Jurídica da Anadep e Presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Paraná / Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep)

Compartilhe:



Revista Brasil



Defensoria pública beneficia 1,5 milhão de pessoas com deficiência

JUSTIÇA CIDADÃ QUEM SOMOS EDIÇÕES ARTIGOS PROJETOS TROFÉU DOM QUIXOTE CONTATO MEDIAÇÃO

OPINIÃO E EDITORIAIS Edição

Os 35 anos da Constituição Federal e a defensoria pública do Brasil

28 de setembro de 2023
Anadep
Guilherme Vilela, Rivana Barreto Ricarte de Oliveira
Vice-presidente Administrativo da Anadep / Presidente da Anadep

Compartilhe:

19 de agosto, entre luta, direitos, dores, indiferença e resistência

6 de setembro de 2023
Anadep
Antonio Vitor Barbosa de Almeida, Fernanda Penteado Dalera, Samuel Rodrigues
Coordenador da Comissão da População em Situação de Rua da Anadep / Coordenadora-adjunta da Comissão da População em Situação de Rua da Anadep / Coordenador do Movimento Nacional da População de Rua

Compartilhe:

espaço
Cidadão
com Robson Carvalho

27|01
SEXTA-FEIRA
08:20h

Entrevista
com
RIVANA RICARTE
Defensora pública e
Presidenta da ANADEP.

O que um Defensor Público pode fazer por você?



TV Senado é parcialmente ou totalmente financiada pelo governo do Brasil. Wikipedia

Defensoria Pública garante acesso gratuito à Justiça; profissionais são homenageados

RADAR por Robson Davi
Notas essenciais sobre política, legislação e entretenimento. Com Gustavo Maia, Nicholas D'Almeida e Raulo Brito. Este conteúdo é exclusivo para assinantes.

Deputados instalam frente parlamentar em apoio à Defensoria Pública
Colegiado visa fortalecer a assistência jurídica gratuita à população vulnerável.



Por novos ares
O início de 2023 também é de boas notícias na esfera política. Carla Caroline de Oliveira Silva e Marjorie Chaves trazem alguns motivos para esperarmos.

INJÚRIA RACIAL É EQUIPARADA AO CRIME DE RACISMO
A deputada carioca Carla Caroline de Oliveira Silva, do PT, apresentou uma proposta de emenda constitucional para equiparar a injúria racial ao crime de racismo. A proposta prevê a aplicação da pena de prisão perpétua para quem cometer o crime. A deputada também defende a criação de um novo crime, a injúria racial agravada, que prevê a pena de prisão perpétua para quem cometer o crime com motivação racista.

DEMOCRACIA E O RESFÔLEGO DA JUSTIÇA RACIAL
A deputada carioca Marjorie Chaves, do PT, apresentou uma proposta de emenda constitucional para fortalecer a democracia e o acesso à justiça racial. A proposta prevê a criação de um novo órgão, o Conselho Nacional de Justiça Racial, que terá a função de acompanhar e avaliar o cumprimento das políticas públicas de justiça racial. A deputada também defende a criação de um novo crime, a discriminação racial agravada, que prevê a pena de prisão perpétua para quem cometer o crime com motivação racista.

'Sem direito a ter direitos': como falta de defensores públicos prejudica os mais pobres



Defensorias têm feito mutirões para atender populações de áreas

À QUEIMA-ROUPA RIVANA RICARTE, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS (ANADep)

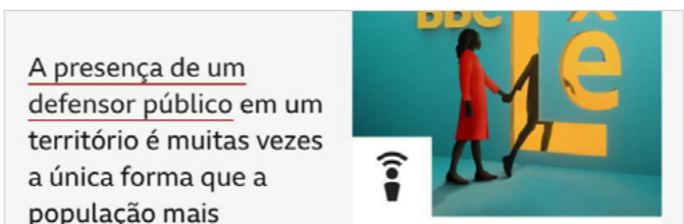
“É importante que o sistema de justiça seja inclusivo e representativo por dentro, com mais mulheres, pessoas negras, indígenas, com deficiência de diversas orientações sexuais, identidades de gênero e de diversas camadas sociais.”

As crises de saúde aumentam a demanda por serviços de Defensoria Pública e reduzem os investimentos em ampliação do atendimento. Como resolver essa equação?

A falta de recursos para contratar mais defensores públicos em áreas de alta demanda é uma realidade. Quando se estabelece conjuntamente os custos de gestão pública, a implementação de novos direitos ou leis, a construção de novas unidades administrativas e o sistema de saúde, também fica difícil a implementação de ações de ampliação da atuação da Defensoria Pública.

Em 2022, também o prazo de validade para a criação de Defensorias Públicas em todos os estados e DF acabou. Como está o cenário atual?

Em 2022, também o prazo de validade para a criação de Defensorias Públicas em todos os estados e DF acabou. Como está o cenário atual?



A presença de um defensor público em um território é muitas vezes a única forma que a população mais vulnerável tem de cobrar na Justiça o reconhecimento de direitos essenciais.

“Quem procura a defensoria são pessoas muito humildes, que não têm como pagar advogados. E esse público significa 85% da população”, diz Rivana Ricarte, presidenta da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), que reúne as entidades estaduais e do Distrito Federal (DF).

O público-alvo das defensorias é a população com renda de até três salários mínimos.

O juiz de garantias e sua função garantidora de direitos fundamentais

Implementação do instituto representa avanço para imparcialidade e eficiência do sistema judicial

RIVANA RICARTE

24/05/2023 04:22



Duas Linhas e Meia (08-02-2023)

Agenda

08/02/2023 03h00 · Atualizado há 5 horas

. Pela segunda vez consecutiva duas mulheres estarão no comando da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), que representa mais de 6 mil profissionais em todo o país. A defensora pública do Acre, Rivana Ricarte, será reconduzida ao cargo de presidente hoje, a partir das 18h30, no clube Porto Vitória, em Brasília. Ao lado dela, na vice-presidência institucional, estará a fluminense Juliana Lintz.

CONTROLE DE INSERÇÕES NA IMPRENSA

VERDE: Envia o release para os jornalistas e contacta por telefone e whatsapp || follow up + diálogo

AZUL: O veículo nos procura (normalmente depois de contatos prévios) e emplacamos como fonte | inserções espontâneas

CINZA: Mandamos release/ou concedemos entrevista e não emplacamos

LARANJA: Apesar do tema negativo, a ASCOM ANADEP conseguiu neutralizar a notícia (redução de danos)

VERMELHO: Sai algo negativo da ANADEP na imprensa

JANEIRO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
PODER 360	Associações jurídicas e de policiais condenam ataques em Brasília.	NOTA ANADEP	https://www.poder360.com.br/governo/associacoes-juridicas-e-de-policiais-condenam-ataques-em-brasilia/
CONJUR	Em nota, presidentes dos TRFs apoiam combate às ameaças à democracia.	NOTA ANADEP	https://www.conjur.com.br/2023-jan-08/presidentes-trfs-apoiam-combate-ameacas-democracia
AGÊNCIA BRASIL (EBC)	Entidades divulgam notas de repúdio contra invasões antidemocráticas	NOTA ANADEP	https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-01/entidades-divulgam-notas-de-repudio-contra-invasoes-antidemocraticas
SITE ESTAÇÃO LIVRE	Entidades divulgam notas de repúdio contra invasões antidemocráticas	NOTA ANADEP	Entidades divulgam notas de repúdio contra invasões antidemocráticas (estacaolivrem.com.br)
Coluna Pretos no Topo (Correio Braziliense)	Por novos ares	Defensora pública Carla Carol (CIER)	
Robson Cidadão (BAND NE)	O que um Defensor Público pode fazer por você?	RIVANA RICARTE	https://www.youtube.com/watch?v=7GjrCDyp8sk

FEVEREIRO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
REVISTA J&c	A defesa da democracia é o ponto de partida e de chegada	RIVANA RICARTE	https://www.editorajc.com.br/a-defesa-da-democracia-e-o-ponto-de-partida-e-de-chegada/

Ancelmo Gois (O Globo)	Posse da nova diretoria da ANADEP	RELEASE ANADEP	https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2023/02/duas-linhas-e-meia-08-02-2023.ghtml
MIGALHAS	Nova diretoria da ANADEP toma posse hoje durante evento em Brasília	RELEASE ANADEP	https://www.migalhas.com.br/quentes/381253/nova-diretoria-da-anadep-toma-posse-hoje-durante-evento-em-brasilia
SITE INNOVARE	Rivana Ricarte toma posse novamente na Anadep	RELEASE ANADEP	https://www.premioinnovare.com.br/noticias/rivana-ricarte-toma-posse-novamente-na-anadep/173
JUSTIÇA EM FOCO	Nova diretoria da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos toma posse durante solenidade em Brasília	RELEASE ANADEP	https://tinyurl.com/35htn6na
CONTIL NET (AC)	Defensora pública do Acre será reconduzida à presidência da Associação Nacional dos Defensores	RELEASE ANADEP	https://contilnetnoticias.com.br/2023/02/defensora-publica-do-acre-sera-reconduzida-a-presidencia-da-associacao-nacional-dos-defensores/
ACRE EM FOCO	Defensora pública do Acre será reconduzida à presidência da Associação Nacional dos Defensores	RELEASE ANADEP	https://acrefoco.com/2023/02/defensora-publica-do-acre-sera-reconduzida-a-presidencia-da-associacao-nacional-das-defensoras-e-defensores-publicos/#gsc.tab=0
JURUÁ EM TEMPO (AC)	Defensora pública do Acre será reconduzida à presidência da Associação Nacional dos Defensores	RELEASE ANADEP	https://www.jruaemtempo.com.br/2023/02/defensora-publica-do-acre-sera-reconduzida-a-presidencia-da-associacao-nacional-dos-defensores/
ACRE DA HORA	Defensora pública do Acre será reconduzida à presidência da Associação Nacional dos Defensores	RELEASE ANADEP	https://acredahora.com.br/?p=2020

MARÇO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
REVISTA J&C	Oito de março, um dia para repensar o passado, desconstruir o presente e reformular o futuro dos direitos das mulheres	Juliana Dewes Abdel Coordenadora da Comissão dos Direitos da Mulher da ANADEP	https://www.editorajc.com.br/oito-de-marco-um-dia-para-repensar-o-passado-desconstruir-o-presente-e-reformular-o-futuro-dos-direitos-das-mulheres/
CONJUR	'A reconstrução social do país depende do fortalecimento da Defensoria Pública'	RIVANA RICARTE	https://www.conjur.com.br/2023-mar-12/entrevista-rivana-ricarte-presidente-anadep
MIGALHAS	Participação da mulher no espaço político e institucional	RIVANA RICARTE	https://www.migalhas.com.br/depeso/382647/participacao-da-mulher-no-espaco-espaco-politico-e-institucional

ABRIL

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
MIGALHAS	A defensoria pública em ação pela inclusão social das pessoas com deficiência	Flávia Albaine	https://www.migalhas.com.br/depeso/385137/a-defensoria-em-acao-pela-inclusao-social-das-pessoas-com-deficiencia
REVISTA JUSTIÇA & CIDADANIA	Você conhece a Escola Nacional de Defensoras e Defensores Públicos?	Diretores(as) da ANADEP	https://www.editorajc.com.br/conhecendo-a-escola-nacional-de-defensoras-e-defensores-publicos/
VEJA ONLINE	Defensoria lança campanha nacional em defesa das pessoas com deficiência	RELEASE ANADEP	https://veja.abril.com.br/coluna/radar/defensoria-lanca-campanha-nacional-em-defesa-das-pessoas-com-deficiencia/
MIGALHAS	Campanha Nacional "Defensoria Pública: em ação pela inclusão"	RELEASE ANADEP	https://www.migalhas.com.br/agenda/385579/campanha-nacional-defensoria-publica-em-acao-pela-inclusao

MAIO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
Revista Justiça & Cidadania	Santo Ivo, patrono dos juristas e dos defensores públicos	Cleber Francisco Alves Defensor Público do Rio de Janeiro	Santo Ivo, patrono dos juristas e dos defensores públicos Editora JC
CONJUR	Anadep lança campanha por direitos das pessoas com deficiência	RELEASE ANADEP	https://www.conjur.com.br/2023-mai-05/anadep-lanca-campanha-direitos-pessoas-deficiencia
ESTADÃO	Liga para a Defensoria	RELEASE ANADEP	https://www.estadao.com.br/brasil/vencer-limites/liga-para-a-defensoria/
PORTAL TERRA	Liga para a Defensoria	RELEASE ANADEP	https://www.terra.com.br/nos/liga-para-a-defensoria,05f8860ab9c2d908ecd7872989c26b17h2c9v7od.html
CBN VALE	Campanha nacional 2023	Ricardo Carvalho	https://www.youtube.com/watch?v=IEi6rB7cNnw&t=5847s
TV JUSTIÇA	CAMPANHA NACIONAL 2023	RIVANA RICARTE	https://tinyurl.com/28nufs5w
AGÊNCIA BRASIL	Defensoria lança campanha para inclusão de pessoas com deficiência	RELEASE ANADEP RIVANA RICARTE	https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/defensoria-lanca-campanha-para-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia
RÁDIO NACIONAL	CAMPANHA NACIONAL 2023	RIVANA RICARTE	https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2023-05/campanha-defensoria-publica-em-acao-pela-inclusao-1683212680
JORNAL NOVA BRASIL	CAMPANHA NACIONAL 2023	IGOR SANTOS	https://www.youtube.com/watch?v=O6TcZK48VrY

RÁDIO SUCESSO NEWS	CAMPANHA NACIONAL 2023	RIVANA RICARTE E RELEASE ANADEP	https://www.youtube.com/watch?v=e4t-qfj-auc
SITE DO MDHC	EVENTO DE LANÇAMENTO DA CAMPANHA NACIONAL 2023	COBERTURA	https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/campanha-nacional-da-defensoria-publica-sobre-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-e-lancada-no-mdhc
AGÊNCIA BRASÍLIA	Lançada campanha que incentiva inclusão nas defensorias públicas	RELEASE ANADEP E COBERTURA DO EVENTO	https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2023/05/04/lancada-campanha-que-incentiva-inclusao-nas-defensorias-publicas/
CORREIO BRAZILIENSE	Secretária diz que há sub-registro de casos de violência contra PCDs	RELEASE ANADEP E COBERTURA DO EVENTO	https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/05/5092086-secretaria-diz-que-ha-sub-registro-de-casos-de-violencia-contrapcds.html
PIAUI NOTÍCIAS	Piauí é um dos estados do país com núcleo de direitos da pessoa com deficiência	RELEASE ANADEP	https://piauihoje.com/noticias/geral/piaui-e-um-dos-estados-do-pais-com-nucleo-de-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-415455.html
FATO AMAZÔNICO	Lançamento da Campanha "Defensoria Pública: em ação pela inclusão" contou a participação da representante do Amazonas	RELEASE ANADEP	https://fatoamazonico.com.br/lançamento-da-campanha-defensoria-publica-em-acao-pela-inclusao-contou-a-participacao-da-representante-do-amazonas/
JORNAL CONTÁBIL	Defensoria Cria Campanha Para Inclusão De Pessoas Com Deficiência	RELEASE ANADEP	https://www.jornalcontabil.com.br/defensoria-cria-campanha-para-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/
TV BRASIL (EBC)	Defensoria lança campanha de inclusão e anticapacitismo	RELEASE ANADEP E COBERTURA DO EVENTO	https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/05/defensoria-lanca-campanha-de-inclusao-e-anticapacitismo
RÁDIO NACIONAL AMAZÔNIA (EBC)	Saiba como a Defensoria Pública pode ajudar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência	RIVANA RICARTE	https://radios.ebc.com.br/tarde-nacional-amazonia/2023/05/saiba-como-defensoria-pode-ajudar-defesa-direitos-pessoas-deficiencia
BLOG DO FAUSTO (ESTADÃO) ARTIGO	Inclusão social das pessoas com deficiência	FLÁVIA ALBAINÉ	https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/inclusao-social-das-pessoas-com-deficiencia/
PORTAL DE CAMAQUA	Campanha Nacional "DEFENSORIA PÚBLICA: em ação pela inclusão" é lançada oficialmente	RELEASE ANADEP	https://www.portaldecamaqua.com.br/noticias/64162/campanha-nacional-defensoria-publica-em-acao-pela-inclusao-e-lancada-oficialmente.html
VEJA ONLINE (RADAR)	Deputados instalam frente parlamentar em apoio à Defensoria Pública	RELEASE ANADEP	https://veja.abril.com.br/coluna/radar/deputados-instalam-frente-parlamentar-em-apoio-a-defensoria-publica/
CORREIO BRAZILIENSE Coluna à queima roupa (impresso)	Panorama da Defensoria Pública	RIVANA RICARTE	

AGÊNCIA SENADO	Defensores públicos serão homenageados pelo Congresso na quarta	DEFENSORIA PÚBLICA	https://www12.senado.leg.br/noticias/noticias/materias/2023/05/12/defensores-publicos-serao-homenageados-pelo-congresso-na-quarta
DIÁRIO DE PERNAMBUCO	Câmara lança frente parlamentar para auxiliar no andamento de pautas dos defensores públicos	RELEASE ANADEP	https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2023/05/camara-lanca-frente-parlamentar-para-auxiliar-no-andamento-de-pautas-d.html
RÁDIO JUSTIÇA (JUSTIÇA NA TARDE DEBATE)	Especial Campanha Nacional 2023	ANADEP	https://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/programacao!listarAudioRelacionado.action?menuSistema=&entity_id=486303
PORTAL IG (ÚLTIMO SEGUNDO)	No Brasil, o déficit de defensores públicos chega a quase 80%	RIVANA RICARTE	https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2023-05-19/deficit-de-defensores-publicos-chega-a-80-no-brasil.html
GIRO MARÍLIA	No Brasil, o déficit de defensores públicos chega a quase 80%	RIVANA RICARTE	https://www.giromarilia.com.br/noticia/giro-cidades/no-brasil-o-deficit-de-defensores-publicos-chega-a-quase-80/124404
RÁDIO JUSTIÇA	19 DE MAIO	RIVANA RICARTE	
MIGALHAS	19 de maio - Dia Nacional da Defensoria Pública	IGOR SANTOS	https://www.migalhas.com.br/depeso/386700/19-de-maio-dia-nacional-da-defensoria-publica
ESTADÃO (BLOG DO FAUSTO)	É necessário transformar ação em inclusão	RIVANA RICARTE	https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/e-necessario-transformar-acao-em-inclusao/
RÁDIO APARECIDA	19 DE MAIO	RIVANA RICARTE	https://www.youtube.com/watch?v=EAAE1qOKKZI
RÁDIO POP	19 DE MAIO	RIVANA RICARTE	https://www.youtube.com/watch?v=i8jzuJG3N20
RÁDIO JUSTIÇA	19 DE MAIO	RIVANA RICARTE	https://www.youtube.com/watch?v=9QEbe-euP8k
MONTANHAS CAPIXABAS	Defensoria pública no Brasil registra déficit de quase 80%	RIVANA RICARTE	Defensoria pública no Brasil registra déficit de quase 80% - Montanhas Capixabas
PORTAL JOTA (ARTIGO)	O juiz de garantias e sua função garantidora de direitos fundamentais	RIVANA RICARTE	https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-juiz-de-garantias-e-sua-funcao-garantidora-de-direitos-fundamentais-24052023

JUNHO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
CORREIO BRAZILIENSE (ONLINE E IMPRESSO) ARTIGO	Por que uma defensora pública no Supremo Tribunal Federal?	Rivana Ricarte e Maira Coraci	https://www.correio braziliense.com.br/opiniao/2023/06/5098676-artigo-por-que-uma-defensora-publica-no-supremo-tribunal-federal.html

ESTADÃO (BLOG DO FAUSTO) ARTIGO	Por que uma defensora pública no Supremo Tribunal Federal?	Rivana Ricarte e Maira Coraci	https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/por-que-defendemos-a-indicacao-de-uma-defensora-publica-para-o-supremo-tribunal-federal/
JORNAL DE BRASÍLIA	Assistência jurídica gratuita beneficia 1,5 milhão de pessoas com alguma deficiência	RELEASE ANADEP	https://jornaldebrasilia.com.br/noticias/politica-e-poder/assistencia-juridica-gratuita-beneficia-15-milhao-de-pessoas-com-alguma-deficiencia/
JUSBRASIL	Assistência jurídica gratuita beneficia 1,5 milhão de pessoas com alguma deficiência	RELEASE ANADEP	https://www.jusbrasil.com.br/noticias/assistencia-juridica-gratuita-beneficia-1-5-milhao-de-pessoas-com-alguma-deficiencia/1859867419
JORNAL DA TRIBUNA	Assistência jurídica gratuita beneficia 1,5 milhão de pessoas com alguma deficiência	RELEASE ANADEP	https://jornaltribuna.com.br/2023/06/assistencia-juridica-gratuita-beneficia-15-milhao-de-pessoas-com-alguma-deficiencia/
BAHIA NOTÍCIA	Assistência jurídica gratuita beneficia 1,5 milhão de pessoas com alguma deficiência. Confira!	RELEASE ANADEP	https://bahianoticia.com.br/assistencia-juridica-gratuita-beneficia-15-milhao-de-pessoas-com-alguma-deficiencia-confira/
CORREIO BRAZILIENSE (IMPRESSO)	JUIZ DE GARANTIAS	RIVANA RICARTE	
RÁDIO NACIONAL (EBC)	Defensoria pública beneficia 1,5 milhão de pessoas com deficiência	RIVANA RICARTE	https://radios.ebc.com.br/revista-brasil/2023/06/assistencia-juridica-gratuita-beneficia-15-milhao-de-pessoas-com-alguma
TV SENADO	Defensoria Pública garante acesso gratuito à Justiça; profissionais são homenageados	Sessão Solene em homenagem à Defensoria Pública	https://www.youtube.com/watch?v=MMINIOYFglU

JULHO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
REVISTA J&C	O direito fundamental à igualdade material e os critérios de acesso à Justiça	Jeniffer Scheffer, Rivana Barreto Ricarte de Oliveira Diretora Jurídica da Anadep e Presidenta da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Paraná / Presidenta da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep)	https://www.editorajc.com.br/o-direito-fundamental-a-igualdade-material-e-os-criterios-de-acesso-a-justica/

AGÊNCIA SENADO	CSP faz segundo debate sobre atuação da Justiça no âmbito do processo penal	ANADEP	https://tinyurl.com/5782hzst
-----------------------	---	--------	---

AGOSTO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
MIGALHAS	O "Direito achado" nas ruas pela Defensoria Pública precisa fazer parte do STF	Defensora pública associada da ANADEP Mônica de Melo	https://www.migalhas.com.br/depeso/392637/o-direito-achado-nas-ruas-pela-defensoria-precisa-fazer-parte-do-stf
REVISTA J&C	A criação da Comissão de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas	Rochester Araújo Defensor Público do Rio Grande do Norte / Diretor de Articulação Social da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos	https://www.editorajc.com.br/a-criacao-da-comissao-de-defesa-dos-direitos-dos-povos-indigenas/
JUSTIÇA EM FOCO	Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos divulga moção de apoio à nomeação de uma defensora pública para o STF	RELEASE ANADEP	https://tinyurl.com/4er9a66c
CONJUR	STF invalida trechos de lei estadual que alterou regras da Defensoria do PR	ADI 5.217 (ANADEP)	https://www.conjur.com.br/2023-ago-30/supremo-invalida-mudanca-regras-defensoria-publica-pr/
STF	Supremo invalida alteração de regras da Defensoria Pública do Paraná elaborada pelo Executivo	ADI 5.217 (ANADEP)	https://tinyurl.com/mvd8nfca
JORNAL O DIA	Direitos das pessoas com deficiência é tema da 'Defensoria Pública: em ação pela inclusão'	RELEASE ANADEP/ADPERJ	https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/08/6696418-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-e-tema-da-defensoria-publica-em-acao-pela-inclusao.html
AGÊNCIA BRASIL	Campanha dá visibilidade aos direitos das pessoas com deficiência	RELEASE ANADEP/ADPERJ	https://agenciabrasil.ebc.com.br/de/node/1551224

SETEMBRO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
REVISTA J&C	19 de agosto, entre luta, direitos, dores, indiferença e resistência	Antonio Vitor Barbosa de Almeida, Fernanda Penteadó Balera, Samuel Rodrigues Coordenador da Comissão da População em Situação de Rua da Anadep / Coordenadora-adjunta da Comissão da População em Situação de Rua da Anadep / Coordenador do Movimento Nacional da População de Rua	https://www.editorajc.com.br/19-de-agosto-entre-luta-direitos-dores-indiferenca-e-resistencia/
MIGALHAS (AGENDA)	Seminário 35 anos da Constituição Federal de 88 e Defensoria Pública: garantia de acesso à justiça	RELEASE ANADEP	https://tinyurl.com/mtujn2jp
JUSTIÇA EM FOCO	Audiência vai debater campanha anticapacitista da Defensoria Pública	CAMPANHA ANADEP "Em Ação pela inclusão"	
AGÊNCIA CÂMARA	Audiência vai debater campanha anticapacitista da Defensoria Pública	CAMPANHA ANADEP "Em Ação pela inclusão"	https://www.camara.leg.br/noticias/998261-audiencia-vai-debater-campanha-anticapacitista-da-defensoria-publica/
PODER 360	Entidades criticam financiamento do BNDES para concessão de presídios	NOTA PÚBLICA	https://www.poder360.com.br/seguranca-publica/entidades-criticam-financiamento-do-bndes-para-concessao-de-presidios/
AGÊNCIA BRASIL	Entidades criticam financiamento do BNDES para concessão de presídios	NOTA PÚBLICA	https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/entidades-criticam-financiamento-do-bndes-para-concessao-de-presidios
REDE JUSTIÇA CRIMINAL	Entidades pedem ao Governo Federal fim da política de incentivos para a privatização dos presídios	NOTA PÚBLICA	https://redejusticacriminal.org/entidades-pedem-ao-governo-federal-fim-da-politica-de-incentivos-para-a-privatizacao-dos-presidios/

OUTUBRO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
REVISTA J&C	Os 35 anos da Constituição Federal e a defensoria pública do Brasil	Rivana Ricarte e Guilherme Vilela Presidenta e vice-presidente da ANADEP	https://www.editorajc.com.br/os-35-anos-da-constituicao-federal-e-a-defensoria-publica-do-brasil/

SECHAT.com	PEC 45/2023	Lúcia Helena Barros Coordenadora da comissão de política criminal da ANADEP	https://sechat.com.br/pec-que-criminaliza-porte-de-drogas-recebe-apoio-de-psiQUIATRAS/
EXAME.COM	PEC 45/2023	Lúcia Helena Barros Coordenadora da comissão de política criminal da ANADEP	https://exame.com/brasil/ccj-do-senado-debate-pec-que-torna-crime-porte-de-drogas-em-qualquer-quantidade-nesta-terca/
CONJUR	Constitucionalização da Defensoria deu acesso à Justiça, mas segue insuficiente	Evento ANADEP	https://www.conjur.com.br/2023-out-07/constitucionalizacao-defensoria-ajudou-pobres-insuficiente2/
FRONTEIRA LIVE.COM	Foz do Iguaçu sedia Encontro Regional das Defensoras e Defensores Públicos das Regiões Sul e Sudeste	RELEASE ANADEP	https://www.frenteiralivre.com.br/foz-do-iguacu-sedia-encontro-regional-das-defensoras-e-defensores-publicos-das-regioes-sul-e-sudeste/
CABEZA NEWS	Foz sedia Encontro Regional das Defensoras e Defensores Públicos das Regiões Sul e Sudeste	RELEASE ANADEP	https://cabezanews.com/foz-sedia-encontro-regional-das-defensoras-e-defensores-publicos-das-regioes-sul-e-sudeste/#google_vignette
MIGALHAS (ARTIGO)	Defensoria Pública e a proteção às crianças e aos adolescentes	Defensoras públicas da comissão temática da infância e juventude da ANADEP	https://www.migalhas.com.br/depeso/395910/defensoria-publica-e-a-protecao-as-criancas-e-aos-adolescentes

NOVEMBRO

VEÍCULO (ESTADO)	ASSUNTO	FONTE	LINK
MIGALHAS	XII Congresso BLODEPM	RELEASE ANADEP	https://www.migalhas.com.br/informativo/5723
PORTAL JOTA	Mínimo Existencial	ADPF ANADEP	https://www.jota.info/justica/associacao-de-defensores-publicos-vai-ao-stf-contra-minimo-existencial-de-r-600-17112023
JUSTIÇA EM FOCO	ANADEP apresenta nova ADPF questionando a insuficiência do mínimo existencial	ADPF ANADEP	https://www.justicaemfoco.com.br/desc-noticia.php?id=147501
MIGALHAS	STF: Defensoria questiona decreto que fixa R\$ 600 para superendividado	ADPF ANADEP	https://www.migalhas.com.br/quentes/397239/stf-defensoria-questiona-decreto-que-fixar-600-para-superendividado
COAD	Decreto que fixa valor mínimo a ser preservado em casos de superendividamento é questionado no STF	ADPF ANADEP	https://www.coad.com.br/home/noticias-detalle/122905/decreto-que-fixar-valor-minimo-a-ser-preservedo-em-casos-de-superendividamento-e-questionado-no-stf
PORTAL TERRA	Decreto de Lula que fixa renda mínima de R\$ 600 em casos de superendividamento é questionado no STF	ADPF ANADEP	https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/decreto-de-lula-que-fixar-renda-minima-de-r-600-em-casos-de-superendividamento-e-questionado-no-stf,4e6afa68b5f5cf124f133476585c7711rfp602ed.html

STF	Decreto que fixa valor mínimo a ser preservado em casos de superendividamento é questionado no STF	ADPF ANADEP	https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=519697&tip=UN
BBC BRASIL	'Sem direito a ter direitos': como falta de defensores públicos prejudica os mais pobres	PRESIDENTA DA ANADEP RIVANA RICARTE	https://www.bbc.com/portuguese/articles/cp0pqqd936yzo
CONJUR	ADPF questiona decreto que fixa mínimo existencial de R\$ 600	ADPF E RELEASE ANADEP	https://www.conjur.com.br/2023-nov-25/adpf-questiona-decreto-que-fixar-minimo-existencial-de-r-600/
PERFIL NEWS	Lula e Dino enviam proposta para beneficiar indulto natalino para presos ao CNPCP	ANADEP	https://www.perfilnews.com.br/2023/12/08/lula-e-dino-enviam-proposta-para-beneficiar-indulto-natalino-para-presos-ao-cnpcp/
TV SENADO Programa Cidadania	Panorama das Defensorias Públicas	PRESIDENTA DA ANADEP RIVANA RICARTE	

5

APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO

APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO

ANADEP e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados firmam termo de cooperação técnica

Em setembro, a presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, e o representante do ACNUR no Brasil, Davide Torzilli, assinaram termo de cooperação técnica entre as entidades. O encontro aconteceu em Brasília.

O ato tem como objetivo a cooperação institucional para viabilizar capacitações, pesquisas, eventos, publicações e atuações em conjunto para contribuir com a efetivação de direitos, a proteção e integração local de solicitantes da condição de refugiado, pessoas refugiadas, apátridas e outras.



ENADEP conclui curso modular sobre questões climáticas

A ANADEP e a ENADEP promoveram pela primeira vez um curso modular. A temática foi “questões climáticas e meio ambiente”. O curso teve por objetivo proporcionar às defensoras e aos defensores públicos(as) uma compreensão aprofundada dos fundamentos do direito ambiental e da justiça climática, além de fornecer insights sobre estratégias jurídicas eficazes.

DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS ASSOCIADOS(AS) E OUVIDORES(AS), INSCREVA-SE

CURSO MODULAR DE QUESTÕES CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE

Avuls às segundas-feiras de outubro, das 19h às 21h30.

FORMATO VIRTUAL

Confira o edital no site da ANADEP

ENADEP ANADEP

CURSO MODULAR DE QUESTÕES CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE AULA 1 **Direito climático**

Facilitadores: Tiago Farenstenseir (Defensor público EP), Angela Mendes (Coordenadora do Comitê Chico Mendes), Eneas Xavier de Oliveira (Pesquisador e mestre (NET)-HSP/LAC/IMA)

Moderadora e Debatedora: Isabela de Amaral Sales (OPLAR), Thalita Verônica Gonçalves e Silva (SPCSP)

ENADEP ANADEP

CURSO MODULAR DE QUESTÕES CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE AULA 3 **Estratégias Jurídicas e Instrumentos de Proteção do Meio Ambiente e Justiça Climática**

Facilitadores: Sívio Dino de Castro e Castro Junior (Advogado), Rafael Freiria (Professor (UNICAMP)), Camila Watanabe (Defensora pública EP)

Moderadora: Andreia Macedo Barreto (Defensora pública PA)

ENADEP ANADEP

CURSO MODULAR DE QUESTÕES CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE AULA 4 **Políticas Públicas e Justiça Climática**

Facilitadores: Bruti Spiguel (Advogado), Gabriel Mantelli (Assessor de Conexões), Thygnah Gutierrez Gomes (Assessora de Conexões), Paulo Alvaranga (Defensor público)

Moderador e Debatedor: Liza Andrade (Coordenadora do projeto UNICAMP), Edoardo Chow de Martino Tostes (Defensor público (LAC)), Jean Carlos Nunes Pereira (Defensor público (PA))

ENADEP ANADEP

CURSO MODULAR DE QUESTÕES CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE **ABERTURA OFICIAL**

ENADEP ANADEP

CURSO MODULAR DE QUESTÕES CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE AULA 5 **Litígios Climáticos Baseados em Direitos Humanos**

Facilitadores: Carlos Bezzy (Presidente da PSCAN), Ciro Brito (Advogado e analista sênior do Instituto Socioambiental - ISA)

Moderadora: Andreia Macedo Barreto (Defensora pública (PA)), Thalita Verônica Gonçalves e Silva (Defensora pública (EP))

ENADEP ANADEP

ENADEP encerra XIV jornada “A nova abordagem do reconhecimento de pessoas no processo penal brasileiro com ênfase na resolução 484 do Conselho Nacional de Justiça”

Em setembro, foi concluída a jornada “A nova abordagem do reconhecimento de pessoas no processo penal brasileiro com ênfase na resolução 484 do Conselho Nacional de Justiça”. Esta foi a 14ª edição da iniciativa promovida pela ANADEP, ENADEP e pela Comissão de Política Criminal. Ao todo foram cinco aulas organizadas às sextas-feiras.

14ª JORNADA de CAPACITAÇÃO ENADEP

A nova abordagem do reconhecimento de pessoas no Processo Penal Brasileiro com ênfase na Resolução 484 do Conselho Nacional de Justiça

Inscrições abertas até o dia 8 de agosto no site da ANADEP

Curso online com vagas limitadas

INFORMAÇÕES: anadep@anadep.org.br com assunto "ENADEP-Reconhecimento de Pessoas"

ENADEP ANADEP ANADEP

14ª JORNADA de CAPACITAÇÃO ENADEP

A nova abordagem do reconhecimento de pessoas no Processo Penal Brasileiro com ênfase na Resolução 484 do Conselho Nacional de Justiça

ENADEP encerra XIV Jornada

AULA 1: A prova judicial como raciocínio: noção de força probatória e sua aferição e totalização. Noções gerais sobre raciocínio probatório. **Palestrante:** Denis Sampaio | **Mediadora:** Lúcia Helena

ENADEP ANADEP ANADEP

14ª JORNADA de CAPACITAÇÃO ENADEP

A nova abordagem do reconhecimento de pessoas no Processo Penal Brasileiro com ênfase na Resolução 484 do Conselho Nacional de Justiça

ENADEP encerra XIV Jornada

AULA 2: Psicologia do Testemunho: Fundamentos sobre o funcionamento da memória para compreender o reconhecimento de pessoas. Variáveis que influenciam no reconhecimento de pessoas: variáveis estimáveis e variáveis do sistema. **Palestrante:** Lilian Stein | **Mediadora:** Lúcia Helena

ENADEP ANADEP ANADEP

14ª JORNADA de CAPACITAÇÃO ENADEP

A nova abordagem do reconhecimento de pessoas no Processo Penal Brasileiro com ênfase na Resolução 484 do Conselho Nacional de Justiça

ENADEP encerra XIV Jornada

AULA 3: Racismo Institucional e Sistema de Justiça Criminal: o papel do controle racial na consolidação do sistema de justiça criminal brasileiro no pós-abolição. **Palestrante:** Daniele Silva e Mayara Tachy | **Mediadora:** Lúcia Helena

ENADEP ANADEP ANADEP

14ª JORNADA de CAPACITAÇÃO ENADEP

A nova abordagem do reconhecimento de pessoas no Processo Penal Brasileiro com ênfase na Resolução 484 do Conselho Nacional de Justiça

ENADEP encerra XIV Jornada

AULA 4: Reconhecimento Facial e Racismo Algorítmico. **Palestrante:** Fabio Nunes

ENADEP ANADEP ANADEP

14ª JORNADA de CAPACITAÇÃO ENADEP

A nova abordagem do reconhecimento de pessoas no Processo Penal Brasileiro com ênfase na Resolução 484 do Conselho Nacional de Justiça

ENADEP encerra XIV Jornada

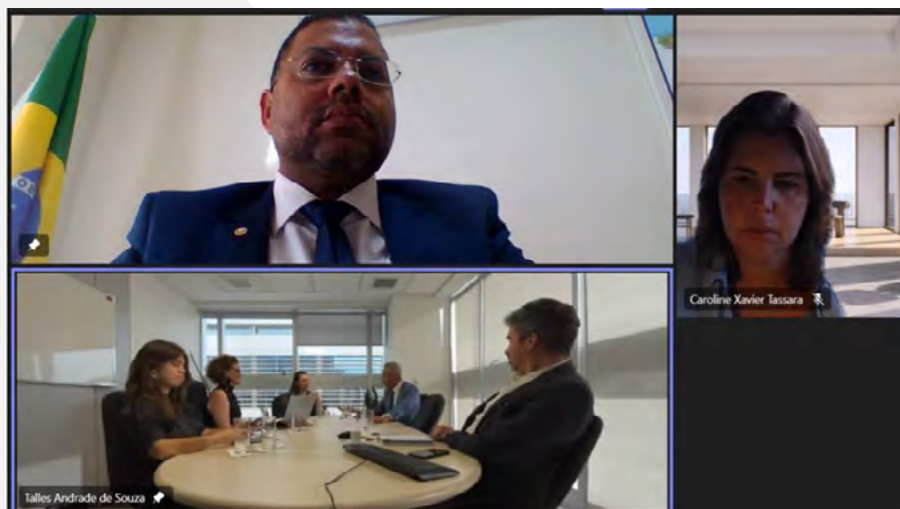
AULA 5: Posicionamento Jurisprudencial do STJ e STF a respeito da interpretação do art 226 do CPP. **Palestrante:** Mauricio Sapori e Rafaela Garcez

ENADEP ANADEP ANADEP

Jornadas de Capacitação já estão disponíveis na área restrita do(a) associado(a)



Reunião ENADEP



ENADEP, Escola da DPU e CNJ trocam experiências e articulam trabalhos conjuntos

6

ATUAÇÃO AFIRMATIVA DE GÊNERO E RAÇA

Comissão Étnico-Racial participa do 2º Encontro Regional da Mulheres Negras

Nos dias 25 e 26 de julho, a Comissão de Igualdade Étnico-Racial da ANADEP participou do 2º Encontro Regional da Mulheres Negras, realizado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), em parceria com o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Cepir-MT). O evento marcou o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra e o Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha e aconteceu em Vila Bela da Santíssima, em Trindade (MT), local onde Tereza atuou no Quilombo Quariterê.



Live “Em ação pela inclusão: consciência negra anticapacitista e o direito à cidade” marca o Dia da Consciência Negra

O dia 20 de novembro marca as celebrações do Dia Nacional de Dandara, Zumbi dos Palmares e Dia Nacional da Consciência Negra, instituído pela Lei 10.639/2003. Para marcar a data, a Comissão Temática da Igualdade Étnico-Racial da ANADEP promoveu a live “Em ação pela inclusão: consciência negra anticapacitista e o direito à cidade”. O debate foi transmitido no canal da ANADEP no YouTube.

(((LIVE)))

EM AÇÃO PELA INCLUSÃO: CONSCIÊNCIA NEGRA ANTICAPACITISTA E O DIREITO À CIDADE

20 de novembro (segunda-feira)
A partir das 17h
No Canal da ANADEP no Youtube

CRISTINA SANTOS
Gestão em Turismo e mestra em Turismo (IFS) e Consultora em turismo e acessibilidade pela empresa @acessturcom

KLEIDSON OLIVEIRA
Representante dos usuários dos CAPS e integrante do Movimento Nacional da População de Rua do Distrito Federal

JULIA LORDELO
Mediadora
Defensora Pública do Estado da Bahia e sub-coordenadora da Comissão Temática de Igualdade Étnico-Racial da ANADEP

ANADEP
Comissão de Igualdade Étnico-Racial

ANADEP promove live sobre a educação para as relações raciais no Centro-Oeste

Com os 20 anos de existência da Lei 10.639 de 2003, a ANADEP e o Fórum de Educação Básica da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros) realizaram live, no canal da ANADEP no Youtube, para debater as reflexões, práticas e avanços no campo da educação para as relações raciais no Centro-Oeste. A legislação estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.



7 INTERNACIONAL

BLODEPM

Balanco de Gestao

No 2º semestre de 2023, foi finalizada a gestao da ANADEP como coordenadora-geral do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM). Para marcar as atividades do biênio, a Associação Nacional divulgou um balanço com as atividades desempenhadas no período, como: as reuniões, as sessões ordinárias anuais, a visita institucional ao Brasil (novembro/2022), os grupos de trabalho, parceria com o IPPDH, o programa de Pasantía no Paraguai, os boletins de jurisprudência, a criação do Instagram, divulgação do podcast, apoio ao evento da ADEPRA e os cursos divulgados no âmbito da Escola Itinerante.



XII Congresso BLODEPM

O XII Congresso do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM) foi uma iniciativa da ANADEP, que coordenou o Bloco no último biênio (2021-2023). O encontro aconteceu no auditório do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, em Brasília, e teve como temática central "Novas perspectivas da Defensoria Pública na América". O evento reuniu mais de 100 participantes, entre defensoras e defensores públicos estaduais e federais brasileiros(as) e representantes de países do Mercosul.





ANADEP sedia sessão anual e assembleia do BLODEPM

Em novembro, ainda na condição de coordenadora geral, a ANADEP sediou, em Brasília, a última sessão ordinária anual do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM) sob sua gestão. A assembleia foi marcada pela eleição dos(as) novos(as) membros(as) da diretoria do BLODEPM para o biênio 2023-2025. A defensoria pública do Paraguai é a nova coordenadora-geral do Colegiado. A vice-coordenação está com a defensoria pública geral do Chile. A ANADEP assume a secretaria-geral e a ADEPRA a pró-secretaria. A Tesouraria permanece com a Defensoria Pública Geral da Argentina.

Consejo Directivo BLODEPM 2023-2025



Lorena Segovia, coordinadora general (Ministerio de la Defensa Pública Paraguay)
Carlos Mora Jano, vice coordinador (Defensoría Penal Pública de Chile)
Rivana Ricarte, secretaria general (ANADEP)
Lorena González, prosecretaria (ADEPRA)
Stella Maris Martínez, tesorera (Defensora General de la Nación Argentina)

Visite el sitio web de BLODEPM para para consultar lista completa con los nombres de consejeros, revisores de cuentas titulares e suplentes.



18ª edição do boletim de jurisprudência do BLODEPM

A Defesa Pública de la República Bolivariana de Venezuela apresentou a 18ª edição do boletim de jurisprudência sobre direitos humanos do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul. A publicação contém aportes jurisdicionais enviados por defensoras e defensores das Defensorias da Argentina, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela.



AIDEF

ANADEP apresenta práticas exitosas das Defensorias Públicas brasileiras durante encontro internacional que celebra os 20 anos da AIDEF

Para celebrar os 20 anos da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF) foi promovido, nos dias 22 e 23 de novembro, em San José, Costa Rica, o Encontro Internacional de Defensores Públicos da América Latina. O evento reuniu personalidades do mundo jurídico com experiência e trajetória reconhecida da maioria dos países-membros da AIDEF.

A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte; o ex-presidente da ANADEP, André Castro; e o defensor público Rodrigo Roig, foram alguns dos painelistas. A vice-presidenta institucional da ANADEP, Juliana Lintz, e a diretora adjunta de relações internacionais, Ana Karoline Santos, também acompanharam o evento.

Rivana Ricarte participou do painel 2 "Acesso à Justiça e Defesa Pública", ao lado da defensora pública-geral do Paraguai, María Lorena Segovia Azucas e do ex-juiz da Corte Interamericana, Sergio García Ramírez (México). A palestra foi moderada por Angel Torres, defensor público-geral do Equador.





ANADEP participa de reuniões da AIDEF, na Costa Rica

Em novembro, a ANADEP participou das reuniões dos Conselhos Diretivo e Executivo da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF), na Costa Rica. A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte; a vice-presidenta institucional, Juliana Lintz; e a diretora adjunta de relações internacionais, Ana Karoline Santos, participaram das agendas.



AIDEF lança a obra "Impacto da jurisprudência da Corte Interamericana de Derechos Humanos na perspectiva da Defensa Pública" em solenidade na Corte Interamericana de Derechos Humanos

Para celebrar os 20 anos da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF) foi oficialmente lançando, no último dia 21 de novembro, em cerimônia na sede da Corte Interamericana de Derechos Humanos, o livro "Impacto da jurisprudência da Corte Interamericana de Derechos Humanos na perspectiva da Defensa Pública". A obra foi organizada pela AIDEF.



AIDEF e AMFJN promovem atividade para debater vivência no âmbito da Corte IDH

Em agosto, a presidenta da ANADEP e defensora pública interamericana, Rivana Ricarte, participou do seminário "Meus dias na Corte Interamericana. Experiências e realizações". O encontro foi promovido pela Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF).

A primeira atividade ficou a cargo de Raúl Zaffaroni, ex-juiz da Corte Interamericana de Derechos Humanos. Depois, o evento contou com a participação dos(as) defensores(as) públicos(as) interamericanos: Silvia Martínez (Argentina), Gustavo Aguilar (Chile) e Mariano Maciel (Argentina). A moderadora da palestra foi María Fernanda López Puleio, vice-presidenta da AMFJN.

Conversatorio
MIS DÍAS EN LA CORTE IDH: VIVENCIAS Y LOGROS

COORDINACIÓN AMÉRICA DEL SUR: AMFJN / MPD

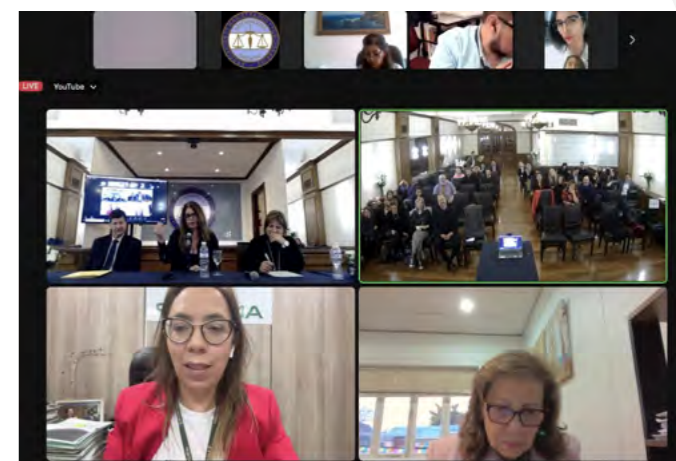
PRIMERA PARTE
RAÚL ZAFFARONI (Ex Juez de la Corte Interamericana de Derechos Humanos)

SEGUNDA PARTE
 Defensoras/or Públicas/o Interamericanas/o

RIVANA RICARTE (Brasil)
SILVIA MARTÍNEZ (Argentina)
GUSTAVA AGUILAR (Chile)
MARIANO MACIEL (Argentina)

MODERADORA: MARÍA FERNANDA LÓPEZ PULEIO
 (Vicepresidenta AMFJN por el MPD y Defensora Interamericana)

MARTES 22 de AGOSTO 15 a 18 hs.
MODALIDAD PRESENCIAL Y VIRTUAL
AMFJN LAVALLE 1334 CABA



AIDEF lança novo boletim de jurisprudência

Em novembro, a Defesa Pública de la República Argentina (ADePRA) disponibilizou a nova edição do Boletim de Jurisprudência da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF). O documento conta com 15 decisões importantes enviadas por membros dos países da Argentina, Brasil, Chile, Equador, México e Nicarágua.



ANADEP participa de reunião da REDPO, em Brasília

A Defensoria Pública da União (DPU) sediou, em novembro, a XXXVII Reunião Especializada dos Defensores Públicos do Mercosul (REDPO). O evento ocorreu na sede da DPU, em Brasília. A vice-presidenta institucional da ANADEP, Juliana Lintz, acompanhou os debates.

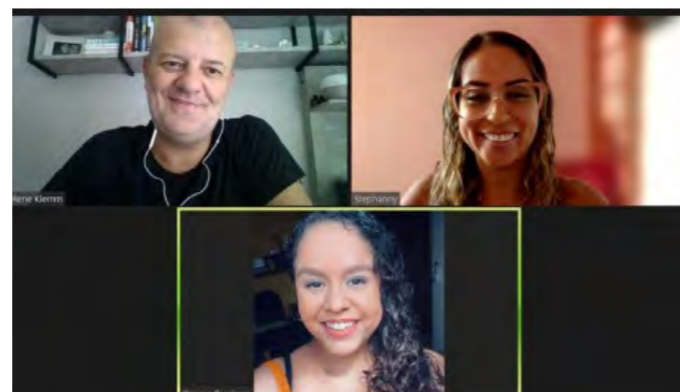


8

SETORES DA ANADEP

SETORES DA ANADEP

A ANADEP funciona, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Formada por uma equipe de seis funcionários, a Associação está dividida em três setores: administrativo, comunicação e financeiro. No segundo semestre, a diretoria deu continuidade à política de realizar reuniões com todos os setores da entidade. Os encontros têm por objetivo traçar o planejamento operacional e logístico das atividades, bem como ouvir as demandas dos setores. Além disso, visa aproximar a diretoria de todo o corpo de colaboradores.



Financeiro

- Gerenciamento das contribuições associativas dos estados e do Distrito Federal
- Emissão dos boletos das contribuições associativas
- Relatórios de justificativas das despesas no cartão de crédito
- Relatórios de reembolso de despesas dos diretores da ANADEP
- Gerenciamento de ajuda de custo presidência da ANADEP
- Gerenciamento com justificativas do fluxo de caixa da ANADEP
- Gerenciamento com justificativas da movimentação de débitos e créditos da conta principal da ANADEP
- Gerenciamento com justificativas das passagens e hospedagens compradas pela ANADEP
- Envio dos balancetes para disponibilização na área restrita do site da ANADEP
- Pagamento e acompanhamento dos serviços de limpeza da ANADEP
- Orçamento e compra de todo tipo de material (limpeza, escritório, alimentos e bebidas, etc)
- Gerenciamento e acompanhamento de obras, instalações, reparos e reformas na sede da ANADEP
- Controle de estoque de materiais em geral
- Gerenciamento da folha de pagamento e conferência dos salários dos funcionários
- Gerenciamento da folha de pagamento e conferência das férias e 13º dos funcionários
- Controle do pagamento de impostos em geral
- Elaboração e digitalização do movimento contábil detalhado para envio à contabilidade mensalmente
- Contato direto para solução de problemas diversos com os Bancos
- Contato direto para solução de problemas diversos com a Contabilidade
- Contato direto para solução de problemas diversos com operadoras telefônicas
- Idas ao cartório para registros, reconhecimentos de firma e autenticações de documentos diversos, etc
- Acompanhamento, buscas e entregas de materiais (materiais gráficos, placas de homenagem, etc)
- Serviços externos em geral
- Gerenciamento das linhas telefônicas corporativas fixas e móveis, bem como internet
- Acompanhamento de contratos em geral
- Acompanhamento das demandas diretas com o condomínio da sede da ANADEP
- Gerenciamento e acompanhamento da manutenção da estrutura e decoração da sede da ANADEP
- Gerenciamento das corridas de táxi e aplicativos de mobilidade urbana dos funcionários e diretores
- Gerenciamento e acompanhamento da equipe que opera o sistema de áudio visual nas reuniões
- Acompanhamento da situação financeira de forma geral com diretores periodicamente
- Elaboração de documentos financeiros e contato direto com o conselho fiscal
- Compra e gerenciamento do fluxo de caixa de moedas estrangeiras
- Postagem, acompanhamento e pagamento de serviços postais

- Negociação e resolução de demandas com o suporte de TI
- Elaboração e acompanhamento de orçamentos de serviços em geral (política de sempre 3 orçamentos)
- Acompanhamento e pagamento do seguro da sede da ANADEP
- Acompanhamento e pagamento dos seguros de vida dos funcionários da ANADEP
- Acompanhamento e pagamento do plano de saúde dos funcionários da ANADEP
- Protocolo de ofícios e documentos na Câmara, Senado, STJ, STF, etc.
- Auxílio administrativo com recepção, atendimento, suporte técnico, alimentos e bebidas, serviço de copa, etc, em reuniões na ANADEP e híbridas
- Auxílio na atualização das listas de associados
- Auxílio na formulação de documentos em geral
- Auxílio para preparação de material para registro em cartório
- Auxílio na impressão e preparação de materiais para atividades legislativas, reuniões e AGEs
- Auxílio no controle de férias dos funcionários e envio para a contabilidade
- Auxílio na preparação e assistência em reuniões na sede e por zoom
- Auxílio com os arquivos e organização dos documentos da ANADEP

- Auxílio no acompanhamento de contratação/rescisão de estagiários pelo CIEE
- Elaboração e atualização do inventário da ANADEP

Eventos

- Organização de pequenos eventos, em conjunto com os outros setores da entidade
- Levantamento das despesas de pequenos eventos
- Auxílio na cotação e contratação de materiais e lanches para eventos e reuniões
- Auxílio na preparação de roteiro de eventos, planilhas, ofícios e documentos em geral
- Auxílio na organização de eventos virtuais em conjunto com os outros setores da entidade
- Organização, planejamento e execução do Evento de 35 anos da Constituição Federal de 88 em conjunto com os outros setores da entidade
- Auxílio na organização e execução do Congresso BLODEPM 2023 em Brasília
- Auxílio na organização inicial do Evento Afro-Indígena de fevereiro 2024
- Gerenciamento com justificativas da movimentação de débitos e créditos da conta do CONADEP
- Organização e planejamento do CONADEP 2024

Administrativo

- Atendimento a usuários/fornecedores por meio da página de contatos, telefone e presencialmente;
- Arquivo e organização dos documentos da ANADEP;
- Preparação/organização da sede com materiais, suporte técnico (zoom, data show, microfones), alimentos, bebidas e serviço de copeira, para realização de eventos presenciais;
- Formulação, formatação, envio, digitalização e acompanhamento de ofícios, planilhas, notas técnicas e documentos em geral;
- Solicitação e agendamento de reuniões/audiências com parlamentares e autoridades;
- Resposta a convites e documentos recebidos;
- Acompanhamento de contratos de todas as espécies;
- Preparação e envio de convocações para assembleias, reuniões de diretoria e outras atividades;
- Acompanhamento, suporte e redação de atas de reuniões via zoom;
- Correção e aprovação de atas de reuniões (AGEs, diretoria e administrativas);
- Impressão e preparação de materiais para atividades legislativas, reuniões e AGEs;
- Operacionalização de todas as ferramentas do aplicativo Zoom: agendamentos, downloads, uploads e configurações diversas;
- Acompanhamento/supervisão de serviços na ANADEP: limpeza, suporte técnico, obras, instalações e reparos de equipamentos em geral;
- Controle de férias de funcionários;
- Atualização de mailing de associados, órgãos e entidades;
- Controle/cobrança de prazos de respostas às demandas diárias;
- Cotações diversas: serviços gráficos em geral (cartilhas, folders, cartazes, convites, cartões, livros de ata etc.); placas de homenagem; colar do mérito; plantas, flores e cestas; entre outros;
- Despacho e acompanhamento de documentos/correspondências/kits enviados via Correios;
- Contato com associados, presidentes e diretores para resolver qualquer demanda administrativa;
- Contato com escritório de advocacia e assessoria parlamentar para preparação e envio de documentos;
- Contato com diagramador/publicitário sobre trabalhos da ANADEP, ENADEP e outros eventos;
- Gerenciamento, liberação e bloqueio de cadastros dos associados nas plataformas: área restrita, Gympass, MarktClub e D'Plácido;
- Contato com MarktClub para solução de problemas com usuários, além de novos convênios;
- Acompanhamento e suporte com o Gympass e associações estaduais;
- Acompanhamento na solução de questões relacionadas ao seguro saúde nacional dos associados;
- Emissão/alteração/cancelamento de passagens e hospedagens nacionais e internacionais;
- Confecção de relatórios de passagens/hospedagens/reembolsos lançados no cartão de crédito;
- Negociação e acompanhamento de contratação/rescisão de estagiários pelo CIEE;
- Retirada de materiais (camiseterias, gráficas, serviços diversos).

Diretorias da ANADEP

O setor administrativo assessora todas as diretorias da ANADEP em suas diversas demandas, em especial:

- ENADEP: agendamento e acompanhamento de reuniões com outras entidades/instituições, preparação de documentos e questionários, pedido de convênios com instituições de ensino de interesse da categoria, organização de eventos presenciais e virtuais, especialmente jornadas;
- Aposentados: preparação de documentos, questionários, agendamento de reuniões;
- Internacional: participação em reuniões, preparação, acompanhamento e resposta a documentos, e-mails, contato para agendamento de reuniões;
- Articulação Social: preparação, acompanhamento e resposta a documentos, e-mails, contato para agendamento de reuniões, preparação de postulação em Comissões diversas;
- Eventos: preparação, acompanhamento e resposta a documentos, e-mails, contato para agendamento de reuniões.

Demandas Internacionais (AIDEF, BLO-DEPM, REDPO e ONU)

- Acompanhamento das atividades internacionais, preparação de documentos e resposta a e-mails;
- Coordenação de todo o trabalho do BLODEPM na gestão atual: cobrança de respostas a demandas de reuniões: a) vídeos institucionais para redes sociais; b) GT para entrada de nova associação no BLODEPM; c) divulgação de cursos da escola itinerante; d) acompanhamento dos grupos de trabalho - justiça restaurativa, violência de gênero e violência

institucional. Para além disso, convocação e organização das reuniões de novembro, em Brasília, com preparação, envio e impressão de todo o material utilizado; contratação de lanches. Pós-reunião: acompanhamento da demanda dos protocolos dos Gts; repasse de todas as demais informações para a nova coordenação geral.

Demandas diárias externas

- Comunicação com entidades/órgãos/institutos/outros para demandas diversas: MDH (Conatrae, CNDH, CNDI e CNPCT), MCCE, Fonacate, IPEA, Fórum Justiça, Innovare, Jusprev, Consinter, Juruá;
- Preparação de material para registro em cartório;
- Preparação e envio de postulação a órgãos do Governo Federal (CNJ, CNDI, CNPCT, CNDH, Ciamp-Rua, CONAD, CNPIR);
- Preparação, controle e coleta de dados de questionário junto às Defensorias Públicas;
- Protocolo de ofícios e documentos na Câmara, Senado, STF, STJ e outros órgãos e entidades.

Comissões Temáticas

- Acompanhamento dos grupos de WhatsApp para verificar demandas;
- Agendamento de reuniões pelo aplicativo zoom;
- Arquivamento e controle de documentos recebidos pelas comissões;
- Atualização dos membros e coordenações nos grupos e no site da ANADEP;
- Controle dos membros junto às associações;
- Preparação e envio de convocações para reuniões;
- Recebimento de notas técnicas e posterior formatação;

- Suporte administrativo às comissões;
- Suporte nos eventos das comissões.

Organização de Eventos

- Organização de pequenos e grandes eventos, em conjunto com os outros setores da entidade;
- Suporte e coordenação de atividades durante todo o evento, desde a montagem até o encerramento;
- Elaboração e envio de convites e posterior acompanhamento da confirmação de palestrantes nos eventos;
- Emissão de passagens, hospedagens, organização de traslado, alimentação, entre outros, para palestrantes;
- Controle de inscrições para os eventos;
- Elaboração de roteiro de eventos, planilhas, ofícios e documentos em geral;
- Cotação e contratação de materiais, lanches e serviços terceirizados (mestre de cerimônias, recepcionistas, seguranças etc.) para eventos;
- Suporte e disparo de informativos em grupos de WhatsApp criados para os eventos;
- Elaboração e envio de certificado e agradecimento final a participantes e palestrantes.

Eventos 2º Semestre de 2023

- Jornada de Reconhecimento de Pessoas - agosto: organização da capacitação; formatação do edital; convite e contato com palestrantes; definição de mediadores e anfitriões; auxílio a anfitriões; captação de inscrições; controle de presença; envio de certificado e agradecimento aos palestrantes;
- 35 anos da Constituição Federal de 88 e Defensoria Pú-

blica: garantia de acesso à justiça - setembro: pedido de reserva do espaço e contato durante toda a organização; convite e contato com palestrantes; emissão de passagem/hospedagem de palestrante; contratação de mestre de cerimônias; preparação de roteiro e programação; elaboração de formulário de inscrição e acompanhamento; elaboração de prisms e ficha de inscrição para o local; acompanhamento de todo o evento in loco; envio de certificados e agradecimento aos participantes e palestrantes.

- Encontro Sul/Sudeste - outubro: apoio na organização do Encontro, com coleta de orçamentos, indicações de serviços, contato com palestrantes, envio de convites, acompanhamento presencial.
- Curso Modular de Direito Ambiental - outubro/novembro: organização da capacitação; formatação do edital; convite e contato com palestrantes; definição de mediadores e anfitriões; auxílio a anfitriões; captação de inscrições; controle de presença; envio de certificado e agradecimento aos palestrantes;
- XII Congresso do BLODEPM - novembro: pedido de reserva do espaço e contato durante toda a organização; convite e contato com palestrantes; emissão de passagem/hospedagem de palestrante; contratação de mestre de cerimônias, equipe de recepção e segurança; preparação de roteiro de todos os painéis; elaboração de formulário de inscrição e acompanhamento; reserva de locais para almoço e jantar dos participantes; elaboração do manual do participante; contratação de lanche para os dias do evento; preparação das pastas dos participantes e kit para palestrantes; elaboração de prisms, crachás, ficha de inscrição para o local; acompanhamento de todo o evento in loco; envio de certificados e agradecimento aos participantes e palestrantes.
- LIVE CIER - Dia da Consciência Negra - novembro: agen-

damento do evento na plataforma Zoom; preparação e envio de certificado aos palestrantes;

- LIVE CIER: “20 anos da Lei 10.639/03: reflexões, práticas e avanços no campo da educação para as relações raciais no Centro-Oeste”: agendamento do evento na plataforma Zoom;
- I Encontro da Frente Afro-indígena das Defensorias Públicas do Brasil – fevereiro/2024: início da organização do evento.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

A Assessoria de comunicação da ANADEP propõe e executa as políticas de comunicação da entidade. Ela é responsável pelas estratégias, campanhas, projetos e atividades volta para os diversos públicos da Associação. Atualmente, a equipe é formada por: uma coordenadora de comunicação e uma assessora de comunicação. Tem também apoio de uma empresa de publicidade, responsável pelas artes gráficas. No 2º semestre contou com apoio de empresa externa para a produção de vídeos e reels. Entre as demais atividades nos primeiros seis meses do ano, estão:

JORNALISMO

- Atividades de desdobramento da campanha nacional 2023 #EmAção pela Inclusão;
- Participação ativa nas AGEs;
- Assessorar os(as) membros(as) da diretoria em atividades de comunicação social;
- Auxiliar a atuação das Assessorias de Comunicação das Associações Estaduais e do DF no desenvolvimento de material para site da ANADEP;
- Produção de boletim internacional;
- Produção de boletim jurídico;
- Criação de cards e vídeos de educação em direitos para as redes sociais;

- Desenvolvimento de peças para todos os eventos e atividades da ANADEP;
- Diálogo com jornalistas de veículos e marcação de conversas com a diretoria;
- Divulgação das atividades legislativas (matérias e fotos);
- Editar e revisar notas públicas;
- Criação e editoração de balanços;
- Editoração de cartilhas, livros e revistas;
- Elaboração do boletim semanal da entidade, o ANADEP EXPRESS;
- Gerenciar o site e redes sociais da ANADEP;
- Manter arquivos das notícias de interesse da ANADEP;
- Ronda nos sites e redes sociais das Associações e Defensorias;

- Organização do canal do Youtube;
- Diálogo com as comissões temáticas para obtenção de dados e personagens;
- Organização da pauta da Revista Justiça & Cidadania;
- Criação e revisão de roteiros dos eventos;
- Revisão de discursos da presidência e vice-presidência;
- Criação de roteiros para vídeos;
- Pauta da publicidade;
- Organização do projeto ENADEP Recomenda;
- Diálogo com a equipe do Innovare para divulgação do prêmio;
- Diálogo com os parceiros externos da ANADEP para divulgação de informativos (Editora Juruá, Consinter e MarktClub);
- Envio dos cartões de aniversários;
- Atualização do site da ANADEP;
- Edição e divulgação das jornadas da ANADEP;
- Assessorar por período determinado o site e redes do BLODEPM;
- Organização da retrospectiva de 2023;
- Diálogo com a comissão temática para o desenho da campanha nacional 2024;
- Pré-organização do CONADEP 2024

PUBLICIDADE

Desde 2014, a ANADEP mantém contrato com a empresa Bah Comunicação – responsável por todo o planejamento gráfico e visual da entidade. A empresa é responsável por vários serviços especializados e que são fundamentais para a assessoria de comunicação, como:

- Criação de logomarcas;
 - Criação do layout do site;
 - Criação e atualização de peças gráficas internas (crachás, cartões, pastas, papel timbrado, etc)
 - Desenvolvimento de peças gráficas para as redes sociais;
 - Desenvolvimento de peças para eventos;
 - Editoração de balanços;
 - Editoração de cartilhas, livros e revistas;
 - Planejamento e criação da identidade visual da campanha;
 - Redação de peças audiovisuais;
- Criação da identidade visual do CONADEP.



“ E esse canto que deveria ser um canto de alegria, soa apenas como um soluçar de dor... ”

A ANADEP lamenta a perda irreparável do funcionário da entidade Guilherme Veloso.

† 04 de dezembro de 2023



ANADEP

Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos



anadep.org.br

ANADEP - Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Setor Bancário Sul | Quadra 02 | Lote 10 | Bloco J | Ed. Carlton Tower | Sobrelojas 1 e 2 | Asa Sul

CEP: 70.070-120 | Brasília/DF | Brasil

Tel: +55 61 3963.1747 | Fax: +55 61 3039.1763